



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

SIMONE MELLO DE SOUZA E SILVA

Uma análise da interseccionalidade sexo e raça a partir das
memórias das Estatísticas de gênero do IBGE

Rio de Janeiro

2026

SIMONE MELLO DE SOUZA E SILVA

Uma análise da interseccionalidade sexo e raça a partir das
memórias das Estatísticas de gênero do IBGE

Dissertação apresentada como requisito
final para obtenção de grau de Mestre em
Memória Social da Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro.

Linha de pesquisa: Memória e Linguagem
Orientadora: Prof^a Dr^a Diana de Souza Pinto

Rio de Janeiro

2026

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

S581 Silva, Simone Mello de Souza e
Uma análise da interseccionalidade sexo e raça a partir
das memórias das estatísticas de gênero do IBGE / Simone
Mello de Souza e Silva. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2026.
115

Orientador: Diana de Souza Pinto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória
Social, 2026.

1. Estatísticas de gênero. 2. Interseccionalidade. 3.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). I.
Pinto, Diana de Souza , orient. II. Título.

SIMONE MELLO DE SOUZA E SILVA

Uma análise da interseccionalidade sexo e raça a partir das
memórias das Estatísticas de gênero do IBGE

Dissertação apresentada como requisito
final para obtenção de grau de Mestre em
Memória Social da Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa:
Memória e Linguagem.

Aprovada em 06 de maio de 2026.

Banca examinadora

Prof^ª Dr^a Diana de Souza Pinto (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^º Dr^º Francisco Ramos de Farias
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Prof^ª Dr^a Joice de Souza Soares
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE)

Rio de Janeiro
2026

*A todas as mulheres que vieram antes de mim e
que abriram caminhos para hoje eu estar aqui*

Aos meus pais Lila e Antonio (da minha memória)

Ao meu amor, Marco Antonio

Às minhas filhas Ana Clara e Maya

AGRADECIMENTOS

“Mas nossas lembranças permanecem coletivas,
e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se
trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos
envolvidos, e com objetos que só nós vimos.
É porque, em realidade, nunca estamos sós.”
(Halbwachs, [1950] 1990, p.26)

Escrever esse texto ao final do mestrado é uma tarefa que me faz mergulhar nas minhas memórias dos últimos anos – e às vezes ser surpreendida com uma lembrança de infância. Isso porque a jornada de dois anos é como uma cena de um filme, que já estava em curso com seus personagens, cenários e acontecimentos, e que influenciaram meu desejo e minha escolha pelo tema e pelo campo de estudos da Memória Social. Além disso, aprendi com Maurice Halbwachs que essas memórias – que considerava tão minhas – são atravessadas e, em certo aspecto, compartilhadas pelos familiares, amigos, professores e pelas pessoas com quem tive contato nesse período. O que talvez justifique a sensação de que essa pesquisa foi pensada e desenvolvida coletivamente. A parte que me cabe, claro, é a de produção de um conhecimento situado, parcial e responsável.

Retornar à universidade pública após vinte e quatro anos de formada foi uma oportunidade de vivenciar uma outra universidade: mais diversa, inclusiva, tensionada por saberes que questionam o legado colonial e, portanto, distanciado das questões de nosso território, de nossas memórias, de nossa corporalidade, de nossas práticas cotidianas de vida. As dificuldades e inseguranças que surgiram por conta desse retorno tardio foram sendo aplacadas pela convivência amigável com os colegas e pelo próprio avançar do curso. Mas é inegável que a pessoa que mais influenciou e possibilitou que esse percurso, mais do que me desse a qualificação de mestre, de fato me tornasse uma pesquisadora foi a minha orientadora Diana de Souza Pinto, a quem agradeço imensamente. Sua orientação, paciência, dedicação e respeito pelo meu trilhar criaram o ambiente saudável para o amadurecimento dessa nova faceta da minha identidade (sempre em mudança).

Devo meu agradecimento aos colegas da gerência da Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (CTA/ENCE) pela liberação para a licença no último ano, em que pude me dedicar integralmente à escrita da dissertação; e também às pesquisadoras do GENERIS, Barbara Cobo e Joice Soares que orientaram e respaldaram o conteúdo relativo ao Capítulo 1

que trata do percurso e estruturação das Estatísticas de gênero no IBGE e da história do Instituto, ajudando na definição do *corpus*, bem como na sugestão de bibliografia complementar.

Agradeço ainda a todos os meus amigos que participaram desse percurso comigo, como as queridas Marcia Serra e Jadna Rodrigues, que sempre me incentivaram a dar esse passo na minha vida acadêmica. Mas especialmente aos amigos Lena Benzecry e Marcelo Benedicto, egressos da Memória Social, com quem compartilho o encantamento por esse campo de estudos. Ambos leram algumas vezes meus textos, desde o anteprojeto até as primeiras versões da dissertação – sempre disponíveis para um café e uma boa conversa – e deram contribuições inestimáveis para essa pesquisa.

E, por fim, agradeço à minha mãe Lila, ao meu irmão Ricardo, à minha prima Patrícia, ao meu companheiro Marco Antonio e às minhas filhas Ana Clara e Maya pelo amor e afeto que me nutrem e sustentam – e por sonharem comigo e me apoiarem incondicionalmente em todos os momentos dessa (e de outras tantas) desafiadora e recompensante jornada.

RESUMO

Devido à sua centralidade enquanto órgão público produtor das estatísticas oficiais para a formulação de políticas públicas no país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é responsável por traçar o perfil da população brasileira, tendo o desafio de dar visibilidade aos diversos grupos sociais, ainda que considerados minorias estatisticamente. Prestes a completar 90 anos de atividade, foi apenas nos anos 2000 que surgiu no Instituto — no âmbito das Estatísticas Sociais — o termo Estatísticas de Gênero, em consonância com o contexto sócio-histórico e político das discussões feministas contemporâneas e alinhado às recomendações internacionais da Divisão de Estatística da ONU. A pesquisa se debruça sobre os usos do termo/conceito gênero nas publicações do IBGE a partir dos anos 2000, sob a perspectiva feminista decolonial, utilizando a interseccionalidade como ferramenta analítica para investigar em que medida as análises das desigualdades de gênero consideram — entre outros marcadores significativos para a realidade brasileira — a categoria raça, crucial em um país com passado colonial e escravocrata, em que, por muito tempo, operou o mito da democracia racial na memória coletiva. O percurso analisado evidencia que a introdução do termo/conceito “gênero” não ocorreu de forma imediata ou homogênea, mas foi sendo progressivamente incorporada às publicações do Instituto, em diálogo com agendas internacionais e com as disputas teóricas e políticas do campo feminista. No uso substitutivo-conceitual, conforme a tríplice semântica proposta por Moschkovich (2024), gênero passa a ser compreendido como o sistema que articula as categorias homem e mulher, funcionando como chave analítica para a interpretação das relações de poder entre essas categorias. A análise das publicações evidencia, ainda, um processo gradual de incorporação da intersecção entre as categorias sexo e cor ou raça nas estatísticas de gênero, possibilitando a formulação de novos enunciados sobre as desigualdades sociais. Conforme aponta Austin (1990), os enunciados não são neutros, mas constituem práticas sociais que produzem efeitos no mundo. Nesse sentido, as alterações textuais observadas nas publicações do IBGE indexalizam reconfigurações simbólicas na apresentação da categoria mulher bem como nas hierarquias constitutivas do sistema binário mulher-homem, indicando deslocamentos nos modos de nomear e interpretar as relações de gênero. Com base em Pollak (1989), compreende-se que as instituições operam processos de seleção que definem quais aspectos devem ser lembrados e quais podem ser marginalizados ou silenciados. As estatísticas de gênero, portanto, não

apenas refletem a realidade social: ao classificar, organizar e tornar visíveis determinadas experiências e grupos sociais, devem ser entendidas como atos performativos que participam ativamente da constituição do mundo social.

Palavras Chave: Estatísticas de gênero; Interseccionalidade; Raça; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ABSTRACT

Due to its central role as the official producer of statistics for public policy-making in Brazil, the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) is responsible for portraying the country's population, facing the challenge of giving visibility to diverse social groups, including those considered statistical minorities. As it approaches 90 years of activity, it was only in the 2000s that the term Gender Statistics emerged within the Institute, in alignment with the socio-historical and political context of contemporary feminist debates and with the recommendations of the United Nations Statistics Division. This research examines the uses of the term/concept gender in IBGE publications since the 2000s, adopting a decolonial feminist perspective and using intersectionality as an analytical tool. It investigates the extent to which analyses of gender inequalities incorporate race as a key social marker—particularly relevant in a country shaped by a colonial and slaveholding past, where the myth of racial democracy has long influenced collective memory. The analysis shows that the introduction of the term gender did not occur in a uniform or immediate manner, but was gradually incorporated into IBGE publications, in dialogue with international agendas and with theoretical and political disputes within feminist scholarship. In its substitutive-conceptual use, following the triple semantic framework proposed by Moschkovich (2024), gender is understood as a system that articulates the categories of men and women, functioning as an analytical key for interpreting power relations between them. The findings also reveal a progressive incorporation of the intersection between sex and race in gender statistics, enabling new formulations of social inequalities. As argued by Austin (1990), statements are not neutral but constitute social practices that produce effects in the world. In this sense, the textual shifts observed in IBGE publications index symbolic reconfigurations in the representation of women and in the hierarchies underlying the male–female binary system, indicating changes in the ways gender relations are named and interpreted. Drawing on Pollak (1989), institutions are understood as agents that operate processes of selection, defining what should be remembered and what may be marginalized or silenced. Gender statistics, therefore, do not merely reflect social reality; by classifying, organizing, and making certain groups visible, they should be understood as performative acts that actively contribute to the constitution of the social world.

Keywords: Gender statistics; Intersectionality; Race; Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Uso do termo/conceito gênero e das categorias de análise mulher(es) e homem(s)

Quadro 2 – Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Intersecção de Sexo e Cor ou raça nos indicadores de gênero do SNIG, por temática - 2014

Tabela 2 – Intersecção de Sexo e Cor ou raça no CMIG e nos Indicadores complementares, por temática - 2024, por temática - 2024

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CD – Censo Demográfico

CNE – Conselho Nacional de Estatística

CMIG – Conjunto mínimo de indicadores de gênero

CNG – Conselho Nacional de Geografia

COPIS – Coordenação de População e Indicadores Sociais

CTA – Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento

DPE – Diretoria de Pesquisa

ENCE – Escola Nacional de Ciências Estatísticas

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

GENERIS – Grupo de Pesquisas sobre Gênero, Sexualidades, Reprodução e suas Interseccionalidades

GPIS – Grupo Projeto de Indicadores Sociais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

MIR – Ministério da Igualdade Racial

ONU – Organização das Nações Unidas

OSIG – Orientação sexual e identidade de gênero

PGLAS – Programa de Pós-graduação em Letras

PGSOCIO – Programa de Pós-graduação em Sociologia

SIS – Síntese de Indicadores Sociais
SNIG – Sistema Nacional de Informações de Gênero

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNSD – United Nations Statistics Division (Divisão de Estatística das Nações Unidas)

SUMÁRIO

Introdução	16
-------------------------	----

Capítulo 1

O IBGE e as Estatísticas de Gênero	22
1.1 O IBGE e seu papel na construção de políticas públicas	22
1.1.1 As Estatísticas públicas e os indicadores sociais.....	25
1.2 Os indicadores de gênero.....	29
1.2.1 Virada metodológica e adoção do Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG)	33
1.3 As categorias de análise do IBGE	35
1.3.1 A categoria “sexo” nos censos: estabilidade classificatória e limites epistemológicos	36
1.3.2 A categoria “cor ou raça”: um percurso marcado por apagamentos, disputas e reconstruções	36
1.3.3 Sistemas classificatórios, hierarquização social e produção de conhecimento.....	39
1.4 A Agenda 2030: interseccionalidade e estatísticas de gênero nos contextos internacional e nacional	41

Capítulo 2

Aspectos teóricos dos campos da Memória Social

e dos Estudos Feministas	45
2.1 Questões teóricas na abordagem da Memória Social	45
2.1.1 Memórias em disputa	46
2.1.2 Memória, discursos e identidades sociais	48
2.2 Questões teóricas na abordagem do gênero	50
2.2.1 Não nascemos mulher, mas tornamo-nos mulheres	51
2.2.2 Sexo e gênero ou sexo é gênero?	53
2.2.3 Alguns aspectos da discussão decolonial no Brasil	57

2.2.4 De qual perspectiva de gênero estamos falando?	59
2.2.5 Sexo e gênero nas estatísticas da ONU	61

Capítulo 3

A interseccionalidade entre sexo e cor ou raça nas estatísticas de gênero do IBGE	63
3.1 A construção do <i>corpus</i> e a metodologia de pesquisa	63
3.2 A articulação de três frentes de investigação	67
3.2.1 Termos, conceitos e sentidos no discurso institucional	68
3.2.2 As matrizes de relacionamento dos indicadores de gênero	77
3.2.3 O quadro analítico do <i>corpus</i> da pesquisa	78

Capítulo 4

Considerações finais	87
-----------------------------------	-----------

Referências	91
--------------------------	-----------

Apêndices	97
------------------------	-----------

APÊNDICE A: Categorias utilizadas para a análise de gênero nas publicações do IBGE de 2002 a 2025	98
APÊNDICE B: Matriz de relacionamento do CMIG - 2024	100

Anexo

Anexo 1: Matriz de relacionamento do SNIG – 2014.....	112
---	-----

Introdução

A filósofa e zoóloga estadunidense Donna Haraway (1988), que relaciona em seus livros os temas ciência e feminismo numa perspectiva pós-colonial¹, sugere que devemos assumir o papel de testemunhas modestas em relação aos objetos de estudo, o que nos implica como sujeitos situados, produtores de conhecimentos parciais, contextuais, localizáveis e, portanto, responsáveis pela produção desse conhecimento. Essa proposta traz parcialidade e pessoalidade para a produção do conhecimento, ao contrário do paradigma da objetividade científica sempre universalista e imparcial. Em outras palavras, traz entendimento de que nossa leitura de mundo e dos saberes da academia é sempre atravessada por quem somos e, por isso, nossa pesquisa e contribuição serão igualmente sempre parciais, pessoais, mas também responsáveis.

Inspirada nessa proposta, me situo como sujeito-autora desta pesquisa, com as marcas de minha trajetória: marcas etária, de gênero, de raça, de classe, mas sobretudo, do contexto sócio-histórico em que vivo. Marcas de um tempo em que a discussão feminista no debate acadêmico se ampliou, se tornou mais complexa e rica, conjugando a perspectiva decolonial ao conceito de interseccionalidade. O termo interseccionalidade, cunhado pela professora estadunidense de direito Kimberlé Crenshaw formalizou, em 1989, o estudo de como as opressões não operam de maneira isolada, mas se interconectam e se reforçam mutuamente: racismo, sexismo, classismo e outras formas de opressão interagem, afetando de maneiras diferentes sobretudo as mulheres. Porém, Sojourner Truth, ativista ex-escravizada, já apontava a desigualdade de gênero sob uma perspectiva racial desde 1851², sendo uma referência para as ativistas do feminismo negro estadunidense.

Discussões sobre várias dimensões da opressão que operam de forma simultânea marcam o feminismo negro desde os anos 1970, em grupos como o Coletivo Combahee

¹ Os estudos conhecidos como pós-coloniais são introduzidos no campo de conhecimento nos anos 1970 a partir da associação de trabalhos teóricos como os de Frantz Fanon, Aimé Césaire, Albert Memmi, Kwame Nkrumah, Gayatri Spivak, Edward Said, Stuart Hall e o Grupo de Estudos Subalternos, criado na década de 1970 pelo indiano Ranajit Guha. (Hollanda, 2020, p.14)

² Sojourner Truth (c. 1797–1883) foi uma abolicionista e ativista dos direitos das mulheres, célebre por seu discurso de 1851 em Ohio, onde questionou “Não sou eu uma mulher?”. Segundo Patricia Hill Collins, Sojourner Truth desconstruiu o termo ‘mulher’ ao usar suas próprias experiências vividas, evidenciando que as experiências das mulheres negras eram diferentes das mulheres brancas, pois sofriam com a dupla opressão de raça e gênero. Para Collins ainda, “as mulheres afro-americanas comuns fazem a mesma coisa de várias maneiras.” (Collins, 2019, p. 274)

River: “Evidentemente, estamos comprometidas em especial em contribuir com lutas nas quais raça, sexo e classe sejam fatores simultâneos na opressão.” (Coletivo Combahee River, [1977] 2019, p.206). Será mais tarde que o conceito de interseccionalidade irá adquirir relevância na teoria do gênero, mas o conceito foi trazido pela práxis feminista de grupos como este. (Oliveira, 2010, p. 28)

Além disso, as discussões contemporâneas de decolonialidade igualmente atravessam os Estudos Feministas. María Lugones – socióloga, professora, feminista e ativista argentina, uma das pioneiras nos estudos do feminismo decolonial nos anos 1990 – destaca que a colonialidade não apenas estruturou relações econômicas e políticas, mas também redefiniu profundamente as relações de gênero. Ela argumenta que a opressão de gênero nas sociedades colonizadas não pode ser entendida sem considerar a interseção com a racialização e a colonização (Lugones, 2020). Nessa mesma direção, Maldonado-Torres (2019) distingue colonialismo – como formação histórica dos territórios coloniais e, na modernidade, como “os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a ‘descoberta’” – de colonialidade, que pode ser compreendida como “uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais.” (Maldonado-Torres, 2019, p. 35-36). Ao mesmo tempo, essa perspectiva não está isenta de críticas. Parte da literatura recente questiona seus pressupostos teóricos e generalizações analíticas, apontando limites na forma como a colonialidade é mobilizada como chave explicativa universal (Makaran; Gaussens, 2020).

É nesse campo de disputas teóricas que se inscrevem as reflexões aqui mobilizadas, tensionando diferentes leituras sobre as relações entre gênero, raça e produção de conhecimento. Meu tema de pesquisa do mestrado é, portanto, o ponto de cruzamento da minha história como mulher brasileira, heterossexual branca, que vive uma relação afetiva inter-racial, mãe de uma mulher lésbica, além de estudiosa dos debates feministas contemporâneos e servidora pública da área de Comunicação há 15 anos num instituto – o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE – que produz, entre tantas pesquisas e estudos, estatísticas de gênero.

Em 2023, quando ainda não era aluna de Mestrado, cursei a disciplina Tópicos Especiais: Estudos de Gênero, ministrada pelas pesquisadoras e professoras Angelita Alves de Carvalho, Barbara Cobo, Ana Carolina Bertho e Joice Soares, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE do IBGE. A proposta, então, era discutir as questões conceituais sobre

gênero na demografia, nas ciências sociais e na pesquisa social, considerando as distintas dimensões nas quais as desigualdades de gênero operam em intersecção com outros marcadores sociais de diferença³, em particular, cor ou raça, orientação sexual, local de residência, idade, entre outros julgados relevantes para o contexto brasileiro. Os textos escolhidos exploravam a invisibilidade das questões de gênero nas estatísticas como um fenômeno histórico e social, que tem consequências na continuidade ou no agravamento da desigualdade entre homens e mulheres.

A partir da disciplina cursada, meu desejo foi investigar a memória da produção das estatísticas de gênero no IBGE, uma instituição pública fundada em 1936 e tradicionalmente androcêntrica, presidida exclusivamente por homens até 2010. Em 2011, menos de um ano após a eleição de Dilma Rousseff para a presidência do país, Wasmália Bivar – economista e pesquisadora titular no IBGE desde 1986 – foi a primeira mulher a ser nomeada para a presidência do Instituto, exercendo essa função por cinco anos.

Outro ponto de investigação surgiria a partir dos resultados do Censo Demográfico 2022: além das mulheres serem 51,5% da população, pela primeira vez a maioria da população se declarava parda (45,3%). Somando esse resultado ao da população preta, teríamos 55,5% da população brasileira de cor ou raça preta e parda. Para mim estava claro que os Estudos Feministas, entre tantas disputas e divergências, convergiam sobre um ponto: a análise de gênero *precisa ser* interseccional, utilizando outros marcadores sociais das diferenças. No Brasil, com um passado colonial e escravocrata, em que por muito tempo operou em sua memória o mito da democracia racial – denunciado por Lélia Gonzalez (2020)⁴ – os dados de cor ou raça são primordiais para o estudo das opressões e desigualdades de gênero. Segundo Flavia Rios e Márcia Lima: “Na compreensão de Gonzalez, ideologias nacionais como democracia racial e miscigenação se reproduziam por meio de discursos que naturalizariam a experiência da escravidão e seus efeitos deletérios sobre a sociedade capitalista.” (Rios; Lima, 2020, pg.11)

³ Neste trabalho, compreendemos os marcadores sociais da diferença como categorias socialmente construídas que organizam posições, experiências e relações de poder na sociedade. Entre esses marcadores, destacam-se sexo e cor ou raça, além de classe de rendimentos, idade e território, cuja articulação possibilita compreender como diferentes formas de desigualdade são produzidas e vivenciadas pelos grupos sociais (SAGGESE et al., 2018).

⁴ Um dos conceitos mais conhecidos da professora, filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez, uma das pioneiras do feminismo negro brasileiro, é o de amefricanidade. “Amefricanidade”, um conceito que inaugurou uma identidade política que ultrapassava fronteiras nacionais e valoriza as contribuições dos Povos originários e da diáspora africana nas Américas, reconhecendo esses elementos como parte constitutiva da nossa identidade. (ONU Mulheres, 2024).

Para o nosso olhar do campo de estudos da Memória Social que entende que a memória, seja individual ou coletiva (Halbwachs, 2006), é um fenômeno que acontece, entre outros aspectos, a partir das disputas e concordâncias discursivas no presente, passei a me perguntar qual estaria sendo o uso do termo gênero – conceito tão disputado no feminismo – pelas estatísticas – e que possibilidades, a partir da interseccionalidade da categoria sexo com a categoria cor ou raça, se abririam para a análise das desigualdades entre mulheres e homens, e entre mulheres no Brasil.

Posso dizer que a adoção da perspectiva decolonial – ainda que se constitua como um campo de disputas quanto à sua conceituação e aplicação metodológica – contribuiu, sobretudo, para me situar como uma pesquisadora latino-americana diante do meu objeto. A partir desse lugar, passo a olhar para a produção das estatísticas de gênero do IBGE – atualmente alinhadas aos indicadores internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) – não como um sistema universal ou neutro, mas como um arranjo que suscita questionamentos. Interrogo, assim, em que medida as diversidades que atravessam as questões de gênero no Brasil estão, de fato, contempladas nos dados produzidos.

O objetivo da pesquisa, dessa forma, é investigar a memória da eclosão do debate sobre gênero no IBGE a partir dos anos 2000, considerando os contextos institucionais e sociais que possibilitaram a adoção do termo nas estatísticas de gênero e a incorporação da perspectiva interseccional, especialmente no que se refere à articulação entre sexo e cor ou raça.

Como objetivos específicos da pesquisa, delimitamos:

- Mapear a ocorrência do termo/conceito “gênero” no *corpus* da pesquisa;
- Analisar os usos e sentidos atribuídos ao termo/conceito “gênero” no discurso institucional das publicações do IBGE a partir dos anos 2000;
- Investigar em que medida o uso do termo “gênero” nas estatísticas do IBGE contempla a interseccionalidade no que tange às categorias sexo e cor ou raça, identificando disputas, permanências e silenciamentos na sua formulação.

A dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta introdução, das referências e das seções de apêndices e anexos. O Capítulo 1, intitulado O IBGE e as Estatísticas de Gênero, apresenta o contexto institucional e histórico da produção das

estatísticas de gênero no Brasil. Inicialmente, discuto o papel do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na produção de informações destinadas à formulação e ao acompanhamento de políticas públicas, destacando a relevância das estatísticas públicas e dos indicadores sociais nesse processo. Em seguida, examino a consolidação dos indicadores de gênero no âmbito do Instituto, com destaque para a virada metodológica associada à adoção do Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG), proposto pela Divisão de Estatística das Nações Unidas. O capítulo também analisa as categorias de classificação mobilizadas pelas estatísticas oficiais – especialmente as categorias sexo e cor ou raça – discutindo seus percursos históricos, disputas classificatórias e implicações epistemológicas. Por fim, situo a produção dessas estatísticas no contexto mais amplo das políticas internacionais de desenvolvimento sustentável, com referência à Agenda 2030 e à incorporação da perspectiva interseccional nas análises de gênero.

O Capítulo 2 apresenta os fundamentos teóricos que orientam a pesquisa, situados na articulação entre os estudos de Memória Social, da linguagem e de gênero. Partindo, então, da compreensão da memória como fenômeno social atravessado por disputas e negociações narrativas (Pollak, 1992; Gondar, 2015), analiso as dinâmicas entre memória institucional e memória coletiva na produção de discursos sobre gênero nas estatísticas públicas. A discussão também considera a linguagem como prática social e produtora de efeitos no mundo, inspirada na teoria dos atos de fala de John Langshaw Austin (1990). No campo dos Estudos Feministas, o capítulo dialoga com autoras que problematizam as categorias homem e mulher e as relações entre sexo e gênero, a partir do conceito de sistema sexo-gênero formulado por Gayle Rubin (1949-) e das contribuições de autoras pós-estruturalistas como Monique Wittig (1980), Joan Scott (2019) e Judith Butler (2003). Essas abordagens permitem compreender as categorias estatísticas não apenas como instrumentos técnicos de mensuração, mas também como construções discursivas situadas em disputas políticas e epistemológicas.

O Capítulo 3 apresenta o *corpus* da pesquisa, os critérios de seleção do material e a metodologia adotada para a análise. Para alcançar os objetivos da pesquisa descritos acima, a pesquisa foi estruturada em três linhas de investigação. A primeira consiste no mapeamento da ocorrência do termo/conceito “gênero” nas publicações selecionadas do IBGE e na análise dos usos e sentidos atribuídos a esse termo no discurso institucional da instituição; a segunda dedica-se à comparabilidade da presença da interseccionalidade de sexo e cor ou raça nas matrizes de indicadores de gênero em 2014 e em 2024; e a terceira examina em que medida a

perspectiva interseccional comparece nas estatísticas de gênero, especialmente no que se refere à articulação entre as categorias sexo e cor ou raça.

O *corpus* da pesquisa reúne publicações do IBGE da série Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, produzidas a partir dos anos 2000, período de consolidação das análises sobre as condições de vida das mulheres e da adoção do termo ‘estatísticas de gênero’. Inclui a publicação Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, a série Síntese de Indicadores Sociais (2002–2025), o estudo Estatísticas de Gênero (2014) e os informativos Estatísticas de Gênero (2018, 2021 e 2024).

Considerando os limites e exigências das classificações estatísticas — que demandam categorias com significância estatística — a análise mobiliza o conceito de interseccionalidade, conforme proposto por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), como ferramenta analítica para examinar as articulações entre as categorias sexo — com as variáveis mulher e homem — e cor ou raça nas estatísticas de gênero produzidas pelo Instituto.

Por fim, o Capítulo 4, dedicado às Considerações finais, retoma os objetivos da pesquisa e apresenta uma síntese das discussões desenvolvidas ao longo da dissertação. Nesse capítulo são destacados os principais resultados obtidos, bem como apontadas limitações do estudo e possibilidades de aprofundamento para investigações futuras, contribuindo para o avanço das reflexões sobre memória institucional, estatísticas de gênero e análise interseccional de gênero e raça no contexto brasileiro.

Capítulo 1

O IBGE e as Estatísticas de Gênero

A produção de estatísticas públicas não se limita à coleta e organização de dados sobre a população: ela também participa da construção de formas de conhecer e representar a realidade social. No caso brasileiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ocupa posição central nesse processo, sendo responsável pela produção de informações demográficas, econômicas e sociais que orientam a formulação de políticas públicas e a interpretação das desigualdades existentes no país. Além de representar o órgão central responsável pela produção das estatísticas oficiais do país, o Instituto é o Coordenador do Sistema Estatístico Nacional – SEN, conforme atribuições determinadas pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973 e em seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13/6/2003. Nesse contexto, compreender como a perspectiva de gênero passou a integrar as estatísticas produzidas pelo Instituto implica examinar não apenas os instrumentos técnicos de produção dos indicadores, mas também os contextos institucionais, políticos e epistemológicos que tornaram possível a incorporação dessa temática.

Este capítulo busca, portanto, situar historicamente a emergência e o desenvolvimento das estatísticas de gênero no âmbito do IBGE. Para isso, inicialmente discuto o papel das estatísticas públicas e dos indicadores sociais na produção de conhecimento sobre a população brasileira e na elaboração de políticas públicas. Em seguida, aborda-se o processo de construção dos indicadores de gênero no Instituto, com destaque para a adoção de referenciais metodológicos internacionais, como o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG). Na sequência, examinam-se as categorias de classificação mobilizadas pelas estatísticas oficiais, particularmente as categorias sexo e cor ou raça, considerando seus percursos históricos, disputas classificatórias e implicações analíticas. Por fim, o capítulo situa essas discussões no contexto mais amplo das agendas internacionais de desenvolvimento e da incorporação da perspectiva interseccional nas estatísticas de gênero.

1.1 O IBGE e seu papel na construção de políticas públicas

Desde o século XVII, o Brasil realizava levantamentos populacionais parciais, como o Censo Colonial de 1808 (Miguel *apud* Souza e Silva, 1986). Em 1872, o Recenseamento da

População do Império do Brasil foi considerado o primeiro levantamento censitário oficial brasileiro regulamentado pelo Decreto nº 4856 de 30 de dezembro de 1871. A partir desse recenseamento de 1872, a população brasileira tinha os dados coletados utilizando a categoria binária sexo, contabilizando-a em termos de homens e mulheres, entre outras características.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criado a partir da unificação do Instituto Nacional de Estatística (INE), que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936, e do Conselho Nacional de Geografia (CNG), instituído em 1937. Em 26 de janeiro de 1938, sob a ditadura do Estado Novo no governo de Getúlio Vargas, o Decreto-Lei nº 218 cria o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com dois órgãos colegiados e autônomos: o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o Conselho Nacional de Estatística (CNE). As estatísticas do IBGE, desde sua fundação em 1938, continuaram a ser produzidas com essa possibilidade de desagregação da categoria sexo nas variáveis homem e mulher.

A criação do IBGE insere-se diretamente no contexto do projeto político centralizador e nacional-desenvolvimentista do Estado Novo, no qual a produção de informações estatísticas e geográficas era considerada estratégica para o fortalecimento do Estado enquanto instância de planejamento, controle e intervenção sobre o território e a população. Como destacam Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), a estatística, nesse período, deixa de ser apenas um instrumento técnico e passa a integrar o aparato de governo voltado à racionalização administrativa e à construção de um projeto de modernização nacional. Os conhecimentos sistemáticos sobre o território, a economia e a população tornavam-se condição essencial para a consolidação do Estado autoritário e para a formulação de políticas públicas voltadas à industrialização, à integração territorial e ao desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o IBGE nasce como um órgão estratégico do Estado brasileiro, comprometido com a produção de informações que subsidiassem tanto o planejamento econômico quanto a administração pública. Como demonstra Penha (1993), a consolidação do sistema estatístico nacional durante o Estado Novo integrou-se ao esforço de racionalização e centralização administrativa, por meio do qual a estatística passou a desempenhar papel central na legitimação de políticas governamentais, conferindo-lhes aparência técnica e científica.

Além de sua função instrumental para o planejamento, o IBGE também exerceu, desde sua origem, um papel fundamental na construção simbólica da nação brasileira. Afinal, a missão do Instituto de retratar a realidade da população brasileira teve por trás, a cada período

político, uma ideia do que é o Brasil – e essa ideia nunca foi neutra. A produção de censos, mapas, indicadores sociais e regionais contribuiu para a consolidação de uma determinada ideia de Brasil, baseada na noção de identidade territorial e demográfica unificada (Senra, 2009). Como demonstram Nadya Miguel (2012) e Lilia Schwarcz (2012), os censos demográficos operam historicamente como dispositivos de construção da identidade nacional, na medida em que definem quais características da população são classificadas, visibilizadas ou silenciadas. Ao estabelecer categorias e descrever a distribuição da população no território, o IBGE participa da elaboração de uma narrativa oficial sobre quem é o “brasileiro”, e quais critérios passam a ser reconhecidos como legítimos pelo Estado.

Essa dimensão simbólica da estatística é particularmente relevante quando se observa que as categorias censitárias não apenas descrevem a população, mas produzem sentidos sobre ela. Como argumenta Miguel (2012), as escolhas das categorias de classificação nos censos refletiram tanto os projetos políticos de cada período quanto as disputas em torno da visibilidade ou do apagamento de determinados grupos sociais. Assim, ao longo do século XX, o IBGE contribuiu para a produção de uma narrativa oficial sobre o “perfil do brasileiro”, em sintonia com o ideário nacional vigente.

O IBGE, desde sua fundação, continua sendo o principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. Ele atua junto com outras instituições na produção das estatísticas públicas, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), além dos departamentos de estatísticas e pesquisas dos Ministérios e órgãos subnacionais de planejamento e estatística.

Devido à sua centralidade enquanto órgão público produtor das estatísticas oficiais para a formulação de políticas públicas no país, o IBGE precisa estar atento às mudanças sociais e às demandas de informações que surgem de forma a cumprir sua missão institucional de “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”⁵. Para o cumprimento de sua missão institucional, as pesquisas do IBGE precisam ser continuamente revistas e atualizadas para que colem dados que deem conta da diversidade da nossa população. Prestes a completar 90 anos de atividade, foi apenas a partir dos anos 2000 que as estatísticas com dados sobre a condição de vida das mulheres brasileiras passaram a ter algum protagonismo nas análises e divulgações do instituto. A

⁵ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html> Acesso em: 6/6/2025.

publicação do livro *Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000* pode ser considerada um marco inicial na construção discursiva do IBGE sobre as mulheres brasileiras (IBGE, 2002, p.9). A adoção do termo Estatísticas de Gênero – no âmbito das Estatísticas Sociais – ocorreu a partir da década de 2010, em consonância com o contexto sócio-histórico e político das discussões contemporâneas feministas e pautado nas recomendações internacionais da Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), tópico a ser desenvolvido no Capítulo 2.

1.1.1 As Estatísticas públicas e os indicadores sociais

Os fenômenos sociais estão em constante mudança e requerem continuamente atualização de conceitos e informações para acompanhamento de suas múltiplas dimensões de análise. Uma das ferramentas de subsídio de informações para a análise social são as estatísticas, que nos fornecem dados sobre educação, saúde, expectativa de vida, emprego, renda, entre tantos outros, fundamentais para a formulação das políticas públicas.

[...] as Estatísticas refletem o estágio de estruturação do Estado de Bem Estar, a complexidade da base e relações econômicas e conjunto de preocupações sociais a cada momento histórico. Se é fato que são as Políticas Públicas que pautam - com maior ou menor rapidez - o Sistema Estatístico, este contribui para aprimorar a ação governamental, pelo desvelamento de realidades socioeconômicas nos diagnósticos em diferentes escalas e pela avaliação dos efeitos, defeitos ou não efeitos das políticas e programas. (Jannuzzi, 2017, p. 33)

Segundo Simon Schwartzman⁶ (1995), a história do desenvolvimento das estatísticas públicas na Europa e nos Estados Unidos, como também no Brasil, mostra que elas resultam de uma combinação complexa de desenvolvimentos teóricos e metodológicos nos campos da estatística, da teoria econômica, da sociologia, da demografia; e de preocupações de governos, partidos políticos e grupos sociais organizados sobre temas como emprego, raça, pobreza e desigualdade social, objetos das políticas públicas.

Por detrás destes conceitos [desenvolvimentos teóricos e metodológicos] estão instituições - agências governamentais, centros de pesquisa, universidades, partidos políticos, sindicatos - e, dentro de cada um deles, pessoas com suas culturas profissionais - burocratas, advogados, funcionários públicos, sociólogos, economistas, sindicalistas. [...] Os fatos estatísticos, que se consubstanciam em determinados números que circulam na sociedade como verdades indiscutíveis, resultam na verdade

⁶ Simon Schwartzman é sociólogo e membro titular da Academia Brasileira de Ciências. Foi presidente do IBGE (1994-1998) e diretor, para o Brasil, da organização *American Institutes for Research* (1999-2002), sediada no condado de Arlington (Virgínia/EUA). É pesquisador associado do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG), no Rio de Janeiro.

de processos intensos de negociação entre diferentes grupos, e traduções sucessivas de sentido na passagem de uns para outros. Em alguns casos, quando os procedimentos e as rotinas de trabalho estão estabelecidas, este processo de negociação e retradução fica como que invisível. Em outros, ele surge à plena luz do dia, levantando dúvidas e questões sobre as intenções, competências e responsabilidade de cada uma das partes envolvidas. (Schwartzman, 1995, fl. 2)

Segundo Paulo Januzzi (2017), professor e pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), as estatísticas públicas – dados censitários, estimativas amostrais e registros administrativos – constituem-se na matéria-prima para a construção de indicadores sociais. Um indicador social é uma medida quantitativa, dotada de significado social, e “o que diferencia a estatística pública do indicador social é o conceito informacional presente, isto é, o ‘valor contextual’ da informação disponível neste último” (Januzzi, 2017, p. 16).

Um indicador é uma medida, um número, um fato, uma opinião ou uma percepção que indica uma situação específica e que mede as variações nessa situação ou condição, no decorrer do tempo. Os indicadores são a representação de determinado fenômeno e mostram, total ou parcialmente, a realidade. (Carrasco, 2012, p.9)

Para Januzzi (2017), apesar de evidências de que a tradição de uso de indicadores sociais é bem menos contemporânea do que se supõe, foi a partir dos anos 1960 que houve o aprimoramento do campo de estudos aplicados de indicadores sociais, em decorrência da problematização do conceito de desenvolvimento econômico como insuficiente para garantir o bem estar social.

No momento em que as evidências mostravam que o crescimento econômico não era suficiente para garantir condições de vida dignas para as populações, surgiram publicações e, posteriormente, recomendações internacionais, propondo, inicialmente, um conjunto de indicadores divididos por temas e, posteriormente, a construção de sistemas de indicadores sociais articulados com as informações econômicas e demográficas (ONU, 1975). [...] Mais recentemente as agendas de trabalho construídas pelos organismos internacionais foram ampliadas, passando a integrar uma série de indicadores econômicos, sociais, demográficos e ambientais em um mesmo *framework* de análise (ONU, 2016). (Alkmim; Simões, 2017, p.17)

Dessa forma, a produção de indicadores sociais sempre esteve atrelada à concepção de desenvolvimento de cada momento sócio-histórico.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, desde seu surgimento como movimento propriamente dito, em meados dos anos de 1960, assim como nos períodos subsequentes, a produção e análise de indicadores sociais esteve respaldada pela necessidade de integração da dimensão social — relacionada às condições de vida da população — às abordagens sobre o desenvolvimento econômico. Esse esforço contínuo e frutífero tem pautado a história dos indicadores sociais no IBGE e no mundo, com agendas de trabalho cada vez mais amplas e complexas, reflexos do

aprofundamento das discussões travadas sobre o referido conceito. (Alkmim; Simões, 2017, p.17)

Segundo Marilane Teixeira⁷ (*apud* Carrasco, 2012), é a partir dos anos 1980 que o uso dos indicadores se dissemina, com a formulação de indicadores sociais para medir o impacto das decisões políticas sobre os níveis de pobreza.

No IBGE, as origens da área de indicadores sociais remontam a 1973, quando o então presidente do Instituto, o economista Isaac Kerstenetzky, criou o Grupo Projeto de Indicadores Sociais (GPIS) (Alkmim; Simões, 2017). Em 1979, a área constituiu-se no Departamento de Estudos e Indicadores Sociais e, a partir de 2003, na Coordenação de População e Indicadores Sociais, que está subordinada à Diretoria de Pesquisa do IBGE.

A criação da área de indicadores sociais não foi, portanto, uma atitude isolada, mas esteve articulada à estratégia do IBGE que, influenciada pelas recomendações internacionais, buscou integrar a nova abordagem de desenvolvimento ao processo de trabalho da instituição. [...] Da mesma forma, a adoção de novas recomendações internacionais viabilizou maior articulação da instituição com os organismos internacionais, que passaram a financiar uma série de estudos e pesquisas voltadas ao diagnóstico das condições de vida de grupos sociais vulneráveis da população brasileira. (Alkmim; Simões, 2017, p. 20)

Desde a década de 1970, o IBGE participa de discussões com outros órgãos nacionais e internacionais⁸ para a construção de indicadores sobre crianças e adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, cor ou raça, povos indígenas, gênero, entre outros grupos populacionais, que atualmente figuram como público-alvo na Agenda 2030⁹. O cálculo dos indicadores para o Brasil é ancorado em fontes de dados variadas, priorizando estatísticas públicas oficiais. Além das bases de dados do IBGE, são utilizadas, por exemplo, bases do Ministério da Saúde, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

⁷ Marilane Oliveira Teixeira é economista, doutoranda no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e especialista na área de relações de trabalho e gênero.

⁸ O Brasil é um dos países que participa das reuniões com a Comissão de Estatística da Nações Unidas (*United Nations Statistical Commission*) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa - UNECE (*United Nations Economic Commission for Europe*), para citar alguns exemplos.

⁹ A Agenda 2030 da ONU é um plano de ação global adotado por 193 países em 2015, que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir paz e prosperidade para todos até o ano de 2030, sem deixar ninguém para trás. Ela abrange dimensões sociais, ambientais e econômicas, exigindo a colaboração de governos, setor privado e sociedade civil para ser implementada. (Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/agenda-2030> Acesso em: 02/12/2025)

[...] a produção de indicadores sociais não é um processo normativo, desconectado de uma determinada realidade, mas, pelo contrário, está vinculada à busca pela explicação de um determinado fenômeno social, o que implica, por sua vez, na utilização de referenciais teóricos como ferramenta de análise (IBGE, 1979). Esta relação é clara, por exemplo, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, onde tanto a organização dos objetivos quanto a definição dos indicadores e a forma de articulação entre os mesmos encontram-se associados ao conceito de desenvolvimento subjacente à referida agenda. (Alkmim; Simões, 2017, p. 25)

Em uma busca de produções científicas para ancorar a revisão de literatura na interface das estatísticas oficiais do IBGE e o campo da memória social, me deparei com a pesquisa da servidora Nadya Miguel (2012) que analisou as variações das categorias censitárias de cor e raça¹⁰, entre 1940 e 2010, e as mudanças no discurso institucional sobre o perfil do brasileiro no período selecionado. A autora avalia que as escolhas dessas categorias em cada Censo estão relacionadas tanto com os contextos políticos nacionais – e as intenções de conhecimento ou apagamento das características da população –, quanto com os contextos institucionais e o perfil das equipes técnico-administrativas do IBGE. No caso da categoria cor ou raça, podemos acrescentar que os silenciamentos em determinados momentos da história brasileira refletem as dificuldades de enfrentamento do racismo em nossa sociedade espelhados na memória do próprio IBGE.

Deve-se considerar que os censos não são os únicos espaços de produção de discurso sobre a população nacional, mas, certamente, a dinâmica de inclusão, exclusão e omissão das classificações e categorias censitárias presentes em seus questionários colaboraram para legitimar um perfil oficial do brasileiro em conformidade com o ideário nacional vigente. (Miguel, 2012, fl 95)

A formulação de categorias de análise e de sistemas de indicadores, portanto, obedece a critérios técnicos – que lhes garantem consistência e aplicabilidade – mas também a critérios teóricos aos quais os sistemas de indicadores devem se adequar para que possam demonstrar claramente as concepções que os norteiam (Teixeira *apud* Carrasco, 2012). E veremos adiante que estão intimamente influenciados e determinados por decisões políticas – tanto na esfera governamental quanto institucional.

Apesar de seu ideário de universalidade e neutralidade, a estatística, como outras ciências, utiliza, portanto, princípios e objetos de estudo que provêm de construções sociais,

¹⁰ A título de exemplo, no Censo Demográfico do IBGE de 1940, a categoria Cor oferecia como possibilidades de respostas: branca, preta e amarela. Em 2010, a categoria cor ou raça oferecia as seguintes possibilidades: branca, preta, amarela, parda e indígena.

ou seja, são escolhas teóricas, conceituais – e políticas – feitas por grupos científicos. Sabemos que, historicamente, os grupos científicos são formados em sua maioria por homens brancos. Ou seja, num mundo construído pelos homens e para os homens passou-se a questionar em que medida os temas pesquisados pelas estatísticas acabavam contemplando principalmente as questões do homem branco, como se ele fosse um referencial genérico, deixando uma lacuna de dados em relação às condições de vida das mulheres na sociedade.

Um das coisas mais importantes a dizer sobre a lacuna dos dados de gênero é que, em geral, ela não é mal-intencionada, ou sequer deliberada. Muito pelo contrário. É apenas o resultado de um modo de pensar que existe há milênios e que, por esse motivo, tornou-se uma espécie de não pensar. Porque quando dizemos humano, em geral queremos dizer homem. [...] E assim essas diferenças continuam sendo desconsideradas, e continuamos a agir como se o corpo masculino e a experiência de vida que ele proporciona fossem de um gênero neutro. (Perez, 2022, p.12)

A produção de estatística é, portanto, mais um terreno de disputa para a perspectiva feminista (Carrasco, 2012, p.6) já que o uso de um sistema de indicadores estará sempre associado a uma visão de mundo, a uma orientação política que determinará que tipo de informação se quer obter sobre a sociedade.

É evidente que todo sistema de indicadores situa-se dentro de um enquadramento teórico e que esse não é neutro, pois recolhe as orientações ideológicas predominantes no meio social e no acadêmico dentro dos quais se constrói e se desenvolve esse sistema. Assim, portanto, em uma sociedade em que o modelo dominante continua sendo o modelo patriarcal, os diferentes sistemas de análises de dados usados nos vários campos de pesquisa e estudo são sistemas em que a perspectiva das mulheres ocupou, até agora, um espaço insignificante. (Carrasco, 2012, p. 10)

O surgimento da perspectiva de gênero nas estatísticas sociais no IBGE e a sistematização de indicadores, de que tratarei adiante, fazem parte de um processo complexo de negociações de interesses e memórias entre diversos grupos sociais, impulsionado pelas discussões feministas, que serão melhor apresentadas no Capítulo 3.

1.2 Os indicadores de gênero

Segundo Teixeira (*apud* Carrasco, 2012), “é somente a partir de meados da década de 1990 que ganhou relevância a produção de índices que consideram a variável sexo”. A coleta e a análise de dados que possam ser desagregados por sexo possibilitaram a produção de estatísticas sobre as mulheres em muitos países. Esses dados, que serviriam para subsidiar programas e políticas públicas para o combate das desigualdades entre homens e mulheres,

logo se mostraram muito mais valiosos se analisados não isoladamente, mas justamente em comparação com a condição de vida dos homens. Ainda segundo a autora, em 1995 surgem os primeiros indicadores com recorte de gênero formulados pela ONU.

A IV Conferência Internacional da ONU sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995, contribuiu para impulsionar o desenvolvimento de índices desagregados no âmbito dos governos. Daí o surgimento de várias iniciativas, em diferentes países, para elaborar e monitorar indicadores desagregados por sexo. Esses indicadores tinham como objetivo avaliar as condições socioeconômicas das mulheres e servir de instrumento de planejamento e execução de programas de governo. Desde então surgiu uma vasta literatura propondo metodologias para se medir a desigualdade de gênero. (Carrasco, 2012, p. 15)

Há vários marcos na esfera política internacional que marcam a trajetória da luta feminista para a visibilidade política e social das mulheres e que, principalmente a partir dos anos 1990, colocaram essa discussão na perspectiva de gênero, como uma forma mais adequada para tratar as questões das desigualdades entre homens e mulheres.

A luta dos movimentos feministas pelo reconhecimento dos direitos das mulheres nas distintas dimensões de suas vidas pública e privada se reflete no processo histórico de abordagem da questão de gênero em tratados, acordos e convenções internacionais e na incorporação destes na formulação de políticas nacionais que visam à realização desses direitos. (Cobo; Santos; Agostinho, 2018, p. 266)

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) e as Conferências Mundiais sobre as Mulheres do México (1975), de Copenhague (1980) e de Nairobi (1985) são alguns eventos que antecederam a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em 1995, na China – até hoje uma referência para a reformulação dos direitos das mulheres como direitos humanos, entre outras conquistas.

A Plataforma de Ação de Pequim consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade. O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade. (Brasil, 2006, p. 148)

Outro marco internacional para as questões sociais, entre elas, a temática de gênero, foi a Cúpula do Milênio da ONU, em 2000, quando 189 nações, dentre elas o Brasil, firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade. Dentre os 8

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) propostos para serem alcançados até 2015, dois tratavam especificamente de questões relativas a gênero.

A melhoria dos índices se intensificou desde a Declaração do Milênio das Nações Unidas, em 2000, quando foram estabelecidas metas concretas e mensuráveis de desenvolvimento e de empoderamento das mulheres, a serem alcançadas pelos países signatários da declaração. Essas metas são avaliadas e comparadas em escala nacional, regional e global. (Carrasco, 2012, p. 16)

Em setembro de 2015, por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, foram adotados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, ou simplesmente Agenda 2030. Segundo as autoras de Abordagem de Gênero (2018), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não apenas atualizam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), mas também:

[...] ampliam o número de indicadores passíveis de análise sob a perspectiva de gênero para além do ODS 5 específico à temática, aponta para a transversalidade da análise do sistema e evidencia as desigualdades conjugadas e cumulativas quando analisam-se indicadores de gênero associados às demais variáveis de desagregação propostas. (Cobo; Santos; Agostinho, 2018, p. 269)

No Brasil, as recomendações e diretrizes internacionais sobre gênero foram debatidas em conferências e fóruns de discussão nacionais e regionais sobre políticas para as mulheres e tiveram desdobramentos importantes, com a criação de órgãos, programas e leis. Segundo o IBGE, “a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985, e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, institucionalizaram as questões de gênero no âmbito federal e permitiram impulsionar a implementação de ações, programas e políticas voltados à realização dos direitos das mulheres e ao combate às discriminações e desigualdades de gênero no País” (IBGE, 2014, p. 9).

A Convenção de Belém do Pará, de 1994, é um marco crucial da Organização dos Estados Americanos (OEA) que reconheceu a violência contra a mulher como uma grave violação dos direitos humanos, exigindo que os países signatários implementassem medidas de prevenção, proteção e punição, criando o primeiro tratado internacional com foco na violência de gênero e estabelecendo mecanismos interamericanos de proteção, como a Comissão Interamericana da Mulher (CIDHM) (ONU Mulheres, 2024b). Esses marcos possibilitaram, por exemplo, a formulação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

(2004), a aprovação da Lei Maria da Penha (2006), o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007) e, mais recentemente, a criação do Programa Mulher, Viver sem Violência (2013), que deu origem à Casa da Mulher Brasileira¹¹ em diferentes capitais.

Desde 2012, o Brasil integra o Grupo Interinstitucional de Peritos em Estatísticas de Gênero (*Inter-Agency and Expert Group on Gender Statistics - IAEG-GS*), coordenado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas (*United Nations Statistics Division - UNSD*) e composto por representantes dos programas de estatísticas de gênero de diversos países e organizações internacionais. Nesse arcabouço institucional, foi elaborado e acordado, na Comissão Estatística das Nações Unidas, por meio da Decisão 42/102, aprovada em 2013, um guia para a produção nacional e compilação internacional de estatísticas de gênero, o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG).

O manual da ONU *Integrating Gender Perspective into Statistics* (2016) propõe que a revisão das temáticas que norteiam a produção dos dados e dos indicadores sobre gênero seja a base de uma perspectiva de gênero a ser incorporada em toda e qualquer produção estatística. Ou seja, ele alerta para que a Estatística de Gênero não seja uma área da Estatística oficial, mas que haja a transversalização dessa perspectiva em todas as etapas, da produção à disseminação dos dados para todos os atores sociais e não apenas para grupos específicos interessados no tema.

18. A integração de uma perspectiva de gênero nas estatísticas significa que as questões de gênero e os preconceitos baseados no gênero são sistematicamente considerados na produção de todas as estatísticas oficiais e em todas as fases da produção de dados. (Hedman, Perucci and Sundström, 1996; United Nations, 2001a, 2001b, 2002, 2006). [...] 26. A integração de uma perspectiva de gênero na coleta e apresentação de dados deve ser vista como parte do processo global de melhoria da qualidade dos dados produzidos pelos sistemas estatísticos nacionais. (UNITED NATIONS, 2016, p. 5-6, tradução nossa)

Portanto, para se fazer estatísticas de gênero é preciso investigar também temáticas específicas de cada grupo. No universo feminino, por exemplo, temos questões específicas relativas à saúde da mulher (parto, licença maternidade), à violência doméstica, ao uso do

¹¹ Segundo o site do Ministério das Mulheres: “A Casa da Mulher Brasileira (CMB) é um dos eixos do Programa Mulher Viver sem Violência, retomado pelo Ministério das Mulheres em março de 2023. Com foco no atendimento multidisciplinar e humanizado às mulheres, a CMB integra, no mesmo espaço, diversos serviços especializados para atender mulheres em situação de violência: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes. O objetivo principal é facilitar o acesso aos serviços especializados para garantir condições de enfrentamento à violência, o empoderamento da mulher e sua autonomia econômica.” (BRASIL, [s.d.])

tempo (trabalho de cuidados), só para citar algumas, assim como há “questões específicas relacionadas com a vida dos homens – como o uso nocivo de beber e fumar, maior risco de acidentes ou outras lesões, ou o acesso à licença paternidade remunerada”. (Cobo; Santos; Agostinho, 2018, p. 272). Ou seja, quando se produz estatística sob essa perspectiva de gênero busca-se investigar em que áreas as vidas das mulheres e dos homens são afetadas de formas diferenciadas, impedindo que ambos gozem dos mesmos direitos e oportunidades em todos os setores da sociedade (IBGE, 2014).

1.2.1 Virada metodológica e adoção do Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG)

O processo de discussão desse tema complexo da adoção da perspectiva de gênero nas estatísticas do IBGE pode ser pontuado pela constituição de grupos de trabalho, a partir dos anos 2000, como o grupo de trabalho Orientação sexual e identidade de gênero (GT OSIG), atuante desde 2022. Outras iniciativas que fomentaram a reflexão dentro do Instituto foram a criação do Grupo de Pesquisas sobre Gênero, Sexualidades, Reprodução e suas Interseccionalidades (GENERIS) em 2022, e a oferta da Disciplina Tópicos Especiais: Estudos de Gênero na ENCE, em 2023. Todas essas iniciativas tinham como objetivo promover discussões sobre como produzir dados e indicadores de gênero com as equipes responsáveis por estabelecer as categorias de perguntas nas pesquisas do Instituto.

Para a elaboração dos indicadores de gênero, além da sua própria *expertise*, o IBGE segue recomendações internacionais bem como considera as experiências de institutos nacionais de estatística de outros países. A partir das recomendações internacionais da Comissão de Estatística das Nações Unidas (*United Nations Statistical Commission*) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa - UNECE (*United Nations Economic Commission for Europe*), os países signatários da Agenda 2030, dentre eles o Brasil, adotaram medidas, definições e referenciais conceituais sobre as estatísticas de gênero, se pautando, entre outras referências, pelo manual *Integrating Gender Perspective into Statistics*, publicado em 2016 pela Divisão de Estatística das Nações Unidas.

Dessa forma, o IBGE adotou a partir de 2018 uma nova orientação metodológica para garantir comparabilidade internacional dos dados coletados. Elaborado pela Divisão de Estatística da ONU, em 2013, o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG), compilados no guia *Gender Statistics manual: integrating a gender perspective into statistics*,

apresenta 51 indicadores quantitativos, agrupados em cinco grandes temas: Empoderamento econômico (18), Educação (11), Saúde e serviços relacionados (11), Vida pública e tomada de decisões (6) e Direitos humanos de mulheres e meninas (5).

O CMIG [Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero] integra o conjunto de iniciativas para estruturação de um sistema de monitoramento das condições de vida das mulheres internacionalmente acordado, no qual a Agenda 2030 apresenta-se hoje como eixo articulador, tanto pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 5 (Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas) quanto pelos indicadores “gênero-relacionados” identificados nos demais 16 ODS pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres (*United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women - UN Women*). (IBGE, 2024)

A partir desse alinhamento aos cinco temas do guia internacional, o IBGE publica trienalmente o informativo Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil (2018, 2021 e 2024), nos quais divulga os indicadores que conseguimos construir. Em 2024, a publicação divulgou que do total de 51 indicadores quantitativos propostos no CMIG, foi possível construir 44, sendo 11 *proxies* – indicadores com algumas adaptações conceituais e/ou metodológicas em função da não disponibilidade de dados para a construção dos originais. Os informativos são complementados com a publicação também das Notas técnicas que apresentam, dentro de cada temática, a definição conceitual dos indicadores de acordo com os metadados da UNSD, fonte de informações e metodologia de cálculo utilizada para todos os indicadores os quais havia dados nacionais disponíveis, descrevendo como foram produzidos. No exemplo a seguir, o indicador CMIG 46: Proporção de policiais mulheres, militares e civis foi um dos *proxies* - indicadores que precisaram de adaptações segundo nosso contexto brasileiro:

Segundo os metadados para o indicador CMIG 46 [Proporção de policiais mulheres, militares e civis], deve-se contabilizar o pessoal em agências públicas, em 31.12, cujas principais funções sejam prevenir, detectar e investigar crimes e prender os supostos autores. Equipes de apoio (secretários, escrivães etc.) devem ser excluídas. Os dados referem-se a policiais do sexo feminino no nível de governo nacional. Embora o indicador proposto pelo CMIG refira-se a policiais no nível nacional de governo, optou-se pela construção do indicador para os efetivos ativos da polícia civil e da polícia militar, instituições no âmbito dos governos estaduais, mais capilarizadas pelo Território Nacional. A fonte dos dados é a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC 2014, que coletou informações sobre os efetivos policiais referentes a 31.12.2013. (IBGE, 2018, pg. 21)

Importante frisar que o guia da ONU recomenda que os dados sejam levantados segundo as categorias sexo binário (homem-mulher) e idade, e cabe a cada país complementar seu levantamento adicionando categorias que retratem as especificidades de sua população.

Segundo as Notas Técnicas do informativo Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil - 3ª Edição, “foram também produzidos indicadores complementares com vistas a ampliar as possibilidades de análise e entendimento das questões de gênero no País” (IBGE, 2024b). Os quatro indicadores complementares abaixo correspondem à temática Direitos humanos das mulheres e meninas:

- Número e taxa de homicídios, por local de ocorrência do incidente, sexo e cor ou raça, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação de residência;
- Municípios, total, com serviços especializados de enfrentamento à violência contra mulheres, por número de serviços existentes, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios;
- Municípios, total e com delegacias de polícia, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios;
- Total e distribuição de pessoas de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência física nos últimos 12 meses, por sexo, tipo de agressor e local da única ocorrência ou ocorrência mais grave, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação.

A construção dos indicadores complementares pelo IBGE é de extrema relevância para o contexto brasileiro – pois tratam de temas relacionados à violência, estrutura municipal de atendimento e homicídios por sexo e cor ou raça – e merece ser ampliada em estudos futuros, especialmente no tocante ao aprofundamento da discussão sobre indicadores que retratem especificidades das desigualdades de gênero e raça no país.

1.3 As categorias de análise do IBGE

A formulação das categorias “sexo” e “cor ou raça” nas pesquisas estatísticas brasileiras está profundamente vinculada a processos históricos, sociais e políticos que moldaram o desenvolvimento do país. Embora aparentem ser classificações objetivas, ambas refletem disputas simbólicas, projetos de nação e ideologias de época. Por isso, é fundamental examinar como essas categorias foram construídas pelo IBGE ao longo dos Censos Demográficos, particularmente porque seus significados e modos de registro não são estáveis:

variam conforme as concepções sociais de diferença, os regimes de visibilidade e os silenciamentos que estão presentes em diferentes dimensões e momentos da história brasileira.

1.3.1 A categoria “sexo” nos censos: estabilidade classificatória e limites epistemológicos

Diferentemente de “cor ou raça”, a variável “sexo” manteve relativa estabilidade desde o primeiro recenseamento nacional em 1872. As classificações binárias do sexo de nascimento — homem e mulher — vem sendo reproduzidas de forma contínua, sem alteração conceitual ou operacional, mesmo diante de profundas transformações nas concepções de gênero ao longo dos séculos XX e XXI.¹² Essa estabilidade é, ao mesmo tempo, técnica e política: a definição binária do sexo de nascimento fundamenta a comparabilidade histórica dos dados e constitui eixo estruturante de indicadores centrais, como fecundidade, divisão sexual do trabalho, cuidado, escolaridade e mercado de trabalho (Cobo; Santos; Agostinho, 2018).

Entretanto, como observam autoras feministas como Butler (2003) e Scott (1995), a manutenção dessa categoria binária reforça uma lógica normativa que não contempla a complexidade das experiências identitárias. Essa limitação ganha relevo diante da demanda contemporânea por reconhecimento da diversidade de gênero, o que implicaria — como apontam Cobo, Santos e Agostinho (2018) — desafios metodológicos significativos: redefinições amostrais, impactos sobre séries históricas e necessidade de instrumentos que garantam representatividade estatística de grupos cuja proporção na população geral é pequena. Assim, embora “sexo” permaneça estável enquanto variável estatística, seu uso envolve tensões entre exigências técnicas e transformações sociais que desafiam as fronteiras tradicionais da categoria.

1.3.2 A categoria “cor ou raça”: um percurso marcado por apagamentos, disputas e reconstruções

A investigação sobre a cor ou raça da população brasileira possui longa trajetória. Desde o primeiro Censo de 1872, essa variável esteve presente, mas com alterações sucessivas, marcadas por ambiguidades, mudanças terminológicas e episódios de supressão

¹² Apenas na última década de 2020 o IBGE vem testando nas pesquisas domiciliares possibilidades que contemplem identidades não binárias ou múltiplas expressões de gênero. Em 2019, houve a primeira investigação específica sobre orientação sexual na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), com informações divulgadas ainda em caráter experimental. (Cobo et al., 2024, fl.2)

total. Quando a variável foi retirada, como ocorreu em 1900, 1920 e 1970, tal supressão não foi fruto de neutralidade técnica, mas expressão de projetos políticos e ideológicos.

Faz parte de um certo modelo brasileiro negar e camuflar o conflito antes mesmo que ele se apresente de forma evidente. Em 1900, por exemplo, diante da constatação de que este era mesmo um país mestiço e negro, preferiu-se simplesmente retirar o quesito "cor" do censo demográfico. Dessa maneira, embora os censos tenham sido realizados no Brasil em 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1970 e 1980 o item "cor" não foi utilizado pelo menos em três momentos: 1900, 1920 e 1970. (Schwarcz, 2012, p.97)

Durante o século XIX e início do XX, o Brasil vivia o impacto do pós-abolição, das teorias raciais e das políticas de branqueamento, profundamente discutidas por Gonzalez (2020) e Schwarcz (2012), entre outras. A retirada do quesito “cor” entre 1900 e 1920 deve ser compreendida nesse contexto: diante da constatação do amplo predomínio de pessoas negras e mestiças no país, considerar a cor implicaria confrontar, com dados, a impossibilidade de um projeto nacional baseado no embranquecimento. Assim, silenciar a variável foi uma estratégia de produção de esquecimento estatístico — um mecanismo de apagamento que reforçava o ideal da “democracia racial” emergente, posteriormente analisado criticamente por Lélia Gonzalez (2020) e Abdias do Nascimento (1978).

Dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Estatística indicam o seguinte desenvolvimento da população de 1872 a 1950. [...] Através destes números, fica evidente o declínio da população negra paralelo ao crescimento da branca. [...] Entretanto precisamos ser cautelosos com a significação de tais algarismos estatísticos. Eles mostram um retrato fortemente distorcido da realidade, já que conhecemos as pressões sociais a que estão submetidos os negros no Brasil, coação capaz de produzir a subcultura que os leva a uma identificação com o branco. [...] Observações deste caráter revelam claramente a tendência das estatísticas pesando forte no prato da balança ideológica racista do embranquecimento da população. (Nascimento, 1978, p.74 e 75)

Esse movimento de apagamento não é apenas técnico, mas “memorial”, no sentido de Pollak (1989): aquilo que o Estado deixa de registrar deixa também de compor a memória pública. A supressão da variável “cor” nos censos opera, portanto, como um silenciamento institucional que se articula ao racismo estrutural brasileiro.

O período pós-1930 trouxe reconfigurações significativas: urbanização acelerada, industrialização e formação de um Estado nacional centralizado. Nesse contexto, as estatísticas ganharam função estratégica para o planejamento governamental. Como analisa Schwarcz (2012) e confirma Miguel (2012), esse avanço técnico conviveu com projetos ideológicos que buscavam reafirmar uma identidade nacional mestiça e harmoniosa. A

construção da categoria “pardo” e a oscilação das classificações são exemplos de como o Estado moldou a diversidade brasileira a partir de critérios políticos. Assim, não apenas se contava a população – definia-se o que ela era.

Nos anos de 1940, 1950, 1980, apagamento total dos indígenas, em 1960, foi parcial. Nos Censos de 1991, 2000 e 2010 há a ideologia do apagamento das diferenças, de contemplação da diversidade culturais e raciais, por exemplo, a contemplação da etnia e da língua falada pelos indígenas. O perfil do brasileiro nesses três censos foi polarizado em branca, preta, amarela, parda e indígena. Mas, apesar de todo discurso de contemplação das diversidades raciais e culturais, permanece o apagamento das manifestações da mestiçagem em prol da homogeneidade de ser parda. (Miguel, fl 130, 2012)

O retorno da categoria em 1940, sob o Estado Novo, ocorreu ainda de forma instável. Os termos variaram entre “branco”, “preto”, “pardo”, “amarelo” e, em alguns anos, os indígenas foram incluídos ou excluídos das categorias principais, o que evidencia o caráter político da classificação. Schwarcz (2012) observa que o termo “pardo” constitui um verdadeiro “saco” ou categoria-resto, que reúne todos os que não se encaixam perfeitamente em classificações previamente definidas. Essa imprecisão revela, mais do que diversidade fenotípica, um modo brasileiro de lidar com a raça: classificações situacionais, dependentes do observador, permeadas por hierarquias implícitas. Como discute Schwarcz (2012), o racismo no Brasil foi historicamente interpretado a partir da noção de “preconceito de marca”, formulada por Oracy Nogueira, segundo o qual a discriminação incide sobre atributos fenotípicos e não sobre a origem racial. Esse caráter fluido e relacional é também demonstrado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1976, quando, ao permitir autodeclaração aberta, os brasileiros identificaram-se com 136 diferentes denominações de cor – um testemunho da complexidade e ambiguidade do sistema classificatório racial brasileiro (Schwarcz, 2012, p.100).

Entretanto, é a partir de 1991 que o IBGE unifica e estabiliza a categoria “cor ou raça” com cinco termos: branca, preta, amarela, parda e indígena (IBGE, 2018, p.178). Podemos inferir que essa mudança respondeu tanto a questões dos movimentos negros por reconhecimento estatístico das desigualdades raciais quanto à necessidade de alinhamento conceitual com estudos internacionais de etnoracialidade e com diretrizes de organismos multilaterais.

O presente texto trouxe até aqui uma série de informações sobre o estudo das características étnico-raciais no Brasil e alguns exemplos internacionais. Da mesma forma, sem pretender à exaustividade, abordou elementos de discussão sobre diversas vertentes dessa investigação que, no Brasil, articula-se em torno de dois conceitos principais, cor e raça. Os compromissos internacionais, assim como a utilização dos

resultados da investigação para balizar reivindicações de igualdade racial e políticas, tais como as cotas em universidades e concursos para carreiras públicas, colocam em evidência a necessidade de estatísticas e registros adaptados a esses imperativos. (IBGE, 2018c, p.207)

Ao unir os dois termos “cor” – refere-se ao fenótipo – e “raça” – remete à dimensão sociopolítica da discriminação, o IBGE reconhece a complexidade da realidade brasileira: no Brasil o pertencimento racial é construído pela intersecção entre aparência e lugar social.

Além disso, o sistema do IBGE tem categorias que podem ser aprimoradas e inclui dois conceitos em uma mesma pergunta: cores (branca, preta, parda, amarela) e raça indígena (subentendida como pertencimento étnico/cultural/linguístico a um “povo”). O sistema atual do IBGE daria conta da principal desigualdade racial no País, pois “embora o sistema brasileiro prefira os pardos aos pretos, a fronteira racial mais significativa é entre brancos e não brancos, já que o acesso à classe média é negado para ambos, pardos e pretos” (TELLES, 2012, p. 146). (IBGE, 2018c, p.190)

Miguel (2012) reforça ainda que a evolução das categorias censitárias de raça deve ser compreendida como discurso institucional sobre a identidade nacional.

Com efeito, raça persiste como representação poderosa, como um marcador social de diferença - ao lado de categorias como gênero, classe, região e idade, que se relacionam e retroalimentam - a construir hierarquias e delimitar discriminações. Tais categorias, articuladas em sistemas classificatórios, reguladas por convenções e normas e materializadas em corpos e coletividades, não adquirem seu sentido e eficácia isoladamente, mas antes por meio da íntima conexão que estabelecem entre si. [...] Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas. (Schwarcz, 2012, p.34)

1.3.3 Sistemas classificatórios, hierarquização social e produção de conhecimento

Bowker e Star (2000) destacam que classificações não são instrumentos neutros, mas tecnologias sociais que organizam visibilidades e invisibilidades. Como afirmam as autoras, “cada padrão e cada categoria valorizam um ponto de vista e silenciam outro. [...] As classificações são tecnologias poderosas. Incorporadas em infraestruturas funcionais, elas se tornam relativamente invisíveis sem perder nada desse poder. (Bowker; Star, 2000, p. 5 e 319, tradução nossa).

Criar uma taxonomia, classificar, corresponde a uma maneira de simplificar a realidade, visando seu melhor entendimento. Classificar não é um esforço neutro, está inserido historicamente e pode alcançar de forma mais ou menos eficiente seus objetivos. Inclusive, é possível atingir melhor (ou apenas) uma parte dos objetivos,

quando se têm vários, o que é o caso da classificação étnico-racial. (IBGE, 2018c, p. 191)

No caso brasileiro, as categorias censitárias relativas à raça sempre atuaram como dispositivos de poder, definindo quem aparece e quem desaparece nos números da nação. A classificação racial está diretamente relacionada às hierarquias construídas desde a escravidão, às políticas de branqueamento do início do século XX e à manutenção de privilégios que se reproduzem sob o mito da democracia racial. Lélia Gonzalez (2020) argumenta que o Brasil construiu uma narrativa nacional baseada na negação do conflito racial. Tal ideologia produz um processo de “racismo por denegação”, que naturaliza desigualdades e impede seu reconhecimento público.

Já no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu o classifico, o racismo por denegação. Aqui, prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. A chamada América Latina, que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação. (Gonzalez, 2020, p. 118)

Quando o Estado omite a variável “cor” – como ocorreu em 1900, 1920 e 1970 – ele reafirma essa ideologia, pois impede que o racismo se torne explicitamente mensurável. Os apagamentos censitários, portanto, reforçam o mito da democracia racial ao invisibilizar a dimensão racial da vida social.

Nesse contexto, a articulação entre “sexo” e “cor ou raça” deixa de ser um simples cruzamento de variáveis e passa a constituir um eixo analítico fundamental. Crenshaw (1989) argumenta que a interseccionalidade é necessária para compreender fenômenos sociais em que múltiplas opressões se combinam. No Brasil, essa combinação adquire contornos específicos: a leitura interseccional evidencia que mulheres negras, por exemplo, experimentam condições sociais, econômicas e políticas distintas tanto em relação aos homens negros quanto às mulheres brancas, o que impõe limites às análises que operam exclusivamente a partir da categoria sexo.

O IBGE reconhece essa necessidade em documentos recentes, como a publicação Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais (IBGE, 2018c), ao destacar a importância da desagregação por sexo e raça para compreender desigualdades estruturais. Sem essa dupla classificação, qualquer estatística de gênero tende a produzir uma categoria universal de “mulheres” que, como já advertia Lélia Gonzalez (2020), reflete a

experiência das mulheres brancas de classes médias, invisibilizando a experiência da maioria das brasileiras.

Além dos aspectos históricos e epistemológicos discutidos, é importante observar que quando o Estado mede desigualdades raciais e de gênero, ele torna públicas as hierarquias sociais; quando deixa de medir, contribui para apagá-las. Por isso, compreender a trajetória das categorias “sexo” e “cor ou raça” no IBGE é compreender também como a nação construiu – e ainda constrói – sua memória coletiva sobre as mulheres, sobre os negros e sobre a própria ideia de Brasil.

1.4 A Agenda 2030: interseccionalidade e estatísticas de gênero nos contextos internacional e nacional

A análise da trajetória das categorias “sexo” e “cor ou raça” no âmbito das pesquisas do IBGE evidencia que a produção estatística brasileira está profundamente enraizada em disputas históricas, políticas e epistemológicas. Como discutido anteriormente, a definição dessas categorias não resulta apenas de critérios técnicos: ela traduz projetos de sociedade, negociações institucionais e ideologias que moldaram, ao longo do tempo, a forma como o Estado brasileiro enxerga e classifica a sua população. Ao instituir determinados recortes e silenciar outros, os censos e pesquisas nacionais participam ativamente da produção de uma memória coletiva que define quem é reconhecido/a, como é representado/a e sob quais parâmetros passa a integrar a narrativa oficial do país. A maneira como o IBGE organiza seus dados, portanto, não apenas descreve a realidade demográfica, mas contribui para conformá-la, reforçando ou desafiando padrões sociais historicamente estabelecidos.

A interseccionalidade entre gênero e raça – tratada no tópico anterior – torna-se uma chave interpretativa indispensável para compreender as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. A leitura conjunta dessas variáveis não atende a uma demanda metodológica recente, mas responde a um imperativo histórico de reconhecimento das múltiplas formas pelas quais racismo e sexismo se articulam e se reproduzem. Tal articulação é especialmente relevante em um país cuja formação social foi marcada pela escravidão e pelos sucessivos processos de apagamento de identidades racializadas nas estatísticas oficiais.

É justamente essa compreensão da complexidade social brasileira que possibilita situar a produção estatística nacional em um contexto mais amplo. As discussões apresentadas até aqui apontam que, para além das particularidades históricas do IBGE, a construção e o

aperfeiçoamento de indicadores de gênero – sobretudo aqueles que incorporam recortes raciais – inserem o Brasil em um movimento global de harmonização metodológica, cooperação internacional e compromisso com os direitos humanos. Cada avanço interno, seja na revisão de categorias censitárias, seja na incorporação de abordagens interseccionais, dialoga diretamente com agendas multilaterais e com pactos internacionais assumidos pelo país.

A adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em 2015, na Cúpula das Nações Unidas, inaugurou um novo paradigma para a produção, monitoramento e disseminação de indicadores sociais no mundo. Firmado por 193 países – entre eles o Brasil – o documento estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que visam erradicar a pobreza, promover igualdade, proteger o meio ambiente e assegurar prosperidade global até 2030 (UNITED NATIONS, 2015). A Agenda 2030 orienta os sistemas estatísticos nacionais a produzir dados com qualidade, comparabilidade internacional, desagregação e sensibilidade às desigualdades estruturais.

Entre esses objetivos, o ODS 5 – Igualdade de gênero possui centralidade estratégica na agenda global. A ONU Mulheres afirma que a igualdade de gênero é condição indispensável para o desenvolvimento sustentável e perpassa os demais objetivos (ONU Mulheres, 2024b). A iniciativa internacional Planeta 50-50¹³ em 2030 sublinha que a presença plena e igualitária de mulheres em todas as esferas da vida é pré-requisito para o alcance das metas de desenvolvimento (ONU Mulheres, 2024b). Essa orientação internacional tem repercussões diretas sobre os sistemas estatísticos, exigindo que indicadores de gênero sejam incorporados não apenas como área temática específica, mas como dimensão transversal em políticas públicas e instrumentos de monitoramento.

Esse movimento internacional resultou, em 2013, na elaboração do Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG) pela Divisão de Estatística da ONU. O CMIG, composto atualmente por 51 indicadores quantitativos, orienta países a construir estatísticas capazes de medir desigualdades entre mulheres e homens, alinhadas a padrões internacionais (UNSD, 2013). Como discutido no tópico 1.2.1, o IBGE adotou oficialmente o CMIG em 2018, iniciando uma reestruturação metodológica de seus indicadores para garantir comparabilidade e relevância analítica (IBGE, 2018).

¹³ Esta é uma iniciativa internacional pela igualdade de gênero, com o objetivo de alcançar a igualdade entre mulheres e homens até 2030. A ideia central do “50-50” é a paridade de gênero e igualdade de direitos, oportunidades e participação em todas as esferas da sociedade. (ONU Mulheres, 2024b)

No entanto, apesar de sua abrangência, a Agenda 2030 apresenta uma lacuna evidente: não existe um ODS específico sobre igualdade racial. As questões étnico-raciais aparecem de forma difusa, especialmente no ODS 10 (Redução das desigualdades), mas sem um objetivo dedicado ao combate ao racismo estrutural. Tal ausência torna-se particularmente problemática em sociedades marcadas por profundas desigualdades raciais, como o Brasil.

Em relação a essa agenda, além da necessidade de aumentar as fontes de dados desagregados para monitorar a garantia de direitos de afrodescendentes e indígenas em diversos campos, vale atenção à produção de dados segmentados em países que possuem categorias intermediárias, como “mestiza” (por exemplo, em Honduras e no Equador) e “parda” no Brasil. (IBGE, 2018c, p. 204 e 205)

É nesse contexto que o Brasil assume protagonismo global ao propor a inclusão do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial. Segundo o Ministério da Igualdade Racial (MIR, 2024), a proposta visa suprir um hiato estrutural da Agenda 2030 ao reconhecer a centralidade da dimensão racial na constituição das desigualdades e ao promover um compromisso internacional claro com o combate ao racismo (MIR, 2024). A proposta brasileira busca suprir um déficit histórico na agenda global ao reconhecer que o racismo opera como estruturante das desigualdades e precisa ser enfrentado como um objetivo explícito e mensurável por meio de indicadores racialmente desagregados. A proposição da inclusão do ODS 18 na Agenda 2030 fundamenta-se na constatação de que a população negra é maioria no país e enfrenta desigualdades profundas – em renda, escolaridade, emprego, saúde, moradia e acesso a direitos – e que tais desigualdades são sistematicamente reproduzidas e invisibilizadas quando o racismo não é considerado de forma explícita nas agendas globais e combatido de forma sistemática em todas as políticas públicas.

Essa proposição brasileira dialoga diretamente com reflexões de importantes pensadoras e ativistas negras. Lélia Gonzalez (2020), como já dito, denuncia o “mito da democracia racial”, que oculta o racismo ao promover uma narrativa de harmonia baseada na miscigenação. Sueli Carneiro (2003) e Carla Akotirene (2021) reforçam que a desigualdade racial precisa ser compreendida como estrutural e intrinsecamente articulada a desigualdades de gênero. Assim, a proposta do ODS 18 está ancorada na necessidade de reconhecer que raça não é variável periférica, mas eixo organizador da vida social.

No campo teórico, esse entendimento se alinha ao conceito de interseccionalidade, proposto por Kimberlé Crenshaw (1989), que defende que sistemas de opressão – como racismo e sexismo – não operam de forma isolada, mas articulada. A interseccionalidade,

portanto, exige que dados e indicadores considerem simultaneamente múltiplos marcadores sociais, sobretudo em países onde raça e gênero estruturam de modo combinado a estratificação social.

É nesse sentido que, para um país como o Brasil, discutir a Agenda 2030 implica, necessariamente, discutir raça. Tal iniciativa dialoga diretamente com a trajetória das estatísticas públicas no país, historicamente tensionadas pelos silenciamentos produzidos em determinados períodos censitários e pela invisibilização das desigualdades raciais — algo já amplamente criticado pela literatura (Gonzalez, 2020; Akotirene, 2021; Carneiro, 2003).

Compreendendo essa especificidade nacional, o IBGE tem realizado a desagregação dos indicadores de gênero por sexo e cor/raça, ainda que o CMIG não exija essa desagregação para todos os indicadores. A publicação trienal Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil (IBGE 2018, 2021, 2024) evidencia sistematicamente que mulheres pretas e pardas apresentam os piores indicadores de acesso a renda, escolaridade, formalidade no trabalho, saúde, cuidado e participação política. Essa prática demonstra o reconhecimento institucional de que gênero, no Brasil, só pode ser analisado adequadamente quando articulado à variável racial. Assim, ao buscar cruzar sistematicamente sexo e cor/raça, o IBGE não apenas atende às recomendações internacionais — ele corrige historicamente um padrão de invisibilização racial e contribui para uma memória coletiva comprometida com a prática estatística. Essa prática fortalece o potencial transformador dos indicadores na formulação de políticas públicas sensíveis às desigualdades que estruturam a sociedade brasileira.

Como reforça o manual *Integrating Gender Perspective into Statistics* (United Nations, 2016), a transversalidade de gênero na produção estatística só tem sentido se acompanhada da desagregação por características relevantes da estrutura social, tais como raça, idade, território e classe. No caso brasileiro, essa transversalidade exige a integração permanente da variável “cor ou raça” às estatísticas de gênero, considerando-se a interseccionalidade como uma abordagem não opcional, mas indispensável.

Por fim, o protagonismo brasileiro na proposta do ODS 18, aliado ao alinhamento metodológico com o CMIG e às práticas interseccionais já desenvolvidas pelo IBGE, evidencia um compromisso institucional e político com a construção de indicadores voltados ao enfrentamento do racismo e do sexismo. Como argumentam Bowker e Star (2000), sistemas classificatórios moldam realidades, e os indicadores não são neutros: eles definem quem será visto e quem permanecerá invisível.

Capítulo 2

Aspectos teóricos dos campos da Memória Social e dos Estudos Feministas

Neste capítulo desenvolvo algumas questões teóricas dos campos de estudo da Memória Social e dos Estudos Feministas que fundamentam a minha pesquisa e que atravessam a memória institucional sobre as estatísticas de gênero do IBGE. Veremos como as discussões de autores da Memória Social sobre os fenômenos da lembrança e esquecimento como estratégias narrativas no âmbito das memórias social e política podem ser aplicadas à memória institucional e à análise das categorias utilizadas (ou não) na produção discursiva sobre gênero no Instituto. Já os Estudos Feministas permitiram: o mapeamento do uso do termo/conceito gênero nas estatísticas; o olhar sob a perspectiva decolonial sobre como se opera no IBGE a adoção dos indicadores de gênero da ONU (CMIG); e o uso do conceito de interseccionalidade como chave analítica para o estudo do *corpus* da pesquisa.

2.1 Questões teóricas na abordagem da Memória Social

Para relacionarmos os campos de estudos da Memória Social e dos Estudos Feministas com as questões envolvidas na produção das estatísticas de gênero no IBGE, apresentarei as discussões teóricas de Michael Pollak e Andreas Huyssen, entre outros autores. A partir das premissas desenvolvidas por Maurice Halbwachs (1877-1945), esses autores discutem os fenômenos da lembrança e esquecimento como estratégias narrativas no âmbito da memória social e política, no sentido de que “qualquer narrativa é seletiva e implica, passiva ou ativamente, certo esquecimento de uma história que poderia ser contada de outra maneira.” (Huyssen, 2014, p.158). O estudo sobre as memórias subterrâneas, desenvolvido por Pollak, será útil para pensar em que medida as narrativas decoloniais promoveram rupturas em relação à uma memória discursiva hegemônica ocidental, questionando a noção de identidade feminina produzida pelo feminismo eurocêntrico. No contexto brasileiro, pela perspectivas decolonial e interseccional, investigaremos quais mulheres são lembradas ou invisibilizadas no discurso estatístico do IBGE. Para Ferreira (2009, p.108), “a representação identitária implica um afrontamento de forças, uma escolha política das memórias que irão constituí-la e cuja manutenção exige a exclusão sob a forma de recalçamento, repressão ou censura, de tudo aquilo que pode colocar em xeque o que se quer preservar”.

2.1.1 Memórias em disputa

Maurice Halbwachs (1877-1945) foi um dos intelectuais de sua época que buscavam entender as estruturas materiais da sociedade num período de intensas mudanças sociais e políticas. O autor publicou em 1925 o livro *Os quadros sociais da memória* e, em 1950, após seu falecimento, há a publicação do livro *Memória Coletiva*, uma obra póstuma com a coletânea de seus escritos. Essas duas publicações contêm categorias teóricas sobre memória que servem de base até hoje como referenciais para as discussões do campo da Memória Social.

Para Halbwachs, a memória é fundamentalmente um fenômeno social - seja ela individual, coletiva, histórica – pois, segundo ele, toda experiência que temos como indivíduos é social. O autor conceitua a memória coletiva como um fenômeno que acontece nos grupos sociais do qual participamos, sendo que esse grupos podem se desfazer e se rearticular, bem como podemos perder o vínculo com algum grupo do qual participamos em alguma época de nossa vida. Porém, para o autor, a memória coletiva, formada por uma confluência de correntes de pensamentos é, em alguma medida, um elemento de coesão social.

Michael Pollak (1948-1992) foi um historiador e sociólogo austríaco, radicado na França, reconhecido por sua reflexão teórica sobre a memória e o problema da identidade social em situações limites. Ele escreveu dois artigos que se tornaram referência nos estudos de Memória Social: *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989) e *Memória e Identidade Social* (1992). Escritos décadas depois das reflexões de Halbwachs – mas partindo das premissas elencadas por ele – Pollak produz seu conhecimento situado, trazendo para o debate da Memória as questões de sua época. Dessa forma, Michael Pollak logo de início estabelece um ponto de vista divergente do pensamento de Halbwachs para quem o fenômeno da memória teria um caráter conciliador, promotor de coesão social e do sentido de continuidade e estabilidade sociais.

Michael Pollak emprega a metodologia da história oral com relatos individuais ou coletivos de atores marginais ou excluídos ou de minorias para discutir o fenômeno dinâmico de construção da memória coletiva que ocorre no presente. Afinal, tudo o que nós lembramos do passado faz parte de construções sociais que são realizadas no presente. E, com isso, ele traz a ideia da disputa pela memória e o quanto a memória - seja ela nacional, coletiva e

individual – é um “fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.” (Pollak, 1992)

Como em Halbwachs, para Pollak a memória tem sua característica da seletividade e negociação, ou seja, o sujeito não leva em consideração tudo para constituir sua memória ou sua identidade. Ele explicará que o fenômeno acontece entre dois pólos, a herança - parte herdada dos grupos a que pertencem – e a contingência – as preocupações e vivências do momento. Outra característica do fenômeno é que a memória é sempre contrastiva, elaborada na relação com “o outro”, tanto no sentido da coesão e do pertencimento ao grupo - pela concordância das lembranças – quanto no sentido das diferenças – ao firmar identidades sociais e definir as fronteiras entre os grupos sociais, simbólicas ou territoriais. Para o autor, há uma relação intrínseca entre memória e identidade, ambas construídas reciprocamente, sejam individuais ou coletivas.

No artigo Memória, Esquecimento, Silêncio (1989), o sociólogo austríaco cunha o termo memórias subterrâneas a partir de relatos de indivíduos ou grupos que se opõem à uma versão oficial da memória de um grupo ou nação, como as memórias dos judeus sobreviventes dos campos de concentração.

[...] a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. (Pollak, 1989)

Pollak discorre sobre o silenciamento dos judeus sobreviventes, que de forma alguma representou esquecimento, mas que ocorreu por diversas razões e também, em alguma medida, como estratégia para encontrar um “modus vivendi” na Alemanha e na Áustria pós-nazistas.

Quarenta anos depois convergem razões políticas e familiares que concorrem para romper esse silêncio: no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento. (Pollak, 1989)

Mas como as memórias persistem por décadas e até séculos no silenciamento dos grupos antes de irromperem no presente? Segundo Pollak,

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (caso dos crimes estalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. (Pollak, 1989)

Em outras palavras, para que uma memória marginal possa ser transmitida, ela será organizada numa narrativa, seja do indivíduo ou do grupo social marginalizado ou excluído. Essa abordagem de Pollak abriu um campo para pensar as disputas das memórias no campo dos Estudos Feministas, afinal, na história do feminismo há lutas contra os silenciamentos e apagamentos das mulheres, seja em relação aos homens ou entre elas mesmas.

2.1.2 Memória, discursos e identidades sociais

O campo da Memória Social oferece ferramentas teóricas fundamentais para investigar a produção de discursos estatísticos sobre gênero no Brasil. As estatísticas produzidas pelo IBGE funcionam como registros duradouros que condensam a experiência social em números e classificações. Os censos e pesquisas domiciliares podem ser compreendidos como um arquivo nacional vivo (Derrida, 1995), no qual as categorias disponíveis definem o que pode ser lembrado e reconhecido. Para Foucault (1969), entretanto, o arquivo não é neutro, mas um sistema de enunciabilidade que regula a emergência dos discursos. Michael Foucault e Jacques Derrida problematizam o conceito de arquivo, mas a partir de perspectivas distintas. Para Foucault (2008), o arquivo não é apenas um acúmulo de documentos, mas o conjunto de regras de enunciabilidade que define o que pode ser dito em determinada época e o que deve permanecer silenciado. Já Derrida (2001) enfatiza a dimensão política e afetiva do arquivo, marcado pelo paradoxo do mal de arquivo: ao mesmo tempo em que guarda e preserva, também opera esquecimentos e exclusões.

No caso do IBGE, podemos compreender a produção das estatísticas de gênero como um dispositivo duplo: de um lado, um sistema que define quais temáticas, indicadores e categorias são legitimadas e que subsidiam um discurso institucional sobre gênero; de outro, um campo atravessado por tensões e disputas de memória, no qual certas identidades sociais – como as de mulheres indígenas, quilombolas, lésbicas ou trans – só recentemente começam a ganhar visibilidade estatística em pesquisas como a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)¹⁴, de

¹⁴ O IBGE divulgou no dia 25 de maio de 2022 indicadores referentes à orientação sexual autodeclarada. Esses indicadores foram levantados no Módulo Atividade Sexual inserido na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2019, em parceria com o Ministério da Saúde. A divulgação da pesquisa pode ser acessada no site da Agência de Notícias IBGE em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>.

2019, e o Censo Demográfico de 2022, apelidado pelo IBGE como o primeiro Censo Quilombola¹⁵.

Portanto, as decisões de adotar determinado sistema de indicadores de gênero, de incluir, excluir ou cruzar categorias de pesquisa, não podem ser vistas como neutras: tratam-se de escolhas que integram um dispositivo discursivo, responsável por definir quais identidades coletivas ganham visibilidade e legitimidade – e quais permanecem invisibilizadas e, portanto, esquecidas.

O esquecimento precisa ser situado num campo de termos e fenômenos como silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste e repressão — todos reveladores de um espectro de estratégias tão complexo quanto o da própria memória (Huyssen, 2014).

Essa dimensão discursiva se aproxima da teoria dos atos de fala de J. L. Austin (1990), para quem dizer algo é também realizar uma ação. Judith Butler ([1990] 2023) desenvolve essa perspectiva ao aplicar a noção de performatividade ao gênero, argumentando que enunciados não apenas descrevem, mas produzem as identidades que nomeiam. As estatísticas, portanto, podem ser compreendidas como atos performativos: ao classificar, enunciar e publicar resultados, o IBGE não se limita a retratar a realidade social, mas participa ativamente de sua constituição.

Nesse ponto, torna-se evidente que o caráter performativo das estatísticas de gênero não se limita ao ato de nomear, mas se prolonga nos efeitos sociais e políticos que tais classificações produzem. É justamente aqui que os Estudos Feministas – especialmente aqueles ancorados na perspectiva interseccional e decolonial – tensionam o discurso estatístico, denunciando como certas escolhas metodológicas reforçam hierarquias históricas. Gonzalez (2020), Collins (2015) e Lugones (2020) mostram que a experiência das mulheres não pode ser reduzida a uma identidade abstrata e universal, mas deve ser pensada na intersecção de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais. O IBGE dispõe de um amplo repertório de categorias sociais e econômicas que permitem retratar desigualdades – idade, classe de rendimento, condição de domicílio (urbano/rural) e distribuição regional, entre outras. Para esta pesquisa, considerando o contexto brasileiro e as críticas feministas que ressaltam a herança colonial e escravocrata na constituição de desigualdades, mapearemos as duas categorias que considero centrais para a análise interseccional: sexo e cor ou raça.

¹⁵ Consultar resultados do CD 2022 em relação à população quilombola em <https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/>

2.2 Questões teóricas na abordagem do gênero

A perspectiva de gênero nas Estatísticas – em âmbito internacional e nacional – surge em grande parte das demandas feministas sobre a invisibilidade política e social de questões específicas que afetam as mulheres e, conseqüentemente, promoveu a revisão de conceitos e metodologias para a produção de dados estatísticos. (Cobo; Santos; Agostinho, 2018). A interseção de estatísticas de gênero e perspectivas feministas decoloniais no Brasil apresenta uma área crítica de investigação, particularmente na compreensão de como os paradigmas de produção de dados, tradicionalmente androcêntricos – e em termos de ciência, eurocêntricos – podem perpetuar as desigualdades existentes, caso não incorporem ou revisem temas, indicadores, categorias ou metodologias de análise que retratem as especificidades da realidade brasileira.

Minha pesquisa sobre o campo das estatísticas de gênero nos faz indagar sobre o arcabouço teórico que subjaz a adoção e uso do termo/conceito ‘gênero’, principalmente a partir dos anos 2000, nas recomendações internacionais da Divisão de Estatística da ONU que norteiam a produção estatística do IBGE. Mas qual a contribuição epistemológica que o uso desse termo – apesar e paralelamente às disputas em torno da elaboração desse conceito - trouxe para o campo de Estudos Feministas? Quais as possibilidades de articulação de gênero com outras categorias de análise social, em particular “cor ou raça” no contexto brasileiro? Para responder a essas perguntas vamos investigar, no campo de Estudos Feministas, as condições que propiciaram o surgimento do termo/conceito ‘gênero’, pontuar a sua conceituação no sistema sexo-gênero, para depois abordarmos a virada conceitual de Judith Butler (2023) e o questionamento dessa categoria binária pela perspectiva decolonial. A perspectiva decolonial será utilizada também para abordarmos o contexto brasileiro das opressões de gênero e raça, encobertas pelo mito da democracia racial estudado pela filósofa e antropóloga feminista Lélia Gonzalez (2020).

Após esse breve aporte teórico do campo de Estudos Feministas, apresentamos um estudo sobre três tipos do uso e interpretações do termo/conceito na literatura acadêmica para, então, situarmos o uso de ‘gênero’ na produção discursiva das ciências estatísticas na Divisão de Estatísticas da ONU e – posteriormente e mais detalhadamente no Capítulo 3 – identificarmos o uso desse termo/conceito pelo IBGE.

2.2.1 Não nascemos mulher, mas tornamo-nos *mulheres*

O chamado campo de Estudos Feministas foi processualmente constituído a partir das lutas políticas e da elaboração das teorias feministas, consolidando-se como campo de saber principalmente a partir dos anos 1970. Segundo Miriam Adelman, pesquisadora e professora associada do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PGSOCIO) e do Programa de Pós-graduação em Letras (PGLETRAS), ambos da Universidade Federal do Paraná (UFPR):

[...] podemos examinar a relação entre o ingresso maciço de mulheres nas universidades a partir da década de 60, sua crescente participação em atividades e profissões de ensino e pesquisa e o surgimento de novas temáticas vinculadas à experiência feminina. [...] De fato, a teoria feminista participa dos movimentos intelectuais da atualidade que, desde os anos 60, vêm mobilizando a academia e repercutindo fora dela, ao questionar os antigos paradigmas para o pensar sobre o mundo e agir nele. (Adelman, 2016, p. 98)

O campo de estudos feministas sempre foi um campo de muitas disputas - sociais, políticas e teóricas - e se complexificou nas últimas décadas, incorporando as perspectivas interseccional e decolonial, que possibilitaram o questionamento das teorias produzidas por um feminismo eurocentrado e civilizacional que representava o pensamento das mulheres brancas euro-estadunidenses.

O movimento feminista trouxe à tona um novo sujeito político coletivo: a Mulher. O impacto da emergência deste sujeito político logo se fez sentir na academia. À consolidação da “Mulher” como sujeito político, pareceu corresponder a emergência de um novo objeto de estudos. Não foram poucos os estudos que, problematizando a condição feminina a partir de diversos pontos de vista e sob diversas abordagens, tinham em comum o intento de desnaturalizar e historicizar a subordinação da mulher. (Simião, 1999, p. 22)

Esse feminismo eurocentrado passa a ser questionado como um “modo de opressão alinhado ao que rejeita, uma branquitude patriarcal, e informado na autoridade e na colonialidade de poderes e saberes” (Hollanda, 2019, p. 12) pois não considerava as existências e saberes de tantas outras mulheres.

interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação

sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins, 2020, pg. 16)

Heloisa Buarque de Hollanda, uma das referências no campo de Estudos Feministas no Brasil, cita algumas feministas negras que interpelaram o feminismo branco:

Desde o início das teorias feministas, a questão das demandas específicas das mulheres negras se deu pelo questionamento da universalidade da noção de mulher ainda que sem a força que ganhou na atualidade. Já em 1851, Sojourner Truth, na *Women's Rights Convention em Akron*, Ohio, Estados Unidos, interpela de forma eloquente o feminismo branco, tornando-se um ícone dos estudos raciais. [...] No terreno dos estudos de gênero propriamente dito, a grande interpelação à produção feminista mais ampla foi a publicação em 1981, do livro *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color*, organizado por Cherrie Moraga e Gloria Anzaldúa. A edição reunia as chamadas “mulheres de cor” [...]. Audre Lorde, escritora caribenha-americana, feminista, lésbica e ativista dos direitos civis, foi uma das primeiras a discutir a questão. Em 1984, lança o livro *Sister Outsider* colocando em pauta a ilusão feminista de uma sororidade universal. (Hollanda, 2019, p. 13)

Paralelamente, feministas lésbicas questionavam a imposição de uma heterossexualidade compulsória e apontavam o marcador da sexualidade como mais uma chave que opera, ao lado de raça e classe, como um regime político que faz a administração dos corpos e que produz a doutrina da diferença entre os sexos para justificar a opressão das mulheres. (Hollanda, 2019, p. 11).

Uma sociedade lésbica revela pragmaticamente que a divisão criada pelos homens da qual as mulheres têm sido objeto é política e mostra que fomos reconstruídas ideologicamente como ‘grupo natural’. (Wittig, 2019, p. 83)

Nesse cenário em que o feminismo se tornou plural e que o “pessoal se tornou político”¹⁶, as vozes das mulheres negras, das lésbicas, das latino-americanas, das que vivem em condição social vulnerável, entre outras, de certa forma comprovavam na diversidade de identidades sociais o que Simone de Beauvoir afirmou em 1949: “não se nasce mulher, torna-

¹⁶ Segundo Tainan Silva do Amaral: “Nas décadas de 60 e 70 o slogan “o pessoal é político” ganhou força com a segunda onda do feminismo e os movimentos estudantis. A frase se popularizou após a publicação do ensaio de mesmo nome da jornalista feminista Carol Hanisch em 1970. Desde então, “o pessoal é político” tem sido usado para indicar a experiência partilhada, que não permanece na vida íntima, mas se conecta às experiências de um coletivo. Também se estabelece como um argumento, que reafirma a vivência privada e o espaço doméstico como lugar de política e de poder.” (Rotas e Ruas, pg.324, 2024) Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/740/2025/03/Rotas_Ruas_II_Ebook_compressed-1.pdf Acesso em 19/07/2025.

se mulher”. A ‘categoria mulher’ já não abarcava mais a diversidade de experiências e identidades sociais das mulheres e demonstrava uma limitação conceitual e epistêmica para as discussões feministas, que acham uma saída epistemológica para o debate das desigualdades sociohistóricas entre homens e mulheres – e não mais biológicas ou essencialistas – na categoria de análise gênero.

2.2.2 Sexo e gênero ou sexo é gênero?

O deslocamento do foco que buscava as causas da dominação para os significados e as condições de construção das relações de gênero se completa. Mais ainda, constitui um fio condutor que articula os estudos sobre as relações de gênero com os estudos sobre as condições de permanência e mudança das relações sociais, ou ainda com os que tratam das formas de construção de poderes nas sociedades. (Souza-Lobo, 2021, p. 192)

Podemos dizer que o conceito gênero foi sendo construído a partir do debate entre posições e ferramentas teóricas previamente existentes no campo de estudos das Ciências Sociais (Moschkovich, 2024) que analisavam as práticas sociais em diversas dimensões de dominação e hierarquização, usando outros marcadores sociais das diferenças como raça e classe.

Também não houve um único momento ou uma autora primordial que possam ser apontados como marco zero para o conceito de gênero. Embora a formulação da categoria de “sistema sexo/gênero” por Rubin seja frequentemente mencionada como uma síntese, que se tornaria central para o desenvolvimento desse conceito [...] É possível, portanto, afirmar que a tarefa de formulação do conceito de gênero foi realizada coletivamente por diversas autoras, ao longo dos últimos 40 anos, talvez um pouco mais, se tomarmos como ponto de referência a publicação em 1975 do texto de Rubin nessa linha temporal (Haraway, 2004; Scott, 1986; Connell, Pearse, 2015; Gamba, 2007a; Hirata Et Al., 2009). (Moschkovich, 2024)

O fato é que, a partir das reflexões de autoras como Gayle Rubin e Joan Scott, os Estudos Feministas questionam as visões essencialistas e explicações biológicas que consideram o sexo como uma categoria que explicaria as desigualdades entre homens e mulheres. (Rubin, 1975; Scott, 2019). Além disso, questionam também o caráter determinista da correspondência direta que haveria entre sexo e identidade de gênero. Scott desenvolve esse conceito de gênero como sendo um sistema de relações entre os sexos e construções

sociais sobre corpos sexuados e acrescenta ainda a noção de que esse sistema não seria determinante das práticas sexuais.

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. [...] O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo campo de definição, para insistir sobre o caráter das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. (Scott, pg. 65, 2019)

Para a professora Carla Rodrigues, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista no estudo da obra da filósofa feminista Judith Butler, a crítica feita por Gayle Rubin no texto *Tráfico de Mulheres* (1975) ao par sexo-gênero é uma porta aberta para a crítica à heteronormatividade, conceito central no pensamento de Judith Butler.¹⁷ Além disso, essas formulações abriram espaço para que Butler, na década de 1990, questionasse os limites da matriz sexo-gênero e propusesse a performatividade como chave analítica.

Judith Butler, portanto, fará a grande virada nos estudos de gênero a partir do seu livro *Problemas de gênero*, publicado em 1990 no qual ela concebe o sujeito como constituído nas relações sociais, pelos saberes e poderes das instituições (família, religião, escola etc) que estão presentes em diferentes dimensões nas práticas sociais. Butler faz uma crítica à matriz heterossexual binária que supõe uma coerência lógica entre sexo-gênero-desejo-prática sexual como uma prática reguladora que se impõe como condição de inteligibilidade dos sujeitos. (Butler, 2023, pg. 43). A filósofa desenvolve, a partir dos ‘atos de fala’, de John Langshaw Austin, o conceito de performatividade que seria um ato que constrói o gênero. A construção da identidade do sujeito se dá performativamente ao repetir práticas sociais reguladas por normas sociais, que nos constroem, mas não nos determinam. Afinal, nesse processo de repetição dos modelos simbólicos e culturais ocorre a possibilidade de transbordamento, deslocamento, e/ou desorganização de alguma norma, como por exemplo, a da heteronormatividade, produzindo outras expressões de gênero para além da matriz binária. Em última instância, ela se pergunta se também o sexo binário não seria fruto de uma

¹⁷ “Aula #9: Judith Butler” apresentada por Carla Rodrigues, mediação de Marília Moschkovich, do curso Introdução ao pensamento crítico hoje, promovido em parceria entre o Centro de Pesquisa e Formação do Sesc e a TV Boitempo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VVgT_3nDb8g&t=174s Acesso em 10 de julho de 2025. (1:20’)

construção discursiva científica que ignora o *continuum* de ocorrências sexuais diversas¹⁸ entre as categorias macho e fêmea.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula. (Butler, [1990] 2023, p. 27)

Sob a perspectiva da performatividade de gênero, as categorias “mulher” e “homem” seriam termos não estáveis, sendo conjunturalmente definidas dependendo do lugar, do contexto, da dinâmica social – seriam, assim, identidades processuais e nunca acabadas. No cerne da crítica à heteronormatividade e sob a perspectiva da performatividade de gênero, Butler também questiona se a categoria “mulher” não seria uma regulação e reificação das relações (binárias) de gênero e se essa categoria só ganharia estabilidade no contexto da matriz heterossexual. A filósofa sugere as coalizões como saída política para os feminismos – seria possível montar coalizões não a partir das identidades sociais (pois para ela, são fluidas), mas a partir das contingências, das pautas políticas comuns como, por exemplo o tema ‘violência doméstica’, que reuniria as mulheres brancas, as de cor, as lésbicas, as de classes sociais diferentes.

Trata-se, porém, de um equívoco supor que a desconstrução da categoria 'mulheres' signifique a inexistência das mulheres. A esse respeito, encontraremos inúmeras ocorrências de manifestações de autoras feministas que tratam de reconstruir de forma heterogênea, instável e contingente a categoria 'mulher' e o sujeito do feminismo, como, por exemplo, Chantal Mouffe e Judith Butler. O sujeito do feminismo passa a ser compreendido sempre como algo que é construído discursivamente, em contextos políticos específicos, a partir de articulações, alianças, coalizões. Portanto, é sempre contingente. (Mariano, 2005, fl 494)

Portanto, apesar da crítica ontológica de Butler às categorias binárias, a filósofa considera “mulher” e “homem” como categorias relacionais do sistema de gênero válidas para as análises sociais, políticas e econômicas.

Outro marco na discussão de gênero e, portanto, das categorias que integram esse sistema, surge da perspectiva dos estudos decoloniais das feministas do Sul Global.

¹⁸ Para mais informações consultar os artigos: Os cinco sexos: porque macho e fêmea não são o bastante, de Anne Fausto-Sterling (1993) e O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural, de Paula Sandrine Machado (2005).

Feministas latino-americanas, indianas e sul-africanas questionam a hegemonia do saber eurocêntrico e dos sistemas de classificação binários e hierárquicos - principalmente o racismo e o sexismo - que produziram dominação e opressão nos países colonizados.

Os últimos cinco séculos, que conhecemos como a modernidade, foram definidos por uma série de processos históricos, incluindo o tráfico atlântico de escravos e instituições que acompanharam a escravidão e a colonização europeia de África, Ásia e América Latina. (...) Significativamente, gênero e categorias raciais surgiram durante essa época como dois eixos fundamentais a partir dos quais as pessoas foram exploradas e as sociedades foram estratificadas. (Oyèwùmí, 2020, p. 85)

Oyèrónké Oyèwùmí (2020) nos fala que os estudos de gênero derivam majoritariamente das experiências das mulheres europeias e estadunidenses e dá como exemplo – contrapondo à família nuclear ocidental – o modo de organização fundamental nas famílias iorubás, que seria pela ancianidade. Esse princípio é baseado na idade relativa e, portanto, os centros de poder dentro da família iorubá são difusos e dinâmicos e não determinados pelo gênero.

Segundo a pesquisadora Heloisa Buarque de Hollanda:

(...) em 2008, María Lugones publica o ensaio *Colonialidade e gênero*, inserindo a categoria gênero no pensamento decolonial. (...) É esse o passo à frente que deu nome ao feminismo decolonial: o gênero como elemento estruturante da colonialidade, como categoria criada pelo vocabulário colonial, e que não faz propriamente parte das dinâmicas pré-coloniais. O feminismo decolonial denuncia a imbricação estrutural das noções de heteronormatividade, classificação racial e sistema capitalista. (Hollanda, 2020, pg. 17)

Autoras como Oyèrónké Oyèwùmí e María Lugones, entre outras consideradas decoloniais, discutem a proposição de novas epistemologias a partir de saberes, de corpos, de subjetividades e de memórias que são fruto das experiências localizadas – propondo que fora da perspectiva eurocêntrica (binária e hierárquica) há outros modos de se pensar a diferença de gênero e outros modelos de relação de poder.

No ambiente da academia, os estudos de gênero passaram a considerar os saberes situados de autoras latino-americanas, afrodescendentes, entre outras, trazendo as perspectivas dessas mulheres para o debate. Patricia Hill Collins, socióloga e feminista estadunidense, é uma dessas autoras negras que defende a importância do pensamento negro feminista

inclusive para a formulação de novos paradigmas sociológicos. Ela usa o termo *outsider within*, ou ‘forasteira de dentro’, para denunciar a posição das intelectuais negras no ambiente acadêmico, predominantemente androcêntrico e eurocêntrico.

Esse status de *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao self, à família e à sociedade. Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero. (Collins, 2016)

2.2.3. Alguns aspectos da discussão decolonial no Brasil

No Brasil, a discussão sobre gênero e interseccionalidade não pode ser dissociada do legado colonial e escravocrata que estruturou a sociedade e ainda informa os modos de classificação e hierarquização social. Como observa Lélia Gonzalez (2020), o mito da democracia racial constituiu-se como uma narrativa hegemônica que encobriu a persistência das desigualdades raciais e de gênero no país.

As mudanças que ocorreram na sociedade brasileira durante os anos 1930 resultaram em certos rearranjos políticos e ideológicos e, entre eles, a elaboração do mito da democracia racial. Entretanto, apesar do fato de a política do branqueamento não ter se materializado em termos demográficos (embora tenha resultado no genocídio de uma grande parte da população negra), ideologicamente ela se manteve efetiva em outros níveis: a projeção do Brasil como um país racialmente branco e culturalmente europeu. Promovida junto com o mito da democracia racial e dessa forma produzindo um duplo nó, segue ainda hoje definindo a identidade dos negros no contexto social brasileiro. Enquanto o mito da democracia racial funciona nos níveis público e oficial, o branqueamento define os afro-brasileiros no nível privado e em duas outras esferas. (Gonzalez, 2020, p.153)

Para Gonzalez (2020), as mulheres negras estão duplamente subalternizadas: pelo racismo e pelo sexismo. Sua formulação de amefricanidade buscou justamente nomear uma identidade situada, que articula as experiências históricas de mulheres negras e indígenas nas Américas, confrontando tanto o universalismo do feminismo eurocêntrico quanto o discurso estatal de uma nação racialmente harmoniosa.

As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (Amefricanity) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A América como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). (Gonzalez, 2020, p.122)

Sueli Carneiro (2003), por sua vez, enfatiza como o racismo opera não apenas nas práticas sociais, mas também no plano epistêmico, invisibilizando a produção intelectual das mulheres negras e relegando suas experiências a um não-lugar na história oficial. Sua crítica à branquitude como lugar de enunciação privilegiado reforça a urgência de uma perspectiva interseccional que reconheça as desigualdades de raça e gênero como estruturais e indissociáveis no Brasil.

Maria Elvira Díaz-Benítez (2010), antropóloga que tem contribuído para o debate decolonial latino-americano, destaca que as hierarquias coloniais de raça, gênero e sexualidade moldaram profundamente a construção de categorias no campo das ciências sociais. Sua crítica aponta para a necessidade de desnaturalizar classificações herdadas do colonialismo — muitas delas ainda reproduzidas em estatísticas oficiais — e tensionar as narrativas universalizantes que apagam a pluralidade das experiências femininas e dissidentes sexuais na América Latina.

Essas autoras, em diálogo com as formulações de Gonzalez, Collins e Lugones, apontam que a interseccionalidade é indispensável à análise de gênero no contexto brasileiro, uma vez que nosso passado colonial e escravocrata produziu formas específicas de opressão que não podem ser compreendidas a partir de categorias isoladas. Para a pesquisadora e doutora Carla Akotirene (2021):

A amefrianidade proposta por Lélia Gonzalez, na década de 1980 e, em seguida, a abordagem decolonial, consolidada nos anos 2000 de modo cabal, através de Maria Lugones, pensadora argentina, criticam a postura missionária da civilização ocidental – metodologicamente interseccionam as estruturas de raça, gênero, sexualidade, nação e classe, estabelecendo coro latino-americano contra o colonialismo, imperialismo e monopólio epistêmico ocidental. (Akotirene, 2021, p. 33).

Assim, incorporar a crítica decolonial ao debate de gênero significa reconhecer que não existe “a mulher” em abstrato, mas múltiplas experiências de ser mulher, perpassadas por raça, classe, sexualidade e território.

A interseccionalidade como ferramenta analítica não está circunscrita às nações da América do Norte e da Europa nem é um fenômeno novo. No Sul global, a interseccionalidade é usada frequentemente como ferramenta analítica, mas não recebe essa denominação. (Collins, 2020, pg. 19)

2.2.4 De qual perspectiva de gênero estamos falando?

Numa revisão de literatura acadêmica para identificar qual abordagem do termo/conceito gênero desenvolvido pelas teorias feministas estava sendo usada na práxis das estatísticas de gênero, encontrei o artigo A tríplice semântica do gênero: tensões e disputas na teoria feminista (2024), da professora e doutora Marília Moschkovich, da Universidade de São Paulo – USP. A pesquisadora se debruçou sobre dezenas de revisões teóricas publicadas em inglês, espanhol, português e francês e desenvolveu uma tipologia que chamou de “tríplice semântica do gênero” para mapear e descrever os usos e interpretações do conceito de gênero. Como diz Moschkovich (2024), “embora seja um conceito – o que significa que estamos falando de um dispositivo teórico que demanda definição – as disputas sobre os contornos desse termo tornam a tarefa extremamente complexa.”

Todas as variações e complexas combinações dos termos “sexo”, “gênero”, “feminismo” e “feminino” permitem questionar mais profundamente a impressão superficial de que são de algum modo formas equivalentes e de que “gênero” apenas substituiria o que antes era designado como “sexo”, reduzindo o conceito de gênero a um substituto para a distinção “masculino”/“feminino” como categorias sociais. (Moschkovich, 2024, fl. 5)

Segundo a autora, em um primeiro momento ‘gênero’ se aproximou das ideias de ‘RSS – relações sociais de sexo’ (*rapports sociaux de sexe*) para posteriormente se distinguir e apresentar uma originalidade epistêmica. Ela apresenta dois pontos de convergência conceitual entre ‘gênero’ e ‘relações sociais de sexo’: 1) o objeto deve ser analisado como um sistema, no qual categorias como “homem” e “mulher” ocupam lugares diferentes em uma estrutura maior que abrange outras categorias, subcategorias e práticas; e, como consequência, 2) tal objeto deve sempre ser investido de uma perspectiva relacional. Essas duas colocações gerariam uma proposição epistêmica dialética no sentido de que a pesquisa e análise das categorias do sistema e das relações entre elas contribuem para a compreensão do sistema como um todo e vice-versa. (Moschkovich, 2024, fl 9)

Ainda segundo Moschkovich (2024), podemos identificar na literatura acadêmica desde os usos descritivos da palavra – ou seja, os casos em que a palavra é usada sem uma articulação do conceito para explicar algo – até de seus usos conceituais, quando se pode identificar o que o termo trouxe de inovador ou original em termos teóricos para o campo de Estudos Feministas. Na análise da tríplice semântica do ‘gênero’, Moschkovich propõe 3

categorias de uso do termo: (a) o uso descritivo de gênero; (b) o uso substitutivo-conceitual de gênero; e (c) o uso original-conceitual de gênero.

No uso descritivo, ‘gênero’ seria utilizado como um termo e não um conceito, substituindo as palavras ‘mulher’, ‘mulheres’, ‘sexo’ e similares. Esse uso se esquia de observar e analisar, a partir de uma perspectiva crítica, as relações de poder e dominação que operam e impõem posições dentro do sistema.

No uso substitutivo-conceitual, ‘gênero’ é um novo nome para conceitos previamente reformulados. Portanto, embora gênero refira-se a uma construção social operada como um sistema no qual as categorias funcionam apenas em relação umas às outras, sempre configurando relações de poder, ele teria seu fundamento nas diferenças biológicas entre os corpos. Tal abordagem sustenta a afirmação de que haveria uma desvantagem histórica das mulheres em diferentes sociedades e épocas por conta das diferenças sexuais e da opressão socialmente construída. Ao mesmo tempo, há a ideia de que seria possível subverter essa desvantagem.

No uso original-conceitual, encontraríamos gênero como um conceito em si mesmo que se opõe a uma divisão fixa entre uma verdade biológica e uma construção social como no uso anterior. Gênero é entendido como um sistema simbólico que funciona como uma chave interpretativa do próprio corpo em diversas sociedades humanas. Nessa perspectiva, significa assumir que a diferença sexual não existe em si mesma, sendo parte de uma determinação simbólica e, portanto, cultural desde seu princípio. E também que as práticas pautadas pelo gênero variam conforme os períodos históricos e as sociedades, não representando relações de vantagem-desvantagem.

A partir dessa tipologia da tríplice semântica do gênero, situaremos o uso do termo/conceito gênero nas recomendações internacionais da Divisão de Estatística da ONU, para depois mapear seu uso pelo IBGE analisando o material selecionado para o *corpus* da pesquisa no Capítulo 3.

2.2.5 Sexo e gênero nas estatísticas da ONU

O site da ONU Mulheres¹⁹ apresenta um histórico dos acordos internacionais desde 1993 assumidos pelos Estados-Membros da ONU em favor dos direitos humanos das mulheres. Segundo o site, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995) definiu o conceito de gênero para a agenda internacional e representou um consenso dos Estados-Membros da ONU com um compromisso mínimo com os direitos humanos das mulheres.

A Plataforma de Ação de Pequim consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade. O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente e, portanto, passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade. (Brasil, 2006, p. 149)

A Divisão de Estatística da ONU, no manual *Integrating Gender Perspective into Statistics* (2016), adotado pelo IBGE, atesta que a confusão conceitual de sexo e de gênero entre os produtores e usuários das estatísticas ainda persistia. As informações demográficas, sociais e econômicas são coletadas por sexo nas pesquisas e censos demográficos. A variável sexo se refere, portanto, às diferenças biológicas entre homem e mulher que não variam entre culturas nem ao longo do tempo.

Essas diferenças e as desigualdades entre os sexos são moldadas ao longo da história das relações sociais e mudam ao longo do tempo e em diferentes culturas. Nesse sentido, ter os dados desagregados por sexo não garante, por exemplo, que os instrumentos de coleta envolvidos na produção desses mesmos dados tenham sido concebidos para refletir sobre os papéis de gênero, relações e desigualdades na sociedade (*Department of Economic and Social Affairs*, 2016).

Dessa forma, os dados desagregados por sexo são uma classificação primária, mas que já permitem avaliar as diferenças entre aspectos da vida de mulheres e homens, que são em muito resultado das performances de gênero (Butler, 2023). Porém, nem todas as diferenças irão configurar desigualdades. De acordo com manual da ONU: “estatísticas de gênero são definidas como aquelas que refletem adequadamente as diferenças e desigualdades na situação de mulheres e homens em todas as áreas da vida” (*United Nations*, 2006). Portanto, segundo o manual da ONU, gênero se refere às diferenças socialmente construídas em termos

¹⁹ Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/> Acesso em 28/07/2025.

de atribuições sociais, expectativas de comportamento, responsabilidades delegadas para homens e mulheres e determina o que é social e historicamente esperado, permitido e valorizado para cada papel, mudando conforme o tempo e a cultura (*Integrating Gender Perspective into Statistics*, 2016, p.2).

Pesquisadores dos temas identidade de gênero e orientação sexual nas estatísticas públicas – considerados ainda estatísticas experimentais no IBGE – discorrem sobre a conceituação do termo nos documentos da Divisão de Estatísticas da ONU:

Em particular, o tema “gênero”, no âmbito da ONU, tem um histórico importante de conferências, manuais e estudos, mas ainda voltado quase que exclusivamente à discussão da situação das mulheres vis-à-vis aos homens. Um exemplo recente é o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda 2030, cujo enunciado é “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, com todos os seus indicadores de monitoramento com base na desagregação por sexo. Por sua vez, o manual *Integrating a gender perspective into statistics* trata estatísticas de gênero como “estatísticas que adequadamente refletem diferenças e desigualdades na situação de mulheres e homens em todas as áreas da vida”. (BARRETO, Rafael; COBO, Barbara; LONGO, Luciene; RAMOS, 2024)

Utilizando a tríplice semântica do gênero de Moschkovich (2024), podemos analisar que o uso do termo/conceito gênero feito pelas estatísticas de gênero da Divisão de Estatística da ONU estaria de acordo com a classificação substitutivo-conceitual, pois há uma preocupação em definir gênero como um termo que é construído social e historicamente pelas relações desiguais entre homens e mulheres. Dessa forma, gênero seria o sistema que articula as categorias binárias homem e mulher, sendo uma chave analítica para estudar as relações de poder entre ambas.

No IBGE, podemos traçar um panorama do uso do termo gênero analisando as publicações do instituto sobre estatísticas das mulheres a partir dos anos 2000, o que será realizado no capítulo que segue.

Capítulo 3

A interseccionalidade entre sexo e cor ou raça nas estatísticas de gênero do IBGE

A proposta de mapeamento do uso do termo/conceito gênero no *corpus* da pesquisa precisa ser acompanhada também de sua relação com raça, uma das categorias de análise indispensável na perspectiva interseccional dos estudos de gênero. Neste capítulo apresento a construção do *corpus* da pesquisa, os critérios de seleção das publicações analisadas e a metodologia adotada para investigar a presença da interseccionalidade entre as categorias sexo e cor ou raça nas estatísticas produzidas pelo IBGE.

A análise do *corpus* foi estruturada em três frentes de investigação: a primeira dedica-se ao mapeamento dos termos, conceitos e sentidos associados ao uso de gênero no discurso institucional das publicações; a segunda examina as matrizes de relacionamento dos indicadores de gênero presentes nessas publicações em dois períodos, 2014 e 2024; e a terceira sistematiza, por meio de um quadro analítico, o cruzamento entre as categorias sexo e cor ou raça no *corpus* selecionado.

Com essa organização, o capítulo articula três níveis complementares de análise: o plano discursivo, voltado à forma como o termo/conceito gênero é utilizado nas estatísticas de gênero do IBGE além das possibilidades de novos enunciados a partir da interseccionalidade entre sexo e cor ou raça; o plano analítico, que permite comparar as ocorrências entre sexo e cor ou raça entre dois sistemas de indicadores utilizados; e o plano documental, no qual se examina a incorporação da perspectiva interseccional nas estatísticas de gênero produzidas pela instituição a partir dos anos 2000.

3.1 A construção do *corpus* e a metodologia de pesquisa

Iniciei o trabalho de construção do *corpus* da pesquisa com o levantamento bibliográfico das publicações do IBGE a partir dos anos 2000 que tratavam do tema mulher/mulheres/gênero nas estatísticas do instituto. Num primeiro momento, elenquei livros, sites e informativos que divulgaram os resultados das pesquisas domiciliares e dos Censos Demográficos do Instituto com essa abordagem, conforme apresentado no quadro Categorias utilizadas para a análise de gênero nas publicações do IBGE de 2002 a 2025 (Apêndice A).

Nesse quadro, ordenei cronologicamente o material pelo ano de publicação, descrevendo a tipologia (livro ou informativo) e as categorias utilizadas na desagregação dos dados (cor ou raça, classe de rendimento, geográfica e grupos de idade). Segundo a estrutura organizacional do IBGE, a Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS) - antigo Departamento de População e Indicadores Sociais - faz parte da Diretoria de Pesquisa (DPE) e é a área responsável pela divulgação dos indicadores sociais, dentre eles os indicadores de gênero. Portanto, resolvemos incluir nesse quadro, paralelamente, os servidores responsáveis que estavam à frente da COPIS, da DPE e da Presidência do IBGE em cada período/publicação elencada.

A partir do preenchimento da coluna “Categorias”, identificamos que a categoria cor ou raça era a única que não estava presente nas estatísticas sobre mulheres/gênero, de forma regular, como as demais categorias ao longo das publicações. Como o objetivo da pesquisa é aprofundar a análise de gênero considerando a interseccionalidade com o marcador racial, realizamos uma conversa online com a pesquisadora e professora da ENCE Barbara Cobo, em 16/07/2025. Barbara Cobo é Coordenadora-Adjunta da Comissão Temática de Relações Sociais de Gênero e Sexualidades (IBGE) e integrante do GENERIS, vinculado à ENCE/IBGE. Foi Gerente de Indicadores Sociais e Coordenadora de População e Indicadores Sociais na Diretoria de Pesquisa do IBGE, entre 2014 e 2015, e esteve à frente da COPIS de 2015 a 2019.

No que tange à análise de gênero em cruzamento com raça, Barbara sugeriu investigar as publicações da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) para analisar como o tema ‘gênero’ foi introduzido, apresentado, modificado e construído nos discursos institucionais dessas publicações nas últimas duas décadas. E, a partir de 2014, como se dá esse uso nas publicações específicas sobre o tema.

Dessa forma, fizemos um recorte no material inicialmente elencado e selecionamos, para integrar o *corpus*, os livros e informativos que tratam do tema gênero e que fazem parte da mesma linha editorial: a série Estudos e pesquisas – informação demográfica e socioeconômica²⁰, que divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. Essas publicações são divulgadas para a sociedade em geral no portal oficial, no site da biblioteca e da loja virtual do IBGE e se

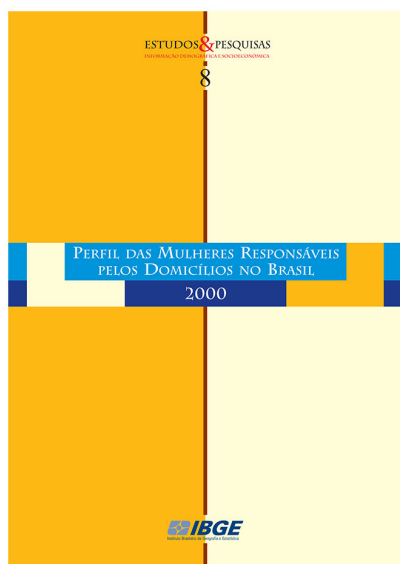
²⁰ A série Estudos e Pesquisas está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informação.

encontram disponíveis para *download* gratuito²¹; além disso, algumas são vendidas na loja virtual do IBGE com possibilidade de recebimento do livro impresso.

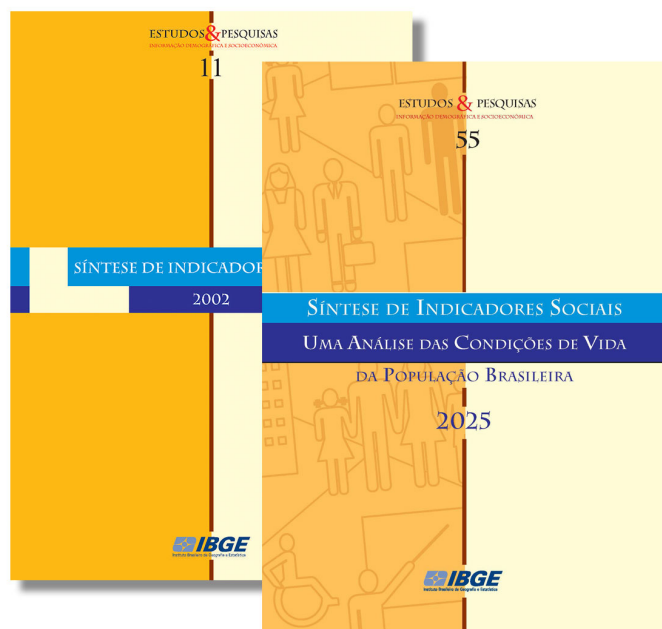
As publicações selecionadas foram divididas nos seguintes grupos:

1. Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000 – publicação considerada um marco inicial pelo IBGE na divulgação de dados sobre as condições de vida das mulheres brasileiras (IBGE, 2002, p.8);
2. Síntese de Indicadores Sociais (SIS) - A periodicidade do estudo é anual, exceto nos anos de realização do Censo Demográfico. A Síntese de Indicadores Sociais teve início em 1998 e, a partir de 2002, passa a ter um capítulo ‘Mulher’ até a SIS 2005. De 2006 a 2010 o capítulo passa a ser “Mulheres”. A partir de 2012 até o presente, não há mais um capítulo específico para mulher/mulheres e adota-se a transversalidade da perspectiva de gênero nos capítulos do livro;
3. Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010 - Primeira publicação do IBGE da Série Estudos e Pesquisas que adota o termo Estatísticas de Gênero, lançada em 2014;
4. Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil - No formato de informativo, essa publicação, iniciada em 2018, tem periodicidade trienal (2018, 2021 e 2024).

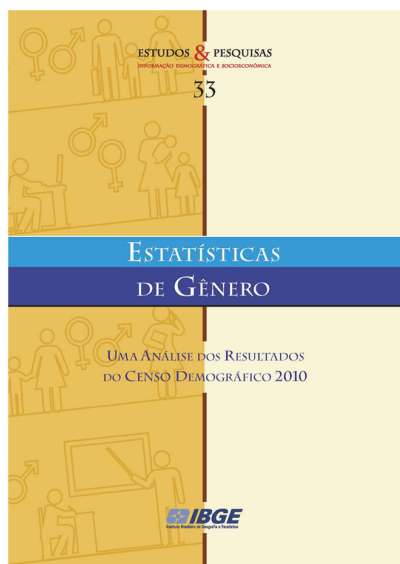
²¹ Portal do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>; Biblioteca IBGE: <https://biblioteca.ibge.gov.br>; Loja virtual do IBGE: <https://biblioteca.ibge.gov.br>



1 - Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000



2 - Síntese de Indicadores Sociais (SIS): 2002 a 2025



3 - Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010



4 - Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil: 2018, 2021 e 2024

Figura 1 – Publicações do *corpus* da pesquisa

O *corpus* selecionado possibilitou o desenvolvimento de três frentes articuladas de investigação, que estruturam o percurso analítico desta pesquisa qualitativa e delineiam caminhos teórico-metodológicos para desdobramentos futuros. Ainda que cada uma dessas frentes comporte aprofundamentos específicos, elas são aqui apresentadas como eixos complementares de análise, capazes de evidenciar diferentes dimensões da incorporação da interseccionalidade das categorias sexo e cor ou raça nas estatísticas de gênero produzidas pelo IBGE.

3.2 A articulação de três frentes de investigação

Primeiramente, realizamos a classificação do uso do termo e do conceito de gênero nos textos institucionais do IBGE analisados no Quadro 1 – Uso do termo/conceito gênero e das categorias de análise mulher(es) e homem(s), segundo a tríplice semântica do gênero de Moschkovich (2024), articulando essa dimensão discursiva ao uso das categorias homem e mulher.

A segunda linha de investigação buscou registrar as desagregações das matrizes dos indicadores de gênero em dois momentos, 2014 e 2024, com foco na comparabilidade dos cruzamentos dos marcadores sexo e cor ou raça. O ponto de partida foi a matriz de relacionamento dos indicadores de gênero que compunham o Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), disponibilizada na publicação Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010, de 2014 (Anexo 1, p. 112). Como o IBGE adotou nova metodologia a partir de 2018, alinhada ao Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG) da ONU, foi necessário que se construísse uma nova matriz, que procurei estruturar de forma similar à de 2014 para termos comparabilidade.

Os dados para a elaboração da Matriz de relacionamento do CMIG - 2024 (Apêndice B, p. 100) foram obtidos no portal do IBGE, que disponibilizou conjuntamente com a divulgação do informativo Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil, 3ª edição, de 2024, também o plano tabular completo e as notas técnicas sobre o estudo, bem como a respectiva metodologia de cálculo (IBGE, 2024).²² Os arquivos *Sumário de Tabelas Estatísticas de Gênero* (em formato PDF) e a *Tabela de Resumo de Indicadores* (em formato ods) foram as fontes utilizadas para a construção do Apêndice B. A sistematização desse quadro permitiu organizar os indicadores segundo as temáticas do

²² Site do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=sobre> Acesso em: 25 fev 2026

CMIG, identificar o número correspondente de cada indicador internacional e explicitar o que foi efetivamente calculado pelo IBGE, bem como as possibilidades de desagregação disponíveis, além de incluirmos também os quatro indicadores complementares relevantes para o Brasil. A partir dessas duas matrizes, foi possível construir as Tabelas 1 e 2 (p. 77 e 78), estabelecendo um comparativo entre as matrizes de indicadores de 2014 e 2024, segundo a intersecção de sexo e cor ou raça.

Por fim, na terceira linha de investigação, estruturamos o Quadro 2 - Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE com o objetivo de mapear a ocorrência de indicadores de gênero com intersecção explícita entre sexo e cor ou raça nas publicações do IBGE a partir de 2002. Esse levantamento possibilitou observar a partir de que ano e em quais temas o Instituto passou a divulgar dados específicos para homens e mulheres segundo pertencimento racial – como mulheres brancas, mulheres pretas e mulheres pardas – tornando visíveis desigualdades intragrupo que permanecem ocultas quando os dados são apresentados apenas por sexo.

Essa etapa envolveu, em um segundo momento, a identificação dos trechos das publicações em que as análises deixam de tratar “mulheres” como categoria homogênea e passam a distinguir explicitamente entre homens e mulheres segundo cor ou raça, com a apresentação de indicadores desagregados para cada grupo populacional. O objetivo foi examinar não apenas a presença quantitativa da variável racial nas matrizes dos indicadores de gênero, mas também o modo como essa interseccionalidade é incorporada ao discurso institucional, revelando transformações na forma de enunciar e interpretar as desigualdades de gênero no âmbito das estatísticas oficiais e sua relação com a memória de gênero no discurso institucional.

3.2.1 Termos, conceitos e sentidos no discurso institucional

Na primeira frente de investigação, debruçamo-nos sobre os textos das publicações que compõem o *corpus* da pesquisa com o objetivo de identificar o uso do termo/conceito “gênero”. É importante esclarecer que, como o IBGE tradicionalmente realiza a desagregação de dados pelas categorias homem e mulher, esses termos aparecem em todas as publicações analisadas. No entanto, para atender ao primeiro objetivo desta pesquisa – mapear o uso do termo/conceito gênero, considerando a tríplice semântica proposta por Moschkovich (2024) –

registramos as ocorrências dos termos “mulher/mulheres” e “homem/homens” apenas quando associados ao uso do termo “gênero”.

Para realizar esse mapeamento, utilizamos a ferramenta de busca dos arquivos em formato PDF das publicações, identificando as ocorrências dos termos “gênero”, “mulher/mulheres” e “homem/homens”. Essas ocorrências foram destacadas em negrito nos trechos selecionados e organizadas no Quadro 1, apresentado a seguir. No conjunto das publicações da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), a busca foi realizada inicialmente apenas nos capítulos intitulados “Mulher” ou “Mulheres” (até 2010), identificando ocorrências relacionadas às análises de gênero presentes nesses capítulos. A partir da edição da SIS de 2012, deixa de existir um capítulo específico dedicado ao tema, passando a ser adotada a transversalidade da perspectiva de gênero nos diferentes capítulos da publicação. Nesses casos, portanto, a busca concentrou-se nas ocorrências dos termos “mulher/mulheres” e “homem/homens”, quando associadas à análise de gênero ao longo do texto.

Quadro 1 – Uso do termo/conceito gênero e das categorias de análise mulher(es) e homem(s)

Ano	Publicação	Sexo e Gênero			Uso do termo/conceito gênero
		Mulher(es)	Homem(s)	Gênero	
1998 a 2000	Síntese de Indicadores Sociais	Não há capítulo específico para mulher/mulheres/gênero			
2002	Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000	Título da publicação e texto			Trata-se de uma exploração inicial dos resultados censitários, com o objetivo de registrar a situação sociodemográfica das mulheres no Brasil. Este é o primeiro de uma série de trabalhos sobre o tema. Posteriormente, serão divulgados estudos mais aprofundados sobre as condições de vida das mulheres a partir de informações do questionário da amostra do Censo Demográfico 2000. Com esta publicação, o IBGE dá continuidade à produção e à sistematização de estatísticas sociais que permitem conhecer aspectos das condições de vida das mulheres , em especial as responsáveis pelos domicílios no Brasil. (IBGE, 2002, pg. 8)
2002	Síntese de Indicadores Sociais	Título do capítulo Mulher e texto	Texto	Perspectiva de gênero no texto	As diferenças encontradas na escolaridade da população ocupada, tendo em vista a questão de gênero , são mais visíveis nas áreas urbanas. No Brasil, as mulheres ocupadas, na área urbana têm, em média, um ano de estudo a mais que os homens (Tabela 11.2). (IBGE, 2003, p. 227)
2003	Síntese de Indicadores Sociais	Título do capítulo Mulher e texto	Texto	Perspectiva de gênero no texto	Desde a Conferência Internacional de 1995, promovida pelas Nações Unidas em Beijing, sobre a situação da mulher, que as questões de igualdade de gênero tornaram-se um desafio para as políticas públicas. Do ponto de vista estatístico, foram criados índices (<i>gender parity index</i>) que pudessem monitorar o desenvolvimento de homens e mulheres em cada sociedade. Com vistas a contribuir na discussão de questões de gênero , a Síntese de indicadores sociais do IBGE apresenta um conjunto de indicadores sobre a situação da mulher brasileira a partir de uma perspectiva de gênero , aqui entendida como “o conjunto de circunstâncias que afetam a vida das mulheres , e que estão referenciadas aos papéis, social e culturalmente atribuídos à população feminina, ou seja, aqueles relacionados ao cuidado com as tarefas domésticas e com a família. Estes encargos se constituem em uma dificuldade adicional na inserção das mulheres no mercado de trabalho e na sua participação nos espaços diversos de representação social. (IBGE, 2004, p.269)

Ano	Publicação	Sexo e Gênero			Uso do termo/conceito gênero
		Mulher(es)	Homem(s)	Gênero	
2004	Síntese de Indicadores Sociais	Título do capítulo Mulher e texto	Texto	Perspectiva de gênero no texto	Nos acordos internacionais em que o Brasil tem sido signatário, as condições de igualdade de gênero têm sido apontadas como um dos objetivos prioritários. O desafio para os representantes sociais decorre da incorporação da perspectiva de gênero no processo de formulação das políticas públicas. Portanto, o conhecimento sobre um conjunto de aspectos que afeta as condições de vida e trabalho de homens e mulheres necessita ser estudado. Nesta medida, os indicadores aqui apresentados têm como objetivo contribuir para essa discussão sobre as questões de gênero e subsidiar o processo de formulação de políticas públicas, informando a sociedade sobre os avanços ou retrocessos acerca da eliminação das desigualdades sociais entre homens e mulheres . (IBGE, 2005, p.254)
2005	Síntese de Indicadores Sociais	Título do capítulo Mulher e texto	Texto	Perspectiva de gênero no texto	As estatísticas sobre o uso do tempo são de grande importância nas discussões e estudos sobre desigualdades de gênero . Na PNAD, há um quesito sobre a realização de afazeres domésticos e horas gastas na realização destes afazeres com as quais é possível ter uma dimensão sobre a distribuição do tempo nestas atividades entre homens e mulheres . (IBGE, 2006, p. 281)
2006	Síntese de Indicadores Sociais	Título do capítulo Mulheres e texto	Texto	Perspectiva de gênero no texto	Nos últimos anos as mulheres têm obtido um papel de destaque na sociedade, na mídia e, principalmente nas estatísticas, que evidenciam mudanças significativas nos indicadores sociais no que se refere à mulher. A queda nas taxas de fecundidade, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, o aumento da ‘chefia’ feminina e o crescimento da contribuição das mulheres no rendimento familiar apontam para um novo cenário de papéis e relações sociais. Porém, as questões de igualdade de gênero ainda se constituem um desafio para as políticas públicas. Os indicadores contemplados neste capítulo abordam diversos aspectos que afetam a vida das mulheres e que estão relacionadas com a divisão de papéis, social e culturalmente atribuídos à população feminina, como por exemplo, o cuidado das tarefas domésticas. Além disso, aborda temas como fecundidade, escolaridade, chefia da família, trabalho, entre outros, que permitem retratar a realidade social das mulheres brasileiras, servindo de instrumento de orientação de políticas públicas que promovam a igualdade entre homens e mulheres . (IBGE, 2006, p.266)

Ano	Publicação	Sexo e Gênero			Uso do termo/conceito gênero
		Mulher(es)	Homem(s)	Gênero	
2007	Síntese de indicadores sociais	Título do capítulo Mulheres e texto	Texto	Perspectiva de gênero no texto	Nos cenários nacional e internacional, as mulheres têm cada vez mais aumentado seu espaço nas esferas social, política e econômica, mas é no âmbito da família, considerada o locus primário de construção social das relações de gênero , que se têm observado as mudanças mais expressivas. As relações entre homens e mulheres têm mudado nos últimos anos com a redução do número de filhos por mulher, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e contribuição no rendimento familiar, o aumento do número de mulheres como pessoa de referência da família, entre outros aspectos que permitem traçar o perfil da mulher brasileira . (IBGE, 2006, p.266)
2008	Síntese de Indicadores Sociais	Título do capítulo Mulheres e texto	Texto	Perspectiva de gênero no texto	No Brasil, em 2007, o tipo monoparental apresentou a maior proporção (52,9%) dentre os arranjos familiares que têm a mulher como pessoa de referência. Comparados aos arranjos que têm o homem como pessoa de referência, fica evidente que a presença de cônjuge é o fator determinante das diferenças de gênero na chefia das famílias. (IBGE, 2008, p.232)
2009	Síntese de Indicadores Sociais	Título do capítulo Mulheres e texto	Texto	Perspectiva de gênero no texto	A percepção do que é uma visão de gênero produziu grandes transformações na sociedade contemporânea. Sexo não é a mesma coisa que gênero, sexo se refere a diferenças biológicas entre homem e mulher , gênero se refere a diferenças construídas socialmente entre sexos, quais sejam: papéis e responsabilidades atribuídas pela sociedade a homens e mulheres . (IBGE, 2009, p.200)
2010	Síntese de Indicadores Sociais	Título do capítulo Mulheres e texto	Texto	Perspectiva de gênero no texto	A Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (United Nations Economic Commission for Europe - Unece) iniciou, em 1985, discussões sobre as estatísticas de gênero , quando ainda não podia prever os muitos desenvolvimentos recentes, tais como o forte foco nas mulheres , traçado nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ou a estagnação na redução das disparidades salariais entre homens e mulheres . Agora, ¼ de século depois, a discriminação de gênero não foi eliminada, mas as identidades e os comportamentos de homens e mulheres se tornaram mais complexos. Formas de medir os progressos rumo à eliminação da discriminação contra as mulheres têm sido analisadas em várias reuniões da UNECE em diferentes fóruns. (IBGE, 2010, p. 249)

Ano	Publicação	Sexo e Gênero			Uso do termo/conceito gênero
		Mulher(es)	Homem(s)	Gênero	
2012 a 2025	Síntese de Indicadores Sociais	De 2012 a 2025: Não há mais um capítulo específico para mulheres e cor ou raça. O IBGE adota a transversalidade da perspectiva de gênero e cor ou raça nos temas do livro. Dessa forma, achamos os termos mulher(es) e homem(s) associados à análise de gênero em alguns indicadores ao longo dos capítulos das publicações.			O Relatório da ONU propõe, para o segundo atributo, alguns indicadores sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho – diferenças salariais e nas posições na ocupação entre homens e mulheres – e sobre incidência de acidentes de trabalho e doenças de caráter ocupacional. (IBGE, 2012, p. 224) O rendimento é também uma importante característica para a análise das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro, particularmente a de gênero. Na última década, reduziu a distância entre os rendimentos de homens e mulheres [...] (IBGE, 2013, p. 146) Distintos papéis de gênero na sociedade influenciam a razão pela qual os jovens e as jovens se encontram na situação de não estudar nem estar ocupado. Os homens tendem a estar nessa situação mais frequentemente como desocupados (em busca de ocupação e disponíveis para trabalhar), e as mulheres como fora da força de trabalho. (IBGE, 2022, p. 45) Em 2023, considerando por sexo, entre as mulheres jovens que não estudavam e não estavam ocupadas, 76,5% estavam fora da força de trabalho, enquanto entre os homens, eram 61,7%, uma diferença de 14,8 pontos percentuais, demonstrando a maior dificuldade que elas possuem para ir em busca de uma colocação no mercado de trabalho, em decorrência, principalmente, de afazeres domésticos e tarefas de cuidados com parentes. Portanto, distintos papéis de gênero na sociedade também influenciam a razão pela qual os jovens se encontram na situação de não estudar e não estar ocupado. (IBGE, 2024, p. 35) A análise segundo o recorte por sexo revela que, historicamente, o nível de ocupação das mulheres apresenta-se significativamente inferior ao dos homens. Tal disparidade de corre, em grande medida, da menor taxa de participação feminina na força de trabalho [...] evidenciando desigualdades de gênero no acesso e na permanência no mercado laboral. (IBGE, 2025, p. 21)

Ano	Publicação	Sexo e Gênero			Uso do termo/conceito gênero
		Mulher(es)	Homem(s)	Gênero	
2014	Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010	Texto	Texto	Título da publicação e texto	De acordo com o documento <i>Gender statistics manual: integrating a gender perspective into statistics</i> , da Divisão de Estatística das Nações Unidas (<i>United Nations Statistics Division - UNSD</i>), a palavra "sexo" refere-se às diferenças biológicas entre homens e mulheres , diferenças essas fixas e imutáveis, que não variam entre culturas e ao longo do tempo; " gênero ", por sua vez, refere-se às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo feminino ou masculino e as interações e relações sociais entre homens e mulheres (GENDER 2013). (IBGE, 2014, p. 10)
2018	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Subtítulo da publicação e texto	Texto	Título da publicação e texto	As estatísticas de gênero devem refletir, segundo informações do Manual de Gênero da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (<i>United Nations Statistics Division - UNSD</i>), as questões relacionadas aos aspectos da vida de mulheres e homens , incluindo as suas necessidades específicas, oportunidades ou contribuições para a sociedade. (IBGE, 2018a, fl.2)
2021	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Subtítulo da publicação e texto	Texto	Título da publicação e texto	Os indicadores de saúde e serviços relacionados do CMIG almejam contribuir para a diminuição do impacto de desigualdades, normas e expectativas de gênero sobre as condições de saúde de mulheres e homens . (IBGE, 2021, fl.6)
2024	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Subtítulo da publicação e texto	Texto	Título da publicação e texto	O perfil de atividade econômica desse grupo reflete questões associadas a gênero , com mulheres desenvolvendo mais atividades relacionadas à beleza, vestuário e alimentação e homens mais voltados aos serviços de transporte, construção e, também, restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas.(IBGE, 2024, fl.4)

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Nos textos das publicações selecionadas, procuramos observar o uso do termo/conceito “gênero” nas estatísticas do IBGE e o uso do termo “mulher/mulheres”. Para tanto, empreendemos dois níveis de análise: o primeiro refere-se aos títulos e subtítulos das publicações, e dos capítulos da SIS. O segundo situa-se no corpo dos textos, dos quais foram selecionados trechos que evidenciam a relação entre os termos “gênero”, “mulher/mulheres” e “homem/homens”, bem como suas ocorrências e alterações.

O primeiro objeto de análise, conforme a organização do *corpus* da pesquisa, é a publicação Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, lançada em 2002. Essa publicação constitui um marco institucional por reunir, pela primeira vez, a partir

dos dados do Censo Demográfico, informações sistematizadas sobre as condições de vida das mulheres brasileiras. Nesse estudo, ainda não se observa o uso do termo “gênero”, seja em sentido descritivo ou conceitual. Apesar disso, decidimos incluí-lo no *corpus* por se tratar da primeira publicação institucional dedicada à análise da condição das mulheres e também por permitir uma comparação com as publicações posteriores que, a partir dos anos 2002, passam a incorporar o termo/conceito “gênero” em seus textos.

O segundo grupo de publicações analisado corresponde à série Síntese de Indicadores Sociais (SIS), iniciada em 1998 e publicada com periodicidade anual, exceto nos anos de realização do Censo Demográfico. Conforme indicado no Quadro 1, entre 1998 e 2000, a SIS não possuía capítulo específico dedicado às questões de gênero. A partir do quarto volume da série, publicado em 2002, passa a existir um capítulo intitulado “Mulher”, denominação mantida até a edição de 2005. Entre 2006 e 2010, o título do capítulo passa a ser “Mulheres”.

Nas edições da SIS publicadas entre 2002 e 2010, os capítulos “Mulher” ou “Mulheres” são capítulos dedicados especificamente à apresentação de dados comparativos entre as condições de vida das mulheres e dos homens adotando a “perspectiva de gênero” na análise dos resultados. Observa-se nessas publicações uma associação entre os termos “mulher/mulheres” e “gênero” que estaria de acordo com o uso descritivo do termo, segundo Moschkovich (2024), no qual “mulher/mulheres” aparece como substituto de “gênero” no título do capítulo – já que o capítulo apresenta dados desagregados segundo as categorias mulheres e homens. Quanto ao uso do termo/conceito “gênero” nas análises de gênero da SIS, a leitura comparativa desses textos revela relativa estabilidade no uso do termo ao longo da série, indicando que “gênero” é compreendido como um constructo sócio-histórico. Nessa perspectiva, os termos “mulher/mulheres” e “homem/homens” aparecem como categorias relacionais que compõem o sistema sexo-gênero.

O terceiro objeto de análise é a publicação Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010, lançada em 2014. A partir dessa publicação – e nas produções subsequentes – o IBGE passa a utilizar explicitamente a expressão “Estatísticas de gênero”, adotando para o termo “gênero” a definição presente nos manuais da Divisão de Estatística das Nações Unidas. Nesse contexto, as desigualdades de gênero continuam a ser analisadas a partir de dados estatísticos desagregados pelas categorias “homem/homens” e “mulher/mulheres”.

O quarto grupo de publicações corresponde aos informativos Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil, publicados em 2018, 2021 e 2024. Já no título dessas publicações, observa-se de novo uma associação entre “gênero” e “mulheres”, o que pode sugerir um uso descritivo do termo, no qual “gênero” aparece como substituto de “mulher/mulheres”. No entanto, a análise do corpo dos textos indica que o uso dos termos “gênero”, “mulher/mulheres” e “homem/homens” permanece alinhado a um uso conceitual do termo “gênero”, em conformidade com as orientações metodológicas dos manuais de estatística da ONU.

Nesse uso substitutivo-conceitual, conforme a tríplice semântica do gênero proposta por Moschkovich (2024), gênero é compreendido como o sistema que articula as categorias homem e mulher, funcionando como chave analítica para a compreensão das relações de poder entre essas categorias.

Em termos de linguagem, conforme observado, as publicações da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) apresentam, a partir de 2006, uma alteração no título do capítulo dedicado às questões de gênero, que passa de Mulher para Mulheres. Essa mudança, embora aparentemente apenas gramatical, ao deslocar o termo para o plural, indexicaliza uma transformação de paradigma, discutida no Capítulo 2, relacionada às críticas dos Estudos Feministas à homogeneidade e à pretensa universalidade implícitas no uso do termo mulher no singular.

Outro aspecto que igualmente chamou a atenção, em termos de linguagem, foi a mudança na ordem de enunciação das categorias do sistema sexo-gênero. Pela primeira vez, no informativo Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil (2018) – e mantida na edição de 2021 –, em vez da sequência tradicional “homens e mulheres”, passam a ser utilizados enunciados com a formulação invertida: “mulheres e homens”. No que tange aos aspectos da linguagem, segundo Austin (1990), a linguagem não é neutra, mas constitui uma prática social produtora de efeitos no mundo.

Segundo Glenda Cristina de Melo (2015) – para quem há uma relação inexorável entre linguagem e ação social – a deslegitimação de certas vidas é iniciada na linguagem, desenhando uma trajetória de violência simbólica e física naturalizada por discursos que desumanizam certos grupos. A autora desenvolve: “não se pode negar que os discursos que circulam atuam no mundo social de maneiras diversas, mostrando-nos como é mitigadora do potencial da linguagem a visão de que ela está desvinculada das ações.” (2015, p. 98). As

alterações do termo mulher para mulheres e da ordem de enunciação, portanto, trata-se de escolhas institucionais que integram um dispositivo discursivo que dialoga com o fenômeno das memórias institucional e social sobre o tema gênero.

3.2.2 As matrizes de relacionamento dos indicadores de gênero

A segunda linha de investigação resultou na construção da Matriz de relacionamento do CMIG - 2024 (Apêndice B), que possibilitou a comparação com a matriz de 2014 (Anexo 1), permitindo registrar as mudanças dos indicadores de gênero ao longo do período. A partir dessas duas matrizes, elaboramos as Tabelas 1 e 2, que sintetizam a presença da interseção entre sexo e cor ou raça nos indicadores em cada um desses momentos: 2014 e 2024.

A Tabela 1 apresenta a distribuição temática dos indicadores do então Sistema Nacional de Indicadores de Gênero (SNIG) em 2014, evidenciando, para cada área temática, o número total de indicadores e quantos deles contemplavam a interseção entre sexo e cor ou raça.

Tabela 1 – Intersecção de Sexo e Cor ou raça nos indicadores de gênero do SNIG, por temática - 2014

Tema	Indicadores do IBGE	Intersecção Sexo e Cor ou Raça
Trabalho	16	14
Educação	5	5
Deficiência	27	9
População	4	4
Família	3	3
Migração	1	1
Rendimento	7	5
Domicílios	22	22
Total	85	63

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Tabela 2 – Intersecção de Sexo e Cor ou raça do CMIG e nos Indicadores complementares, por temática - 2024

Tema	Indicadores CMIG	Indicadores CMIG não disponíveis	Indicador complementar	Intersecção Sexo e Cor ou Raça
Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos	18	2		16
Educação	11	1		7
Saúde e serviços relacionados	11	2		4
Vida pública e tomada de decisão	6	2		3
Direitos humanos das mulheres e meninas	5	1	4	1+1
Total	51	8	4	31+1

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Já a Tabela 2 apresenta os indicadores de gênero conforme a estrutura temática do CMIG mais os quatro indicadores complementares elaborados pelo IBGE (conforme apresentados no item 1.2.1), contabilizados à parte para que fiquem discriminados dos indicadores CMIG. A Tabela 2 apresenta, portanto, o total dos 51 indicadores quantitativos previstos pelo CMIG, aqueles não disponíveis no contexto nacional, os indicadores complementares relevantes para o Brasil e, por fim, o número de indicadores que efetivamente incorporam a desagregação simultânea por sexo e cor ou raça em 2024.

Esse procedimento metodológico possibilita não apenas quantificar a presença da interseccionalidade com a categoria cor ou raça nos indicadores de gênero mas também, num aprofundamento futuro da pesquisa, comparar sua distribuição temática ao longo do tempo, identificando avanços, permanências e lacunas na incorporação da variável racial nas estatísticas de gênero produzidas pelo IBGE. A presença da variável raça em determinados indicadores contribui para evidenciar desigualdades estruturais que atravessam a experiência das mulheres no Brasil, enquanto sua ausência em outros campos reforça a persistência de silenciamentos estatísticos historicamente construídos.

3.2.3 O quadro analítico do *corpus* da pesquisa

Na terceira e última linha de investigação, estruturamos o Quadro 2 – Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE com as colunas “ano”, “publicação”,

“tipologia”, “sexo”, “cor ou raça” e “intersecção sexo e cor ou raça” com o objetivo de identificar como são apresentadas as informações das categorias sexo e cor ou raça e investigar a interseccionalidade dessas categorias no *corpus* da pesquisa. Como todas as publicações do *corpus* estão disponíveis na Biblioteca virtual do IBGE, através do *download* obtive os arquivos em PDF para mapear a ocorrência dos termos pela ferramenta de busca, quando necessário.

Quadro 2 – Intersecção das categorias Sexo e Cor ou raça nas publicações do IBGE.

Ano	Publicação	Tipologia	Sexo			Cor ou raça	Intersecção /desagregação por sexo e cor ou raça
			Mulher	Mulheres	Gênero		
2000	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	Não há capítulo específico para mulher/mulheres/gênero			Capítulo Desigualdades Raciais	
2002	Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000	Livro		Título da publicação			
2002	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	Título do capítulo		Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Desigualdades Raciais	1 indicador – Cap. Desigualdades Raciais
2003	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	Título do capítulo		Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor	1 indicador – Cap. Cor
2004	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	Título do capítulo		Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor	1 indicador – Cap. Cor
2005	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	Título do capítulo		Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor	3 indicadores – Cap. Aspectos Demográficos
2006	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		Título do capítulo	Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor	1 indicador – Cap. Aspectos Demográficos
2007	Síntese de indicadores sociais	Livro		Título do capítulo	Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor ou Raça	1 indicador – Cap. Idosos
2008	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		Título do capítulo	Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor ou Raça	
2009	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		Título do capítulo	Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor ou Raça	1 indicador – Cap. Mulheres
2010	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		Título do capítulo	Perspectiva de gênero no texto	Capítulo Cor ou Raça	2 indicadores – Cap. Mulheres e Cap. Aspectos Demográficos
2012 a 2025	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	De 2012 a 2025: Não há mais um capítulo específico para mulheres e cor ou raça. Transversalidade da perspectiva de gênero e cor ou raça nos temas do livro.				Alguns indicadores desagregados por sexo e cor ou raça

Ano	Publicação	Tipologia	Sexo			Cor ou raça	Intersecção /desagregação por sexo e cor ou raça
			Mulher	Mulheres	Gênero		
2014	Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010	Livro			Título da publicação		Perspectiva interseccional no texto e quase todos os indicadores do SNIG desagregados por sexo e cor ou raça
2018	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Informativo		Subtítulo da publicação	Título da publicação		Perspectiva interseccional no texto e quase todos os indicadores CMIG desagregados por sexo e cor ou raça
2021	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Informativo		Subtítulo da publicação	Título da publicação		Perspectiva interseccional no texto e quase todos os indicadores CMIG desagregados por sexo e cor ou raça
2024	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Informativo		Subtítulo da publicação	Título da publicação		Perspectiva interseccional no texto e quase todos os indicadores CMIG desagregados por sexo e cor ou raça

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Na coluna correspondente à categoria “Sexo”, observamos a ocorrência dos termos mulher/mulheres/gênero nos títulos, subtítulos ou no corpo do texto das publicações da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), no livro Estatísticas de Gênero (2014) e nos informativos publicados em 2018, 2021 e 2024. Já na coluna “Cor ou raça”, identificamos a presença dessa temática nas publicações e verificamos sua articulação — ou não — com a categoria sexo.

Como se observa no Quadro 2, nas publicações da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), de 2000 a 2010, as categorias Sexo e Cor ou raça configuravam temáticas tratadas em capítulos separados, havendo variações nos títulos atribuídos a esses temas ao longo da série. Na SIS de 2000 não havia um capítulo dedicado à questão de gênero, mas encontramos o capítulo Desigualdades raciais. A SIS passa a apresentar um capítulo intitulado “Mulher” a partir de 2002, denominação que se repete até a edição de 2005. Entre 2006 e 2010, o capítulo passa a ser denominado “Mulheres”.

No que se refere à categoria Cor ou raça, todas as edições da SIS entre 2000 e 2010 apresentam um capítulo específico para a temática, com diferentes denominações ao longo da série: Desigualdades raciais (SIS 2000 e 2002), Cor (SIS 2003, 2004, 2005 e 2006) e Cor ou raça (SIS 2007, 2008, 2009 e 2010). A partir da SIS 2012 até a edição de 2025, deixa de haver capítulos específicos dedicados a Mulher/Mulheres e Cor ou raça, passando a ser adotada a transversalidade das perspectivas de gênero e de raça nos diferentes capítulos da publicação.

Na coluna “Intersecção Sexo e Cor ou raça”, identificamos os momentos em que ocorreram cruzamentos entre essas duas categorias ao longo das publicações, até que cor ou raça passasse a integrar de forma mais consistente a análise de gênero sob uma perspectiva interseccional. Para essa identificação, utilizamos a ferramenta de busca textual nos arquivos PDF das publicações. Os termos pesquisados foram: “gênero”, “mulheres brancas”, “mulheres pretas”, “mulheres pardas”, bem como as expressões “as brancas”, “as pretas” e “as pardas”, além do termo “interseccionalidade” e suas variações, como “interseccional”. A partir dessa busca, foi possível identificar, em cada publicação da SIS, os capítulos nos quais apareciam indicadores com desagregação simultânea por sexo e cor ou raça, bem como quantificar o número de indicadores interseccionais por capítulo e por publicação.

Nas publicações da SIS de 2002 a 2010, encontramos o cruzamento das categorias sexo e cor ou raça em poucos indicadores e em capítulos como Aspectos Demográficos, Idosos ou até no capítulo Cor ou Raça. No capítulo “Mulher/Mulheres”, a perspectiva de gênero adotada no discurso institucional do IBGE mobilizava principalmente outros marcadores como idade, classe de rendimento e procedência geográfica (Grandes Regiões, as Unidades da Federação, os municípios e urbano e rural) para descrever as diferenças sociais entre homens e mulheres e entre as mulheres – mas não cor ou raça. Dessa forma, os poucos indicadores encontrados com o cruzamento entre sexo e cor ou raça não estavam presentes no capítulo “Mulher/Mulheres” e, portanto, não eram utilizados na apresentação e análise interseccional sobre os dados de gênero.

Como indicado no Quadro 2, foi somente na SIS 2009 que o capítulo Mulheres apresentou, pela primeira vez, um indicador com a intersecção entre sexo e cor ou raça, situação que se repete na SIS 2010. A partir da SIS 2012, os temas gênero e raça deixam de configurar capítulos específicos – Mulheres e Cor ou raça – e passam a ser tratados de forma transversal ao longo da publicação. Ainda assim, nesse período, o número de indicadores que apresentam o cruzamento entre sexo e cor ou raça permanece reduzido.

É a partir da publicação Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010, lançada em 2014, que observamos a presença das categorias Sexo e Cor ou raça em quase todos os indicadores do SNIG divulgados (Tabela 1, p. 77).

A partir de 2018, as estatísticas de gênero passam a ser divulgadas por meio do informativo Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil, no qual é apresentado o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG), nova metodologia adotada pelo IBGE para a produção de indicadores de gênero, conforme discutido anteriormente no Capítulo 1. Nos informativos publicados em 2018, 2021 e 2024, observa-se a adoção de uma perspectiva analítica interseccional, com a apresentação de grande parte dos indicadores de gênero acompanhados da possibilidade de cruzamento entre sexo e cor ou raça (Tabela 2, p. 78).

3.2.3.1 A análise interseccional de gênero

A partir da perspectiva decolonial, adotamos a interseccionalidade como ferramenta analítica proposta por Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2021) para mapear os marcadores utilizados pelo IBGE nas estatísticas de gênero, com foco específico nas categorias sexo e cor ou raça, de modo a identificar posteriormente enunciados que evidenciem a operacionalização dessas categorias no discurso institucional.

O cruzamento das categorias sexo e cor ou raça com outros marcadores — como grupos de idade, classe de rendimento e procedência geográfica — permite múltiplas análises interseccionais, possibilitando que mulheres e homens pretos e pardos ganhem visibilidade estatística e que as desigualdades de gênero, bem como as desigualdades intragrupos, sejam evidenciadas a partir dessas categorias analíticas.

Como observado no Quadro 2 (p. 79), foi somente na SIS 2009 que o capítulo Mulheres apresentou pela primeira vez um indicador com a interseccionalidade de Sexo com Cor ou raça - *Proporção das mulheres de cor ou raça preta e parda na população total e das mulheres de cor ou raça preta e parda na categoria de trabalhadoras domésticas, segundo as Grandes Regiões* - permitindo a formulação do seguinte enunciado:

Um outro aspecto a ser discutido sobre a ocupação do trabalho doméstico refere-se à questão racial, tópico importante nas questões de gênero. A PNAD 2008, mostrou que havia uma sobrerrepresentação de trabalhadoras domésticas de cor ou

raça preta e parda. No Brasil como um todo, a proporção de mulheres pretas e pardas acima de 10 anos é de 51,5%, enquanto a proporção de empregadas domésticas era de 60,9% (Gráfico 9.8 e Tabela 9.7). As diferenças regionais mostram que dependendo de onde o indivíduo reside, suas possibilidades de inserção social diferem. Para complementar a análise dos dados, calculou-se a razão de chance para verificar mais uma vez as desigualdades raciais. Na Região Sudeste, para cada 100 empregadas domésticas brancas, há 177 pretas e pardas. Na Região Norte, essa relação é mais favorável de 100 para 125. (IBGE, 2009, p. 206, grifo nosso)

Na publicação da SIS 2010 encontramos no capítulo Aspectos Demográficos e no capítulo Mulheres, o cruzamento das categorias Sexo e Cor ou raça em dois indicadores: *Taxa de fecundidade total, por cor ou raça das mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2009* e *Distribuição percentual de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalho formal e informal, segundo a cor ou raça nas Regiões Norte e Sul – 2009*, respectivamente. Essa intersecção possibilita que as desigualdades entre as mulheres brancas e pretas e pardas comecem a aparecer nas análises dos dados estatísticos:

Ao considerar a cor ou raça, invariavelmente, são observados, no segmento de mulheres brancas, níveis mais baixos de fecundidade com respeito ao conjunto de mulheres pretas e pardas. Os diferenciais dentro de uma mesma região não se apresentam tão marcados, porém destaca-se a Região Sudeste com a mais baixa fecundidade das mulheres brancas (1,55 filho por mulher), enquanto na Região Norte a taxa mais alta corresponde às mulheres pretas e pardas, com 2,67 filhos por mulher (Tabelas 1.5 e 1.6). (IBGE, 2010, p. 30, grifo nosso)

No que tange às desigualdades raciais, a inserção das mulheres se dá de forma diferenciada: entre as de cor branca, verifica-se que cerca de 44,0% estão em trabalhos informais, enquanto para as de cor parda esta proporção é de 60,0%, e para as de cor preta é de 54,1%. A maior diferença na taxa de formalidade entre as mulheres, segundo sua cor ou raça, ocorre na Região Norte, enquanto a menor é na Região Sul[...]. (IBGE, 2010, p. 253, grifo nosso)

A partir da SIS 2012, os temas gênero e raça deixam de constituir, respectivamente, os capítulos Mulheres e Cor ou raça e passam a ser tratados de forma transversal na publicação, mas mesmo assim há poucos indicadores com o cruzamento das categorias sexo e cor ou raça. É a partir da publicação *Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010*, conforme já comentado, que temos os dados de Sexo e Cor ou raça em quase todos os indicadores do SNIG divulgados (Tabela 1, p. 77) e na qual encontramos, a indicação da interseccionalidade – ainda que esse termo ainda não seja explicitamente adotado – como ferramenta fundamental para a análise das estatísticas de gênero:

O Manual da UNECE ressalta ainda outra questão fundamental na análise de estatísticas de gênero: homens e mulheres não são grupos homogêneos e, para melhor entender suas dinâmicas, a interação com outras dimensões, grupos e categorias é de suma importância. **Idade, escolaridade, raça/etnia, religião, deficiência, orientação sexual, migração e status de cidadania, assim como viver em áreas urbanas e rurais, são interseções que influenciam a análise de gênero, reforçando as diversidades e podendo aumentar ou diminuir a desigualdade observada entre homens e mulheres.** No Brasil, por exemplo, mulheres pretas ou pardas, assim como aquelas residentes nas áreas rurais e na Região Nordeste, apresentam historicamente indicadores sociais mais desfavoráveis que mulheres brancas ou residentes nas áreas urbanas ou na Região Sudeste. (IBGE, 2014, p. 12, grifo nosso)

Outros trechos dessa publicação selecionados abaixo ilustram a interseccionalidade de forma evidente no discurso institucional, abrindo um leque de análises e, portanto, de novos enunciados sobre as condições de vida das mulheres e dos homens brancos, pretos e pardos:

Além disso, também são, no meio rural, as **mulheres pretas ou pardas** as que mais estão expostas a condições precárias de saneamento. No Gráfico 20, pode-se observar que, entre as mulheres residentes em domicílios particulares permanentes rurais, a exposição das **pretas ou pardas** ao saneamento precário é superior ao verificado entre as **mulheres brancas**, para todas as situações selecionadas. Enquanto 22,1% das **pretas ou pardas** se defrontavam com formas precárias de abastecimento de água, esse percentual para as **brancas** era de 12,7%. (IBGE, 2014, p. 94, grifo nosso)

Como já assinalado, as desigualdades que promovem a inserção diferenciada de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro também podem se manifestar entre grupos que pertencem ao mesmo sexo. Nesse sentido, o Gráfico 33 mostra que enquanto as **mulheres brancas** são maioria entre as trabalhadoras com carteira de trabalho assinada, as **mulheres pretas ou pardas** compõem a maior proporção de trabalhadoras domésticas. Tal desigualdade de distribuição se traduz em maiores níveis de vulnerabilidade para estas últimas, pois as mesmas não têm disponíveis, na maioria dos casos, os benefícios auferidos pelos trabalhadores vinculados ao mercado formal de trabalho. (IBGE, 2014, p. 114, grifo nosso)

A desigualdade de cor ou raça entre as mulheres também pode ser verificada na distribuição da população ocupada por nível de instrução [...] que mostra elevada participação das mulheres pretas ou pardas sem instrução e com nível fundamental incompleto (42,5%) quando comparadas com as mulheres brancas (28,2%). É importante observar que estas disparidades estão presentes nos extremos da distribuição dos níveis de instrução e, **no caso do nível superior, se mostram mais favoráveis às mulheres brancas (26,0%) em relação às mulheres pretas ou pardas (11,2%).** (IBGE, 2014, p. 115, grifo nosso)

A análise do indicador de acesso ao rendimento segundo as características de cor ou raça mostrou que há maior proporção de pessoas sem rendimento entre os pretos ou pardos (27,4%) comparativamente à população branca (22,6%). Na Região Norte, **a proporção de mulheres pretas ou pardas sem rendimento chega a 38,1%.** Esta condição de exclusão e de baixo rendimento no grupo de mulheres pretas ou pardas já vem sendo apontada por alguns pesquisadores que ressaltam a importância de políticas de gênero de combate à pobreza e redução das desigualdades e de proteção social para grupos específicos ou vulneráveis. (IBGE, 2014, p. 122, grifo nosso)

Em 2000, a proporção de pessoas com rendimento até 1 salário mínimo era 19,8%, sendo ligeiramente maior entre as mulheres (20,8%). Em 2010, essas proporções se elevaram para 29,8% e 33,7%, respectivamente. A Tabela 23 mostra a maior proporção de pessoas com esse nível de rendimento na Região Nordeste. Contudo, **vale ressaltar que os menores rendimentos têm sexo, cor ou raça e localidade, visto que 50,8% das mulheres pretas ou pardas da Região Nordeste têm rendimento até 1 salário mínimo, assim como 59,3% das mulheres nas áreas rurais desta região** (Tabela 24). (IBGE, 2014, p. 124, grifo nosso)

A desigualdade de rendimentos é um pouco menor quando analisada intragrupos, isto é, somente entre as mulheres ou somente entre os brancos. O rendimento médio das mulheres pretas ou pardas é equivalente a 52,0% do rendimento médio das mulheres brancas. O rendimento médio das mulheres brancas corresponde a 67,0% do rendimento médio dos homens brancos. A Tabela 28 mostra também um resultado interessante, pois é possível identificar uma paridade de sexo numa relação de desigualdade, visto que, **separando de um lado o grupo de homens e, de outro, o das mulheres, a disparidade em relação à cor ou raça é a mesma (0,52). O mesmo ocorre quando se separam os grupos por cor ou raça, porém a desigualdade por sexo é menor (0,67).** (IBGE, 2014, p. 128, grifo nosso)

Na análise do rendimento total por cor ou raça, verificou-se que intragrupos a desigualdade era a mesma. Entretanto, no mercado de trabalho, quando se separam de um lado os homens e de outro, as mulheres, para analisar as disparidades de cor ou raça em relação ao rendimento, tem-se que estas são maiores entre os homens, dado que os pretos ou pardos recebem, em média, **54,0% dos brancos.** No grupo das mulheres, essa desigualdade é um pouco menor (58,0%). Por outro lado, quando separados os grupos brancos e pretos ou pardos para identificar as disparidades por sexo, percebe-se que esta é diferente nos grupos, sendo maior entre os brancos. As mulheres brancas recebem, em média, 70% do rendimento dos homens brancos, enquanto as mulheres pretas ou pardas têm um rendimento equivalente a 78,0% do rendimento dos homens pretos ou pardos (Tabelas 33 e 34). (IBGE, 2014, p.133, grifo nosso)

A partir de 2018, as estatísticas de gênero passam a ser divulgadas trienalmente pelo informativo Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. A perspectiva de análise interseccional, porém, continua na mesma linha da publicação de 2014, sendo que o termo interseccionalidade aparece no discurso institucional na 2ª edição do informativo, em 2021:

Sempre que possível, os dados foram desagregados por sexo e outras características de forma a revelar diferenças e desigualdades. No caso brasileiro, essas “outras características” assumem papel relevante conforme mostram as séries históricas de indicadores sociais, disponibilizadas anualmente pelo IBGE por meio do relatório Síntese de Indicadores Sociais - SIS, em consonância com os estudos mais atuais sobre **interseccionalidades** que indicam que a cor ou raça, ser pessoa com deficiência, morar em áreas urbanas ou rurais, entre outros, podem ter impactos significativos, reforçando desigualdades. (IBGE, 2021, fl. 2, grifo nosso)

Dessa forma, a análise das publicações do IBGE evidencia um processo gradual de incorporação da intersecção entre as categorias sexo e cor ou raça nas estatísticas de gênero. Se, nas primeiras publicações da série Síntese de Indicadores Sociais, os dois marcadores apareciam majoritariamente em análises separadas, ao longo do tempo observa-se a ampliação dos cruzamentos entre essas categorias, especialmente a partir da publicação Estatísticas de Gênero (2014) e dos informativos mais recentes. Nesse sentido, o Quadro 2 sintetiza os resultados do mapeamento realizado, permitindo visualizar de forma sistemática, a presença – ainda que inicialmente pontual e posteriormente mais estruturada – da articulação entre sexo e cor ou raça nas análises produzidas pelo IBGE.

Capítulo 4

Considerações Finais

A mulher, a pesquisadora e a servidora pública que chegam ao término desta pesquisa certamente não são as mesmas que iniciaram esse percurso há dois anos. Na contramão do paradigma da neutralidade científica, fui afetada pelo objeto de estudo e atravessada pelas questões aqui apresentadas – não apenas refletidas, mas, sobretudo, sentidas. Enquanto mulher cisgênero e heterossexual, hoje tomo consciência e passo a questionar a naturalização e a normatividade da matriz heterossexual; enquanto pesquisadora, emerge um incômodo em relação à colonialidade do saber, que me instiga a me conectar ao meu território e me torna mais sensível à centralidade da questão racial na análise das desigualdades de gênero no Brasil, um país marcado por seu passado escravocrata e por profundas assimetrias sociais; e, por fim, enquanto servidora do IBGE, adentrei uma área para além do escopo de minha formação e atuação, o que me proporcionou um maior conhecimento tanto da história do Instituto quanto da relevância dos estudos sobre estatísticas de gênero, em suas múltiplas dimensões e possibilidades analíticas.

Por meio desta pesquisa, tornou-se evidente o papel do IBGE como articulador de uma gama de interesses de órgãos e instituições públicas, bem como da sociedade civil, em âmbito nacional e internacional. Dada a centralidade do Instituto enquanto produtor das estatísticas oficiais do país, foi possível compreender de forma mais aprofundada a importância dessas estatísticas para subsidiar a formulação de políticas públicas de equidade, assim como a complexidade envolvida na articulação entre indicadores internacionais e as especificidades da realidade brasileira.

Como servidora do IBGE e pesquisadora do GENERIS – e, portanto, com algum conhecimento das limitações institucionais –, não posso deixar de reconhecer a competência das servidoras e dos servidores que estiveram e estão à frente da formulação dos indicadores de gênero. Nos últimos anos, destaca-se ainda, o esforço de aproximação entre as gerências no âmbito da COPIS, visando à produção de dados e análises que incorporem a perspectiva interseccional, especialmente no que se refere ao marcador racial.

Retomando o objetivo desta pesquisa – investigar a memória da eclosão do debate sobre gênero no IBGE a partir dos anos 2000, considerando os contextos institucionais e

sociais que possibilitaram a adoção do termo nas estatísticas de gênero e a incorporação da perspectiva interseccional –, a análise do *corpus* permitiu identificar transformações importantes tanto no plano discursivo quanto na estrutura dos indicadores produzidos pela instituição. O percurso analisado evidencia que a introdução do termo/conceito “gênero” não ocorreu de forma imediata ou homogênea, mas foi sendo progressivamente incorporada às publicações do Instituto, em diálogo com agendas internacionais e com as disputas teóricas e políticas do campo feminista. No uso substitutivo-conceitual, conforme a tríplice semântica do gênero proposta por Moschkovich (2024), gênero passa a ser empregado como o sistema que articula as categorias homem e mulher, funcionando como chave analítica para a compreensão das relações de poder entre essas categorias.

Nesse contexto, um aspecto que se mostrou particularmente relevante foi a dimensão da linguagem no que tange à seleção lexical nas publicações institucionais. As mudanças do título do capítulo da SIS de Mulher para Mulheres, bem como da ordem de enunciação – de “homens e mulheres” para “mulheres e homens”, observada a partir de 2018 – não constituem detalhes formais. Conforme aponta Austin (1990), os enunciados não são neutros, mas constituem práticas sociais que produzem efeitos no mundo. Assim, essas alterações indexicalizam uma reconfiguração simbólica tanto da categoria mulher quanto das hierarquias constitutivas do sistema binário mulher-homem, indicando deslocamentos nos modos de nomear e interpretar as relações de gênero.

No que se refere à dimensão estrutural dos indicadores, a adoção do Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG) pelo IBGE responde ao compromisso institucional de alinhamento com a produção estatística internacional. No entanto, a análise também evidenciou o esforço do Instituto em contemplar as especificidades da realidade brasileira, seja pela inclusão de indicadores complementares, seja pela ampliação do cruzamento entre as variáveis sexo e cor ou raça na maior parte dos indicadores disponíveis. Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer que as decisões sobre a adoção de determinados sistemas de indicadores, bem como sobre a inclusão, exclusão ou articulação entre categorias de análise, não são neutras. Trata-se de escolhas que integram um dispositivo discursivo e institucional responsável por definir quais identidades coletivas ganham visibilidade e legitimidade – e quais permanecem invisibilizadas.

A análise das publicações do IBGE evidencia, ainda, um processo gradual de incorporação da intersecção entre as categorias sexo e cor ou raça nas estatísticas de gênero. Se, nas primeiras publicações analisadas, essas categorias apareciam majoritariamente dissociadas, ao longo do tempo observa-se a ampliação dos seus cruzamentos, sobretudo a partir da publicação Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010 (2014) e dos informativos Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil (2018, 2021 e 2024). Essa trajetória textual indica uma mudança significativa no modo como as desigualdades sociais passam a ser representadas nas estatísticas oficiais, reconhecendo que mulheres e homens não constituem grupos homogêneos e que as relações de gênero são atravessadas por outros marcadores sociais de diferença. No caso brasileiro, marcado por profundas desigualdades raciais, a articulação entre sexo e cor ou raça se mostra uma ferramenta indispensável para a análise interseccional das desigualdades de gênero. Com base em Pollak (1989), as instituições operam processos de seleção que definem quais aspectos devem ser lembrados e quais podem ser marginalizados ou silenciados. Nesse contexto, o IBGE não apenas sistematiza e divulga informações sobre a população, mas se configura também como um importante ator social cuja produção estatística participa da construção de uma memória coletiva sobre gênero no país. As estatísticas de gênero, portanto, não apenas refletem a realidade social: ao classificar, organizar e tornar visíveis determinadas experiências e grupos sociais, devem ser compreendidas como atos performativos que participam ativamente da constituição do mundo social.

No que se refere aos limites desta pesquisa, destaca-se, em primeiro lugar, o tempo de desenvolvimento no âmbito do mestrado, delimitando restrições ao aprofundamento de algumas das linhas de investigação propostas. A análise das matrizes de relacionamento dos indicadores de gênero — especialmente a comparação entre as matrizes do SNIG (2014) e do CMIG (2024) — pode, no futuro, ser desenvolvida com mais detalhes, explorando com maior profundidade as implicações teóricas e metodológicas das transformações observadas. Além disso, o recorte do *corpus* desta investigação, coerente com os objetivos da pesquisa, circunscreve a análise a um conjunto específico de publicações, abrindo espaço para investigações futuras que ampliem o escopo para outras produções institucionais.

Ainda como desdobramento possível, a partir de uma perspectiva decolonial, a pesquisa aponta para a necessidade de aprofundar a reflexão sobre a construção de sistemas

de indicadores de gênero que considerem de forma mais consistente as especificidades da realidade brasileira. Isso implica não apenas ampliar o cruzamento entre categorias como sexo e cor ou raça dos indicadores de gênero, mas também refletir sobre a própria lógica de produção desses indicadores, de modo a contemplar a diversidade social do país e tensionar modelos universalizantes de análise.

Referências

- ADELMAN, Miriam. A voz e a escuta. Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. 2. ed. - São Paulo: Blucher, 2016.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021. 152 p. (Feminismos Plurais).
- ALKMIM, Antônio Carlos; SIMÕES, André, organizadores. Indicadores sociais: passado, presente e futuro. IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- AUSTIN, John L. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Porto Alegre, 1990.
- BOWKER, Geoffrey; STAR, Susan Leigh. Sorting things out: classification and its consequences. Cambridge: MIT Press, 2000.
- BRASIL. Ministério das Mulheres. Ministério das Mulheres. Brasília, DF: Governo Federal, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br>. Acesso em: 12 fev. 2026.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. 260p. (Série Documentos)
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. / Judith Butler; tradução de Renato Aguiar - 25ª ed - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
- CAMARGO, Aspásia; D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). Getúlio Vargas e o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser. São Paulo: Selo Negro, 2003.
- CARRASCO, Cristina. Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. Tradução José Valenzuela Perez . São Paulo, SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012.
- COBO, Barbara; BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos; LONGO, Luciene Aparecida Ferreira de Barros; RAMOS, Mirna Tetzner. Identidade de gênero e orientação sexual nas estatísticas públicas oficiais: caminhos para inclusão. Ciência & Saúde Coletiva, v. 29, n. 11, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320242911.04092024>. Acesso em: 10/8/ 2025.
- COBO, Barbara; SANTOS, Caroline; AGOSTINHO, Cíntia Simões. Abordagem de gênero nas estatísticas sociais. In: SIMÕES, André; ATHIAS, Leonardo; BOTELHO, Luanda (org.). Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: Reflexões e práticas de transformação feminista/ renata moreno (org.). São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 4)

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa B. Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução Rane Souza. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

COLETIVO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. Tradução de Stefania Pereira e Leticia Simões Gomes. Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 197-207, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em 18/02/2025.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001 [1995].

DODEBEI, Vera.; FARIAS, GONDAR, Jô. O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2009.

FERREIRA, Lucia M. A. As práticas discursivas e os (im)previsíveis caminhos da memória. In: DODEBEI, Vera.; FARIAS, GONDAR, Jô. O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2009.

FERREIRA, Lucia M. A. **Memória e esquecimento na língua**. In: DODEBEI, Vera.; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô. Por que memória Social? Rio de Janeiro: Híbrida, 2016

FILHO, Danilo Marcondes de Souza. **A filosofia da linguagem de J. L. Austin**. In AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Porto Alegre, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera.; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô. Por que memória Social? Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. Feminist Studies, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3178066>. Acesso em: 7/7/2025.

HOLLANDA, Heloisa B. Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloisa B. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HUYSEN, Andreas. Cultura do Passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

IBGE. Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, número 8. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2002. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, número 11. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2003. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, número 12. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2004. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, número 15. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2005. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, número 17. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2006. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, número 19. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b.

IBGE. Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, número 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso em: 12/03/2025.

IBGE. Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das mulheres no Brasil: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_notas_tecnicas.pdf Acesso em: 12/03/2025.

IBGE. Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018c.

IBGE. Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das mulheres no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf Acesso em: 12/03/2025.

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil: notas técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

IBGE. Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das mulheres no Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf Acesso em: 12/03/2025.

IBGE. Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das mulheres no Brasil: notas técnicas. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_notas_tecnicas.pdf Acesso em: 25/02/2026.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Editora Alinea, 2017. 6ª edição.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloisa B. Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa B. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MAKARAN, Gaya; GAUSSENS, Pierre. Autopsia de una impostura intelectual. In: MAKARAN, Gaya; GAUSSENS, Pierre (org.). Piel blanca, máscaras negras: crítica de la razón decolonial. Ciudad de México: Bajo Tierra A.C.; Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe-UNAM, 2020. p. 9-41.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.) Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 27-53.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3) :320, setembro-dezembro, 2005.

MELO, Glenda Cristina Valim de; ROCHA, Luciana Lins. Linguagem como performance: discursos que também ferem. In: RODRIGUES, Marília Giselda. Discurso: sentidos e ação / Marília Giselda Rodrigues et al., organizadoras. Franca, SP: Universidade de Franca, 2015.

MIGUEL, Nadya Maria Deps. O Perfil do brasileiro construído pelo IBGE: uma memória discursiva dos Censos Demográficos de 1940 a 2010 / Nadya Maria Deps Miguel. - 2012. 200 f.

MIR – Ministério da Igualdade Racial. Proposta do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial. Brasília, 2024.

MORAES, Nilson A. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: DODEBEI, Vera.; FARIAS, GONDAR, Jô. O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2009.

MOSCHKOVICH, Marília. A tríplice semântica do gênero: tensões e disputas na teoria feminista. fólio – Revista de Letras, São Paulo, v. 15, n. 2, jul./dez. 2024, pp. 132-147.

OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados –a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. ex æquo, n.º 22, 2010, pp. 25-39.

ONU MULHERES. Celebrando a nossa Amefricanidade e o legado de Lélia Gonzalez: 5 coisas que você precisa saber neste 25 de Julho. 2024. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/celebrando-a-nossa-amefricanidade-lelia-gonzalez-5-coisas-25-de-julho/> Acessado em: 10/012/2025

ONU MULHERES. Planeta 50-50 até 2030. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/paridade/>. 2024b. Acessado em: 10/11/2025

ORRICO, Evelyn. Memória em desalinho. In: DODEBEI, Vera.; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô. Por que memória Social? Rio de Janeiro: Híbrida, 2016

PENHA, Eli Alves. A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo. Rio de Janeiro: IBGE, CDDI, 1993.

PEREZ, Caroline Criado. Mulheres invisíveis: o viés dos dados em um mundo projetado para homens. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. Introdução. In: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RODRIGUES, Marília Giselda. Discurso: sentidos e ação. Marília Giselda Rodrigues et al., organizadoras. Franca, SP: Universidade de Franca, 2015

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. In: Reiter, R. (ed.). Toward an anthropology of women, New York: Monthly Review Press, 1975, pp.:157-210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania]

SAGGESE, Gustavo Santa Roza et al. (org.). Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica. São Paulo: Terceiro Nome; Editora Gramma, 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa B. Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SENRA, Nelson de Castro. Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002). Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 474 p.

SILVA, Andrea Rosendo da; OLIVEIRA, Dennis de. Perspectiva decolonial e pensadoras latino-americanas: aportes para análise de narrativas audiovisuais na América Latina. Extraprensa, São Paulo, v. 15, n. esp, p. 232 – 250, mai. 2022.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Um conceito itinerante: os usos do gênero no universo das organizações não-governamentais. [dissertação] Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas; 1999. 119 p. Mestrado em Antropologia.

SIMÕES, André; ATHIAS, Leonardo; BOTELHO, Luanda, organizadores. Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018c.

SOUZA-LOBO, Elisabeth, 1943-1991. A classe operária tem dois sexos: dominação e resistência. 3ª ed. - São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021. 304 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. O Sistema Estatístico Nacional . 1995. Disponível em: <https://archive.org/details/OSistemaEstatisticoNacional> Acesso em 18/02/2025.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Fundação Getulio Vargas, 2000.

UNITED NATIONS. Statistics Division. Gender statistics manual: integrating a gender perspective into statistics. New York: United Nations, 2013. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/genderstatmanual/Sitemap.ashx>. Acesso em: set. 2025.

UNITED NATIONS. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 5 dez. 2025.

UNITED NATIONS. **Integrating a gender perspective into statistics**. New York: United Nations, 2016.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloisa B. Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Categorias utilizadas para a análise de gênero nas publicações do IBGE de 2002 a 2025

APÊNDICE B: Matriz de relacionamento do CMIG - 2024

APÊNDICE A – Categorias utilizadas para a análise de gênero nas publicações do IBGE de 2002 a 2025.

ANO	MATERIAL	TIPOLOGIA	CATEGORIAS			PRESIDENTE DO IBGE	DIRETORIA DE PESQUISA	UNIDADE RESPONSÁVEL
			COR OU RAÇA	CLASSE DE RENDIMENTO	GEOGRÁFICA ¹	GRUPOS DE IDADE		
2002	Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000	Livro		X	X	X	Sérgio Besserman Vianna	Departamento de População e Indicadores Sociais Luiz Antônio Pinto de Oliveira
2002	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		X	X	X	Eduardo Pereira Nunes	Departamento de População e Indicadores Sociais Luiz Antônio Pinto de Oliveira
2003	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		X	X	X	Eduardo Pereira Nunes	Coordenação de População e Indicadores Sociais Luiz Antônio Pinto de Oliveira
2004	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		X	X	X	Eduardo Pereira Nunes	Coordenação de População e Indicadores Sociais Luiz Antônio Pinto de Oliveira
2005	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		X	X	X	Eduardo Pereira Nunes	Coordenação de População e Indicadores Sociais Luiz Antônio Pinto de Oliveira
2006	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		X	X	X	Eduardo Pereira Nunes	Coordenação de População e Indicadores Sociais Luiz Antônio Pinto de Oliveira
2007	Síntese de indicadores sociais	Livro		X	X	X	Eduardo Pereira Nunes	Coordenação de População e Indicadores Sociais Luiz Antônio Pinto de Oliveira

¹ Essa categoria permite, em alguns indicadores, a desagregação dos dados por Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural.

ANO	MATERIAL	TIPOLOGIA	CATEGORIAS				PRESIDENTE DO IBGE	DIRETORIA DE PESQUISA	UNIDADE RESPONSÁVEL
			COR OU RAÇA	CLASSE DE RENDIMENTO	GEOGRÁFICA	GRUPOS DE IDADE			
2008	Síntese de Indicadores Sociais	Livro		X	X	X	Eduardo Pereira Nunes	Wasmália Socorro Barata Bivar	Coordenação de População e Indicadores Sociais Luiz Antônio Pinto de Oliveira
2009	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	X		X	X	Eduardo Pereira Nunes	Wasmália Socorro Barata Bivar	Coordenação de População e Indicadores Sociais Luiz Antônio Pinto de Oliveira
2010	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	X	X	X	X	Eduardo Pereira Nunes	Wasmália Socorro Barata Bivar	Coordenação de População e Indicadores Sociais Luiz Antônio Pinto de Oliveira
2012-2025	Síntese de Indicadores Sociais	Livro	Transversalidade em todos os temas	X	X	X	Wasmália Socorro Barata Bivar	Marcia Maria Melo Quintslr	Coordenação de População e Indicadores Sociais Luiz Antônio Pinto de Oliveira
2014	Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010	Livro	X	X	X	X	Wasmália Socorro Barata Bivar	Roberto Luís Olinto Ramos	Coordenação de População e Indicadores Sociais Barbara Cobo Soares (em exercício)
2018	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Informativo	X	X	X	X	Roberto Luís Olinto Ramos	Claudio Dutra Crespo	Coordenação de População e Indicadores Sociais Barbara Cobo Soares
2021	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Informativo	X	X	X	X	Eduardo Luiz G. Rios Neto	Cimar Azeredo Pereira	Coordenação de População e Indicadores Sociais Cristiane dos Santos Moutinho
2024	Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Informativo	X	X	X	X	Marcio Pochmann	Elizabeth Belo Hypolito	Coordenação de População e Indicadores Sociais Cristiane dos Santos Moutinho

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

APÊNDICE B – Matriz de relacionamento do CMIG - 2024

Tema	Nº Indicador	Indicador CMIG	O que foi calculado pelo IBGE	Desagregações					Ano
				Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Classe de rendimento	Geográficas	
Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos	1.1	Número médio de horas nos afazeres domésticos, por sexo, idade e localização (Nota: separar afazeres domésticos e cuidado infantil, se possível)	Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo, idade e localização	X	X	X	X	X	2022
				X	X	X		X	2022
	1.2	Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e no trabalho doméstico não remunerado (carga total de trabalho), por sexo	Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e nos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (carga total de trabalho) das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo	X	X		X	X	2022
				X	X	X			2022
	1.3	Taxa de participação	Taxa de participação na força	X	X	X			2022

Tema	Nº Indicador	Indicador CMIG	O que foi calculado pelo IBGE	Desagregações						Ano
				Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Classe de rendimento	Geográficas	Outra	
		na força de trabalho para pessoas de 15 a 24 anos de idade e 15 anos ou mais de idade, por sexo	de trabalho para pessoas de 15 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo							
			Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 a 24 anos de idade, na semana de referência, por sexo	X	X	X				
	1.4	Proporção de ocupados que são trabalhadores por conta própria, por sexo	Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que são trabalhadores por conta própria, por sexo	X	X				X	2022
	1.5	Proporção de ocupados em ajuda a pessoa do domicílio, por sexo	Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em ajuda a pessoa do domicílio, por sexo	X	X			X		2022
	1.6	Proporção de ocupados que são empregadores, por sexo	Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que são empregadores, por sexo	X	X			X		2022
	1.7	Proporção de jovens (15 a 24 anos) que	Proporção de pessoas de 15 a 24 anos de idade, que não	X	X			X		2022

Tema	Nº Indicador	Indicador CMIG	O que foi calculado pelo IBGE	Desagregações						Ano
				Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Classe de rendimento	Geográficas	Outra	
		não estudam, não trabalham e não estão em treinamento	estudam, não estão ocupados e não estão em treinamento, por sexo							
	1.8	Distribuição percentual da população ocupada por sexo, segundo setor de atividade econômica (Agropecuária, Indústria, Serviços)	Distribuição percentual da população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por sexo, segundo setor de atividade econômica (Agropecuária, Indústria, Serviços)	X	X				X	2022
	1.9	Ocupação informal como percentagem da ocupação não agrícola total, por sexo	Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, em relação ao total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, por sexo	X	X			X		2022
	1.10	Taxa de desocupação de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, idade e pessoas com deficiência	Taxa de desocupação de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, idade e pessoas com deficiência	X	X	X		X	X	2022
	1.11	Proporção de adultos (15 anos ou mais) com conta em banco ou outra instituição	Indicador não disponível							

Tema	Nº Indicador	Indicador CMIG	O que foi calculado pelo IBGE	Desagregações						Ano
				Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Classe de rendimento	Geográficas	Outra	
		financeira ou com um provedor de serviços financeiros móveis, por sexo								
	1.12	Proporção de população adulta que possui terra, por sexo	Indicador não disponível							
	1.13	Diferencial de sexo nos salários, por ocupação, idade e pessoas com deficiência	Razão de rendimentos das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade (rendimento habitual de todos os trabalhos, valores inflacionados para reais médios de 2022), por ocupação, idade e pessoas com deficiência	X	X	X		X	X	2022
	1.14	Proporção de ocupados que trabalham por tempo parcial, por sexo	Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em trabalho por tempo parcial, por sexo	X	X			X		2022
	1.15	Nível de ocupação de pessoas de 25 a 54 anos, por presença de criança de até 6 anos, por sexo e tipo de arranjo domiciliar	Nível de ocupação de pessoas de 25 a 54 anos de idade, na semana de referência, com presença de criança de até 6 anos de idade no domicílio, por sexo	X	X			X	X	2022

Tema	Nº Indicador	Indicador CMIG	O que foi calculado pelo IBGE	Desagregações						Ano
				Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Classe de rendimento	Geográficas	Outra	
			Nível de ocupação de pessoas de 25 a 54 anos de idade, na semana de referência, sem presença de criança de até 6 anos de idade no domicílio, por sexo	X	X			X	X	
	1.16	Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza internacional por sexo, idade, status do emprego e localização geográfica (urbana/rural)	Proporção da população vivendo com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 2,15 PPC 2017 por sexo, idade, condição de ocupação e situação do domicílio	X	X	X		X	X	2022
			Proporção da população vivendo com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 6,85 PPC 2017 por sexo, idade, condição de ocupação e situação do domicílio	X	X	X		X	X	
	1.17	Proporção de indivíduos que utilizam a Internet, por sexo	Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet nos últimos três meses, por sexo	X	X			X		2022
	1.18	Proporção de indivíduos que	Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que	X	X	X		X		2022

Tema	Nº Indicador	Indicador CMIG	O que foi calculado pelo IBGE	Desagregações						Ano
				Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Classe de rendimento	Geográficas	Outra	
		possuem telefone móvel celular, por sexo	possuem telefone móvel celular, por sexo							
Educação	2.1	Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de entrada no ensino fundamental)	Proporção de pessoas de cinco anos de idade que frequentam a escola, por sexo	X	X			X		2022
	2.2	Taxa de matrícula líquida ajustada nos anos iniciais do ensino fundamental, por sexo	Taxa ajustada de frequência escolar líquida nos anos iniciais do ensino fundamental, por sexo	X	X			X		2019
	2.3	Taxa bruta de matrícula nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, por sexo	Taxa de frequência escolar bruta de pessoas de 11 a 14 anos de idade, por sexo	X	X			X		2022
			Taxa de frequência escolar bruta de pessoas de 15 a 17 anos de idade, por sexo	X	X			X		
	2.4	Taxa bruta de matrícula no ensino superior, por sexo	Taxa de frequência escolar bruta de pessoas de 18 a 24 anos de idade, por sexo	X	X			X		2022
	2.5	Taxa de conclusão nos anos iniciais do ensino fundamental, por sexo	Taxa de conclusão nos anos iniciais do ensino fundamental, por sexo - pessoas entre 13 e 15 anos de idade	X	X			X		2022
	2.6	Taxa de conclusão no	Taxa de conclusão no ensino	X	X			X		2022

Tema	Nº Indicador	Indicador CMIG	O que foi calculado pelo IBGE	Desagregações						Ano
				Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Classe de rendimento	Geográficas	Outra	
		ensino fundamental, por sexo	fundamental, por sexo - pessoas entre 17 e 19 anos de idade							
	2.7	Taxa bruta de graduação no ensino superior	Proporção de mulheres entre os estudantes concluintes em curso de graduação presencial	X					X	2022
	2.8	Proporção de mulheres entre professores de ensino superior	Proporção de mulheres entre docentes (em exercício e afastados) de ensino superior	X				X		2022
	2.9	Taxa de alfabetização de pessoas de 15 a 24 anos, por sexo	Taxa de alfabetização de pessoas de 15 a 24 anos de idade, por sexo	X	X	X		X		2022
	2.10	Proporção de jovens e adultos com habilidades de tecnologia da informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade	Indicador não disponível							
	2.11	Nível de instrução da população de 25 anos ou mais, por sexo	Nível de instrução da população de 25 anos ou mais, por sexo (Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto; Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto; Ensino Médio completo e	X		X				2022

Tema	Nº Indicador	Indicador CMIG	O que foi calculado pelo IBGE	Desagregações						Ano
				Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Classe de rendimento	Geográficas	Outra	
			Ensino Superior incompleto e Ensino Superior completo)							
Saúde e serviços relacionados	3.1	Prevalência contraceptiva entre mulheres casadas ou em união, de 15 a 49 anos de idade	Prevalência contraceptiva entre mulheres casadas ou em união, de 18 a 49 anos de idade, que tiveram relações sexuais nos últimos 12 meses e que não estavam na menopausa	X	X			X		2019
	3.2	Taxa de mortalidade dos menores de cinco anos, por sexo	Taxa anual de mortalidade de pessoas menores que cinco anos, por sexo	X				X		2021
	3.3	Razão de mortalidade materna	Razão de mortalidade materna	X				X		2022
	3.4	Cobertura de cuidados pré-natais	Cobertura de cuidado pré-natal entre mulheres de 18 a 49 anos de idade que tiveram o último parto entre 28/07/2011 a 27/07/2013 (Ao menos uma consulta com profissional de saúde especializado e Quatro consultas ou mais com profissional de saúde especializado)	X	X			X		2019
	3.5	Proporção de partos atendidos por profissionais de saúde especializados	Proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado					X		2022
	3.6	Prevalência de tabagismo entre	Prevalência de tabagismo entre pessoas de 15 anos ou mais de	X	X	X				2019

Tema	Nº Indicador	Indicador CMIG	O que foi calculado pelo IBGE	Desagregações						Ano
				Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Classe de rendimento	Geográficas	Outra	
		peças de 15 anos ou mais de idade, por sexo	idade, por sexo							
	3.7	Proporção de adultos obesos, por sexo	Proporção de pessoas de 20 anos ou mais de idade obesas, por sexo	X	X			X		2019
	3.8	Participação das mulheres no total de pessoas de 15 a 49 anos vivendo com HIV/AIDS	Indicador não disponível							
	3.9	Acesso à droga anti-retroviral, por sexo	Indicador não disponível							
	3.10	Expectativa de vida aos 60 anos, por sexo	Expectativa de vida aos 60 anos, por sexo	X				X		2019
	3.11	Mortalidade adulta por causa e faixa etária	Taxa de mortalidade das pessoas de 30 a 69 anos de idade por doenças cardiovasculares, câncer, diabetes ou doenças respiratórias crônicas					X		2022
Vida pública e tomada de decisão	4.1	Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo	Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo	X						2023

Tema	Nº Indicador	Indicador CMIG	O que foi calculado pelo IBGE	Desagregações						Ano
				Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Classe de rendimento	Geográficas	Outra	
	4.2	Proporção de cadeiras ocupadas pelas mulheres no parlamento nacional e nos legislativos locais	Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício na Câmara dos Deputados	X	X			X		2023
			Proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para as câmaras de vereadores	X	X			X		2020
	4.3	Participação das mulheres nos cargos gerenciais	Participação das mulheres nos cargos gerenciais	X	X		X	X	X	2022
	4.4	Proporção de policiais mulheres	Proporção de policiais mulheres, militares e civis	X	X		X	X		2019
	4.5	Porcentagem de Magistrados Mulheres	Indicador não disponível							
	4.6	Proporção de mulheres com idade entre 15 e 49 anos que tomam decisões informadas sobre suas relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados com saúde reprodutiva	Indicador não disponível							
Direitos humanos das mulheres e	5.1	Proporção de mulheres alguma vez unidas (15 a 49 anos)	Proporção de mulheres de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência	X	X	X		X		2019

Tema	Nº Indicador	Indicador CMIG	O que foi calculado pelo IBGE	Desagregações						Ano
				Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Classe de rendimento	Geográficas	Outra	
meninas		sujeitas a violência física e/ou sexual por parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos 12 meses	psicológica, física ou sexual nos últimos 12 meses e cuja forma mais grave de violência psicológica, física ou sexual foi praticada por um parceiro íntimo atual ou anterior							
	5.2	Proporção de mulheres (15 a 49 anos) submetidas a violência sexual por pessoa que não seja parceiro íntimo, desde 15 anos de idade	Proporção de mulheres de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência sexual nos últimos 12 meses e cuja forma mais grave de violência sexual foi praticada por outra pessoa não parceira íntima	X		X		X		2019
	5.3	Prevalência de mutilação/corte genital feminino (apenas para países relevantes)	Indicador não disponível							
	5.4	Porcentagem de mulheres de 20 a 24 anos de idade casadas ou em união antes dos 18 anos	Percentual de casamentos registrados no ano com cônjuge com menos de 18 anos	X		X		X		2021
	5.5	Taxa de fecundidade adolescente	Taxa específica de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos	X				X		2022
	Indicadores complementares calculados pelo IBGE*									
			Número e taxa de homicídios,	X	X			X	X	

Tema	Nº Indicador	Indicador CMIG	O que foi calculado pelo IBGE	Desagregações						Ano
				Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Classe de rendimento	Geográficas	Outra	
			por local de ocorrência do incidente, sexo e cor ou raça, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação de residência							
			Municípios, total, com serviços especializados de enfrentamento à violência contra mulheres, por número de serviços existentes, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios					X	X	
			Municípios, total e com delegacias de polícia, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios					X	X	
			Total e distribuição de pessoas de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência física nos últimos 12 meses, por sexo, tipo de agressor e local da única ocorrência ou ocorrência mais grave, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação	X				X	X	

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

* Indicadores complementares relevantes para o Brasil e disponibilizados na publicação Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil - 3ª Edição/2024

ANEXO 1 - Matriz de relacionamento do SNIG - 2014

Matriz de relacionamento

Tema	Indicadores	Desagregações				Compa- ração
		Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Geográficas (1)	
Trabalho	População economicamente ativa	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	16 anos ou mais, 16 a 29, 30 a 49, 50 a 59, 60 ou mais e 55 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Taxa de atividade	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	16 anos ou mais, 16 a 29, 30 a 49, 50 a 59, 60 ou mais e 55 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	População ocupada	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	16 anos ou mais, 16 a 29, 30 a 49, 50 a 59, 60 ou mais e 55 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Taxa de ocupação	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	16 anos ou mais, 16 a 29, 30 a 49, 50 a 59, 60 ou mais e 55 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	População ocupada, por posição na ocupação	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	16 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Distribuição percentual da população ocupada, por posição na ocupação	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	16 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	População ocupada em trabalhos formais	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	16 anos ou mais, 16 a 29, 30 a 49, 50 a 59, 60 ou mais e 55 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Proporção da população ocupada em trabalhos formais	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	16 anos ou mais, 16 a 29, 30 a 49, 50 a 59, 60 ou mais e 55 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	População ocupada, por nível de instrução	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	25 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Distribuição percentual da população ocupada, por nível de instrução	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	25 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Total de mulheres, com filhos de 0 a 3 anos de idade, por frequência de filhos a creche e condição de ocupação	Mulheres	-	16 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, urbano e rural	-
	Nível de ocupação das mulheres, com filhos de 0 a 3 anos de idade, por frequência de filhos a creche	Mulheres	-	16 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, urbano e rural	-
	Total de mulheres ocupadas, pelo número de filhos vivos	Mulheres	Branca, Preta ou parda	16 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, urbano e rural	2000
	Nível de ocupação das mulheres, por número de filhos vivos	Mulheres	Branca, Preta ou parda	16 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, urbano e rural	2000
	População ocupada, por setores de atividade	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	16 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Distribuição percentual da população ocupada, por setores de atividade	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	16 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
Educação	Taxa de analfabetismo	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	15 anos ou mais 15 a 29 anos 30 a 59 anos 60 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Taxa de frequência escolar bruta	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 5 anos 6 a 14 anos 15 a 17 anos 18 a 24 anos 25 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Taxa de frequência escolar líquida	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	6 a 14 anos 15 a 17 anos 18 a 24 anos	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Nível de instrução Sem instrução e fundamental incompleto Fundamental completo e médio incompleto Médio completo e superior incompleto Superior completo	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	25 anos ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Abandono escolar precoce	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	18 a 24 anos	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000

¹ Para acessar o Sistema, consultar o portal do IBGE na Internet, no endereço <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1>>.

Matriz de relacionamento

(continua)

Tema	Indicadores	Desagregações				Comparações
		Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Geográficas (1)	
Deficiência	Pelo menos uma das deficiências investigadas	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 5, 6 a 14, 15 a 59, 60+	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	Sem comparações devido a mudanças na metodologia
	Deficiência visual	Mulheres e Homens				
	Deficiência auditiva	Mulheres e Homens				
	Deficiência motora	Mulheres e Homens				
	Deficiência mental/intelectual	Mulheres e Homens				
	Pelo menos uma das deficiências investigadas no grau severo ou deficiência mental/intelectual	Mulheres e Homens				
	Deficiência visual severa	Mulheres e Homens				
	Deficiência auditiva severa	Mulheres e Homens				
	Deficiência motora severa	Mulheres e Homens				
	Pelo menos uma das deficiências investigadas, por frequência à escola	Mulheres e Homens	-	6 a 14 anos	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	Sem comparações devido a mudanças na metodologia
	Deficiência visual, por frequência à escola	Mulheres e Homens				
	Deficiência auditiva, por frequência à escola	Mulheres e Homens				
	Deficiência motora, por frequência à escola	Mulheres e Homens				
	Deficiência mental/intelectual, por frequência à escola	Mulheres e Homens				
	Pelo menos uma das deficiências investigadas no grau severo ou deficiência mental/intelectual, por frequência à escola	Mulheres e Homens				
	Deficiência visual severa, por frequência à escola	Mulheres e Homens				
	Deficiência auditiva severa, por frequência à escola	Mulheres e Homens				
	Deficiência motora severa, por frequência à escola	Mulheres e Homens				
	Pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas na PEA	Mulheres e Homens	-	16 anos ou mais, 16 a 64 anos	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	Sem comparações devido a mudanças na metodologia
	Pessoas com deficiência visual na PEA	Mulheres e Homens				
	Pessoas com deficiência auditiva na PEA	Mulheres e Homens				
	Pessoas com deficiência motora na PEA	Mulheres e Homens				
	Pessoas com deficiência mental/intelectual na PEA	Mulheres e Homens				
	Pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas no grau severo ou deficiência mental/intelectual na PEA	Mulheres e Homens				
	Pessoas com deficiência visual severa na PEA	Mulheres e Homens				
	Pessoas com deficiência auditiva severa na PEA	Mulheres e Homens				
	Pessoas com deficiência motora severa na PEA	Mulheres e Homens				

Matriz de relacionamento

(continuação)

Tema	Indicadores	Desagregações				Compara- ção
		Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Geográficas (1)	
População	População	Mulheres e Homens	Total, Branca, Preta ou parda	Grupos quinquenais de idade, até 80 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Razão de sexo, taxa de urbanização, proporção de pessoas de 0 a 14 anos, 15 a 29 anos e 60 anos ou mais de idade na população	-	Total, Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Proporção de mulheres de 15 a 19 anos na população em idade reprodutiva	Mulheres	Total, Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Mulheres de 15 anos ou mais de idade, por indicação de filho tido nascido vivo Nenhum filho Um filho ou mais	Mulheres	Total, Branca, Preta ou parda	Grupos quinquenais de idade a partir de 15 anos, até 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
Família (2)	Família (por sexo do responsável)	Mulheres e Homens	Total, Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Razão entre famílias com mulheres responsáveis pela família em relação ao total de famílias, nas famílias únicas e conviventes principais em domicílios particulares	-	Total, Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Percentual de contribuição do rendimento das mulheres no rendimento familiar	-	Total, Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
Migração	Pessoas, de 5 anos ou mais de idade, que migraram nos últimos 5 anos por local de análise (Informação de data fixa)	Mulheres e Homens	Total, Branca, Preta ou parda	-	Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios	-
Rendimento	Rendimento médio/mediano de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	10 a 15, 16 a 24, 25 a 39, 40 a 59, 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Rendimento médio/mediano de todos os trabalhos das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	16 a 24, 25 a 39, 40 a 59, 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento e com rendimento de até 1 salário mínimo	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	16 a 24, 25 a 39, 40 a 59, 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens	-	Branca, Preta ou parda	16 a 24, 25 a 39, 40 a 59, 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Razão entre o rendimento médio das mulheres ocupadas em relação ao rendimento dos homens ocupados	-	Branca, Preta ou parda	16 a 24, 25 a 39, 40 a 59, 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Rendimento médio/mediano no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade por posição na ocupação	Mulheres e Homens	-	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000
	Razão entre os rendimentos de mulheres e Homens por quintos	Mulheres e Homens	-	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e urbano e rural	2000

Matriz de relacionamento

(conclusão)

Tema	Indicadores	Desagregações				Compara- ção
		Sexo	Cor ou raça	Grupos de idade	Geográficas (1)	
Domicílios	Total de domicílios particulares permanentes	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios, Urbano e Rural	2000
	Total de domicílios particulares permanentes urbanos segundo características da pessoa de referência, por condição de saneamento	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	2000
	Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos segundo características da pessoa de referência, por condição de saneamento	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	2000
	Total de pessoas em domicílios particulares permanentes	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 11, 12 a 17, 18 a 59 e 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	2000
	Total de pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos, por condição de saneamento	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 11, 12 a 17, 18 a 59 e 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	2000
	Proporção de pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos, por condição de saneamento	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 11, 12 a 17, 18 a 59 e 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	2000
	Total de domicílios particulares permanentes rurais, segundo características da pessoa de referência, por existência de banheiro ou sanitário	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Total de domicílios particulares permanentes rurais com banheiro ou sanitário, segundo características da pessoa de referência, por tipo de esgotamento sanitário	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Total de domicílios particulares permanentes rurais, segundo características da pessoa de referência, por forma de abastecimento de água	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Total de domicílios particulares permanentes rurais, segundo características da pessoa de referência, por destinação do lixo	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Proporção de domicílios particulares permanentes rurais, segundo características da pessoa de referência, por existência de banheiro ou sanitário	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Proporção de domicílios particulares permanentes rurais com banheiro ou sanitário, segundo características da pessoa de referência, por tipo de esgotamento sanitário	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Proporção de domicílios particulares permanentes rurais, segundo características da pessoa de referência, por forma de abastecimento de água	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Proporção de domicílios particulares permanentes rurais, segundo características da pessoa de referência, por destinação do lixo	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	-	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Total de pessoas em domicílios particulares permanentes rurais, por existência de banheiro ou sanitário	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 11, 12 a 17, 18 a 59 e 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Total de pessoas em domicílios particulares permanentes rurais com banheiro ou sanitário, por tipo de esgotamento sanitário	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 11, 12 a 17, 18 a 59 e 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Total de pessoas em domicílios particulares permanentes rurais, por forma de abastecimento de água	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 11, 12 a 17, 18 a 59 e 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Total de pessoas em domicílios particulares permanentes rurais, por destinação do lixo	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 11, 12 a 17, 18 a 59 e 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Proporção de pessoas em domicílios particulares permanentes rurais, por existência de banheiro ou sanitário	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 11, 12 a 17, 18 a 59 e 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Proporção de pessoas em domicílios particulares permanentes rurais com banheiro ou sanitário, por tipo de esgotamento sanitário	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 11, 12 a 17, 18 a 59 e 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Proporção de pessoas em domicílios particulares permanentes rurais, por forma de abastecimento de água	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 11, 12 a 17, 18 a 59 e 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-
	Proporção de pessoas em domicílios particulares permanentes rurais, por destinação do lixo	Mulheres e Homens	Branca, Preta ou parda	0 a 11, 12 a 17, 18 a 59 e 60 ou mais	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios	-

(1) Pode-se também escolher os municípios componentes dos Territórios da Cidadania. (2) Para esse tema, há cruzamento por classes de rendimento, tipo de família e indicação de filho/enteado de 0 a 5 anos.